UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Ana Carolina dos Santos

PERCEPÇÕES SOBRE O IMPÉRIO OTOMANO
NA OBRA DE ARNOLD J. TOYNBEE

Exemplar corrigido

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Ana Carolina dos Santos

PERCEPÇÕES SOBRE O IMPÉRIO OTOMANO
NA OBRA DE ARNOLD J. TOYNBEE

Exemplar corrigido

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, sob orientação do Professor Dr. Peter Robert Demant.

São Paulo

2018

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Ana Carolina dos Santos

Data da defesa: 29 / 11 / 2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Professor Doutor Peter Robert Demant

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 27/01/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237p Santos, Ana Carolina dos
Percepções sobre o Império Otomano na obra de
Arnold J. Toynbee / Ana Carolina dos Santos ;
orientador Peter Robert Demant. - São Paulo, 2018.
104 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Império Otomano. 2. Grã-Bretanha. 3.
historiografia. 4. Arnold J. Toynbee (1889-1975). 5.
civilizações. I. Demant, Peter Robert, orient. II.
Título.

*Em memória de meus avós,
José Lobo e Josefa.*

Agradecimentos

Devo a conclusão da presente dissertação de mestrado à ajuda de muitas pessoas. Em primeiro lugar, meu orientador, o Professor Doutor Peter Robert Demant, especialista em Oriente Médio e Mundo Muçulmano da Universidade de São Paulo. Meus mais sinceros e profundos agradecimentos pela sua orientação e apoio.

À minha família pelo amor e suporte incondicional, em especial meu pai Antonio e meu irmão José Geraldo. Agradeço também o apoio de Regina, Gabriela, Cristina, Poliana, José Luiz, Elenice, João Hélio, João Gabriel, Lucélia, Geraldo, Daviane, Jaqueline, Aline, Celina, Dontalmo e Vera.

Ao apoio inestimável de meus amigos Rui Luís Rodrigues, Marinei Almeida, Vera Maquêa, Gustavo Nagib, Alfredo de Oliveira Jr., Ricardo Souza, Valteir Vaz, Vera Lúcia Rodrigues, Edvaneide Barbosa, Amanda Guerra, Guilherme Póvoa, Theo Carvalho, Marco Vall, Estevão Armada, Reujacy Braz, Giovanna Ramos, Cristiane Cruz, Letícia Ribas, Ingrid Lins, Everton Lima, Elaine Torres, Rodrigo Freitas, Monica Jeanine Saliby e Bruno Arantes.

Agradeço especialmente pelo apoio e incentivo de Cila Lima e aos membros de minha banca de qualificação: o Professor Doutor Ariel Finguerut e o Professor Doutor Lincoln Secco. Sem as suas preciosas sugestões a presente dissertação jamais poderia ter sido concluída. Também agradeço imensamente aos membros da banca de defesa: além dos professores Lincoln Ferreira Secco e Ariel Finguerut, também a Professora Doutora Lusine Yeghiazaryan e o Professor Doutor Ângelo de Oliveira Segrillo, cuja avaliação inestimável e suas sugestões precisas tanto contribuíram para a correção dessa dissertação e o delineamento de novos rumos para as minhas futuras pesquisas.

Todos as falhas e imprecisões contidos nessa dissertação são de responsabilidade única e inteiramente minha.

Sumário

Resumo	1
Abstract	2
Introdução	3
<i>Por que o Império Otomano?</i>	<i>6</i>
<i>Por que a Grã-Bretanha?</i>	<i>8</i>
<i>Por que Arnold J. Toynbee?</i>	<i>10</i>
<i>Nomenclatura, grafia e periodização</i>	<i>16</i>
Capítulo 1 – O Império Otomano, surgimento e declínio	
<i>Formação e expansão do Império Otomano</i>	<i>20</i>
<i>O “século de ouro” do Império Otomano</i>	<i>25</i>
<i>Acomodação política externa e transformações internas</i>	<i>31</i>
<i>Declínio e formação de novos Estados-nação</i>	<i>37</i>
Capítulo 2 – A Questão Oriental	44
<i>O “Grande Jogo”</i>	<i>46</i>
<i>As Grandes Potências e os movimentos nacionais no Império Otomano</i>	<i>49</i>
<i>As Grandes Potências e as tentativas de reforma no Império Otomano</i>	<i>52</i>
<i>As rivalidades europeias na Questão Oriental</i>	<i>53</i>
<i>A Questão Oriental e a Grande Guerra</i>	<i>58</i>
Capítulo 3 – Arnold J. Toynbee e a Questão Oriental	67
<i>A teoria da história de Toynbee e o Império Otomano</i>	<i>69</i>
<i>O Império Otomano como “civilização aprisionada”</i>	<i>75</i>
<i>A Questão Oriental e a Questão Ocidental</i>	<i>82</i>
Considerações finais	91
Referências bibliográficas	96

*MINE is but a tale of small straws;
but of small straws carefully collected.
And small straws show whence the wind blows.
There are currents and cross currents
which may make a whirlwind.*

Mary Edith Durham
“Twenty Years of Balkan Tangle”

Resumo

Diversos dos conflitos da atualidade são apresentados pela mídia e em discursos políticos como um confronto entre civilizações incompatíveis. A oposição entre Ocidente e Oriente é muitas vezes apresentada nesses discursos como um conflito de longa duração, nascido a partir da própria formação da religião islâmica e pontuado ao longo da história pelo enfrentamento entre impérios cristãos e muçulmanos. Isso é particularmente preocupante para os historiadores, já que esse discurso não leva em consideração as transformações ocorridas nas sociedades humanas ao longo do tempo. Ao longo da história, houve muitos encontros entre o Islã e o Ocidente, em diferentes situações e com cada um deles desempenhando papéis diferentes. A presente dissertação de mestrado tem como objetivo analisar a interação entre Oriente e Ocidente no plano discursivo e político a partir da imagem que se fez do Império Otomano nas obras do historiador britânico Arnold Joseph Toynbee (1889-1975) na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Império Otomano, Grã-Bretanha, imperialismo, historiografia, Arnold Joseph Toynbee (1889-1975)

Abstract

Media and political discourses present many of nowadays conflicts as a clash between incompatible civilizations. The opposition between West and East is often depicted in these discourses as a long time conflict born with Islam itself and punctuated along history by the skirmish between Christian and Muslim empires. This is particularly worrisome to historians since it does not take in to account the transformations that have occurred in human societies over time. Throughout history, there have been many encounters between Islam and the West, in different situations and with each civilization playing different roles. Our objective in this dissertation is to analyse the interaction between East and West in political and discursive plans from the image about the Ottoman Empire in British historian Arnold Joseph Toynbee's texts during the first half of the twentieth century.

Key words: Ottoman Empire, Great Britain, imperialism, historiography, Arnold Joseph Toynbee (1889-1975)

PERCEPÇÕES SOBRE O IMPÉRIO OTOMANO

NA OBRA DE ARNOLD J. TOYNBEE

Introdução

Ideias costumam ter uma vida longa, em muito ultrapassando a medida da vida humana ou até mesmo de outras criações humanas, como os Estados. Ideias levam um longo tempo para se desenvolver e, uma vez parte de um vocabulário político e cultural comum, elas também demoram para morrer ou serem substituídas por outras. Além disso, ideias podem fomentar revoltas e revoluções, causar guerras, erguer ou destruir impérios.

Assim é com o conjunto de ideias e percepções de que muitos dos conflitos que estão ocorrendo no mundo neste momento se explicariam como uma luta fundamental entre o “Ocidente” e o “Islã” ou o “Oriente”, um “choque de civilizações”¹. Esse modelo teórico implica uma rigidez conceitual que postula uma incompatibilidade essencial entre civilizações, concebidas como um conjunto de valores de matriz religiosa. Ele está implícito em discursos que apresentam conflitos contemporâneos como uma guerra entre religiões. Em última instância, o conceito de civilizações essencialmente incompatíveis e mutuamente excludentes mina a possibilidade de convivência de grupos confessionais diferentes.

A concepção da época da Guerra Fria de uma divisão Leste-Oeste como oposição ideológica entre capitalismo e comunismo, simbolizada pela “cortina de ferro”², seria agora mantida como oposição civilizacional entre Islã e Ocidente, vistos em si mesmos como blocos

¹ Esse termo, tal como utilizado pelo economista norte-americano Samuel Huntington em *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (1996), gerou uma grande polêmica nos meios acadêmicos e seu uso é bastante discutível. Por exemplo, a historiadora búlgara Maria Todorova observou que “Para qualquer pessoa sensível às dinâmicas e sutilezas do processo histórico, o artigo de Huntington não deixa de espantar como abertamente mecanicista, elaborado para gerar uma prescrição mais do que uma visão. Huntington encontrou um criticismo devastador de lados muito diferentes, mas seu nome, estatura e a atraente simplicidade de suas ideias assegurou que a frase ‘choque de civilizações’ seja abundantemente utilizada, especialmente por acadêmicos e jornalistas que nunca leram nem Huntington nem seus críticos” (tradução nossa). TODOROVA, Maria. *Imagining the Balkans*. New York: Oxford University Press, 1997, p. 131. Já o internacionalista irlandês Fred Halliday escreveu a respeito desse termo “A teoria de um choque de civilizações opera com um conceito determinista de ‘civilização’, e subestima o grau do conflito entre povos de orientação semelhante” (tradução nossa). HALLIDAY, Fred. *Nation and Religion in the Middle East*, Boulder/Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2000, p. 129.

² Expressão usada para designar a separação entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental durante a Guerra Fria, desde o final da Segunda Guerra Mundial em 1945 até a queda do Muro de Berlim em 1989.

homogêneos, antagônicos e irreconciliáveis. A ideia de uma incompatibilidade atávica entre civilizações diferentes é o pano de fundo teórico de conflitos cotidianos, como a premente questão da imigração na Europa. Trata-se, então, de uma questão bastante atual e diversas publicações procuram encontrar respostas, apontar culpados, explicar origens, provar as discrepâncias ou as semelhanças entre um e outro. Como se fossem opostos complementares, basta procurar pela expressão “Islã e “Ocidente” e inúmeros títulos se apresentam ao pesquisador, defendendo uma posição ou outra, sob os mais diversos pontos de vista.

Muitas vezes essa oposição, aparente ou não, é apresentada como um conflito de longa duração, nascido a partir da própria formação da religião islâmica e pontuado ao longo da história por conflitos entre impérios cristãos e muçulmanos. Isso é particularmente preocupante para os historiadores, já que esse discurso não leva em consideração as transformações ocorridas nas sociedades humanas ao longo do tempo. Ao longo da história, houve muitos encontros entre o Islã e o Ocidente, em diferentes situações e com cada um deles desempenhando papéis diferentes (Toynbee, 1948, p. 184). O conflito entre os cruzados europeus e os turcos seljúcidas no final da Idade Média certamente foi muito diferente do conflito entre os Habsburgo e o Império Otomano na época moderna, embora tanto um como o outro pudessem ser justificados em termos religiosos. Da mesma forma, a luta de minorias cristãs dentro do Império Otomano por sua independência a partir do século XIX distinguia-se dos conflitos ocorridos anteriormente na região, sendo o nacionalismo um elemento-chave para a sua compreensão que não existia em épocas anteriores.

Mais do que entidades geográficas, conceitos como “Oriente”, “Ocidente”, “Islã”, “Mundo Muçulmano” e mesmo “Europa” e “Ásia”, correspondem a categorias abstratas, *imaginadas*³. A Europa, por exemplo, frequentemente é identificada à cristandade e, mais tarde, ao capitalismo industrial, mas essa identificação não é automática. Ela se construiu ao longo do tempo, não apenas como realidade objetiva, mas, sobretudo, como realidade discursiva⁴. Nas palavras de Fernand Braudel, “não há apenas uma Europa, há Europas. Ver a Europa uma, em uníssono, é deparar-se com um grande espetáculo, frequentemente o maior, mas desprezar

³ No mesmo sentido em que o historiador Benedict Anderson entende as nações como *imaginadas* e não *imaginárias*, pois os indivíduos que se identificam como parte dessas comunidades compartilham laços de pertença e solidariedade, ainda que não conheçam e nem sequer tenham ouvido falar da maior parte de seus companheiros. Cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.

⁴ A definição de Europa, “nunca foi inocente, mas sempre foi uma questão de confirmar, desafiar ou estabelecer hegemonias e redistribuir o acesso a recursos” (tradução nossa). FUHRMANN, Malte. “Vagrants, prostitutes and Bosniaks: making and unmaking European supremacy in Ottoman Southeast”. In: GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie & PICHLER, Robert (eds.) *Conflicting Loyalties in the Balkans*. London: I. B. Tauris, 2011, p. 16.

outros”⁵. Da mesma forma, muitas vezes Islã e Oriente são tratados como sinônimos, no entanto o termo “Oriente” originalmente era uma designação geográfica datada da divisão do Império Romano em duas partes. Séculos mais tarde, os conceitos “Islã” e “Oriente” acabaram sendo justapostos porque, sendo a maior parte da população do Oriente Médio muçulmana, o Islã serviu em diversos momentos para expressar a reação da população local à crescente intrusão política e econômica das Grandes Potências na região desde o final do século XVIII⁶.

É importante ter em mente essas considerações, mesmo que ainda assim utilizemos conceitos universalizantes para dar conta de analisar realidades multifacetadas ao longo de um extenso período de tempo, como nos propomos aqui. É nesse sentido que o trabalho do historiador empresta à narrativa literária algumas ferramentas metodológicas:

todas as histórias se parecem com a *Iliada* na medida em que elas não podem inteiramente dispensar o elemento ficcional. A mera seleção, arranjo e apresentação dos fatos é uma técnica pertencente ao campo da ficção (...) dificilmente é possível escrever duas linhas consecutivas de narrativa histórica sem introduzir tais personificações fictícias, como a “Inglaterra”, a “França”, o “Partido Conservador”, a “Igreja”, a “Imprensa” ou a “opinião pública. (tradução nossa)⁷

Dessa forma, ao longo dessa dissertação, conceitos como “Oriente” e “Ocidente” serão por vezes utilizados nesse sentido, como “personificações fictícias” e generalizantes para designar realidades históricas bastante complexas, sem qualquer juízo de valor atrelado a eles. O entendimento da história de sua interação nos planos discursivo e político é fundamental para a compreensão de muitos dos dilemas e contradições atuais. Contudo, mesmo tendo consciência do quão relevante é essa questão, não poderíamos apresentar uma síntese ampla e satisfatória em um trabalho de dimensões tão modestas. Por esse motivo, escolhemos observar esse tema a partir de um ponto que consideramos estratégico: a imagem que se fazia na historiografia britânica, mais especificamente em textos do historiador Arnold Joseph Toynbee (1889-1975),

⁵ BRAUDEL, Fernand. “Os preços na Europa de 1450 a 1750”. In: *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição, 2002, p. 39.

⁶ “A realidade é que tal Islã essencial não existe (...). Ele é, como todas as grandes religiões, uma reserva de valores, símbolos e ideias da qual é possível derivar uma política contemporânea e um código social: a resposta a por que esta ou aquela interpretação foi imposta ao Islã reside, portanto, não na religião e em seus textos, mas nas necessidades contemporâneas daqueles que articulam uma política islâmica. Essas necessidades são evidentes e seculares o bastante” (tradução nossa). HALLIDAY, Fred. *Nation and Religion in the Middle East*. p. 134.

⁷ “All histories resemble the *Iliad* to this extent that they cannot entirely dispense with the fictional element. The mere selection, arrangement and presentation of facts is a technique belonging to the field of fiction (...) it is hardly possible to write two consecutive lines of historical narrative without introducing such fictitious personifications as ‘England’, ‘France’, ‘the Conservative Party’, ‘the Church’, ‘the Press’ or ‘public opinion’.” TOYNBEE, Arnold & SOMERVELL, D. C. *A Study of History. Abridgement of volumes I-VI*, London: Oxford University Press, 1947, p. 44. Ao longo desse estudo faremos referência tanto aos textos originais de Arnold J. Toynbee quanto, por razões de concisão, ao resumo de *A Study of History* feito por D. C. Somervell, que foi revisado e editado por Arnold J. Toynbee e publicado em 1947 com a sua autorização.

a respeito do Império Otomano (c. 1290-1922)⁸, em especial na sua relação com a Grã-Bretanha, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Por que o Império Otomano?

Escolhemos o Império Otomano e não o Império Persa Safávida (1501-1722), por exemplo, porque ao longo da história da expansão do Islã, em suas diferentes versões, e da relação entre entidades políticas islâmicas e ocidentais, o Império Otomano ocupou um espaço privilegiado. Na medida em que sucederam ao Império Bizantino e ao Sultanato Seljúcida, os otomanos herdaram uma série de características culturais e administrativas de diferentes origens, incluindo a lei islâmica, o direito romano e práticas herdadas das tribos turcas⁹. Eles estavam às portas da Europa e da Ásia, em conflitos quase intermitentes com reinos e impérios cristãos e muçulmanos, mas também em contato político, comercial e cultural tanto com países europeus como asiáticos e africanos.

Longe de ser homogêneo, o Império Otomano deve ser entendido como uma entidade composta por diversas realidades políticas, sociais e culturais locais, costuradas por uma complexa rede de interdependências. Como exemplo dessa diversidade, podemos citar as províncias europeias do Império Otomano e as províncias árabes, as quais tinham uma conformação social e econômica bastante diversa. As primeiras eram mais povoadas e populosas e de economia principalmente agrária e a segunda tinha uma população mais esparsa e o comércio como principal atividade econômica. O Império Otomano tem uma história bastante específica, que se desenrolou no entroncamento de contextos geográficos e culturais maiores, entre a Cristandade e o Islã. Sobretudo a partir do final do século XIX, formas de identidade nacionais começaram a se desenvolver naquele território, incluindo e reelaborando a identidade religiosa de cada comunidade, fosse em torno de um idioma comum, como entre os albaneses, ou em torno da solidariedade religiosa, como entre os gregos.

⁸ Todas as datas apresentadas nesse estudo referem-se ao calendário ocidental comum.

⁹ “O governo otomano se aplicava em reconhecer o direito em vigor nos territórios conquistados, cada vez que esse último pareceu indispensável ao bom funcionamento do Estado. (...) Diferente do direito bizantino o direito consuetudinário otomano adota toda lei, toda disposição jurídica que faz falta na xaria, mesmo que se trate de uma lei forjada pela administração de um país anexado (...). Não é, portanto, surpreendente encontrar através dos registros dos sultões elementos de legislação cujas raízes estão profundamente ancoradas nas estruturas de origem romana, bizantina, eslava, germânica ou mameluca” (tradução nossa). BELDICEANU, Nicoară. “L’organisation de l’Empire Ottoman”. In: MANTRAN, Robert. *Histoire de l’Empire Ottoman*. Paris: Fayard, 1989, pp. 753, p. 118.

Localizado justamente na intersecção entre três continentes, os contatos entre o Império Otomano e “o mundo de fora”¹⁰ sempre foram ambíguos, marcados por conflitos, alianças, trocas culturais e comerciais. Ao longo desta dissertação, nosso foco serão as relações entre o Império Otomano e a Europa Ocidental, mas cabe ressaltar que as suas relações com impérios e povos não-europeus não são negligenciáveis. Com a Pérsia, por exemplo, os otomanos mantiveram um estado de permanente tensão, quando não de guerra declarada, durante boa parte de sua história. A interação entre os otomanos e outros povos do Oriente Médio e do Norte da África é fundamental para se compreender a configuração atual dessas regiões. Na medida do possível, faremos referência a essa questão, apesar de ela não ser o nosso foco.

A história do Império Otomano, com as transformações políticas e sociais que ele sofreu ao longo do tempo, até o período em que a sua posição em relação às Grandes Potências começou a se deteriorar, a partir do final do século XVIII, será o tema de nosso primeiro capítulo. O avanço europeu sobre o Império Otomano, no entanto, não se fez apenas no campo político-econômico, mas também no das ideias. Da mesma forma que estava ocorrendo na Europa, os ideais revolucionários do liberalismo e do nacionalismo transformaram radicalmente a relação entre o aparato de governo otomano e as diversas comunidades a ele subordinadas. Mesmo a natureza desse aparato sofreu lenta, mas profunda, mutação sob a influência da Europa, como a adoção de práticas financeiras europeias ou a centralização burocrática. Incapaz de sustar esse avanço, o Império Otomano começou a ser considerado cada vez mais como um “homem doente”¹¹ pelas potências europeias, cuja morte gerava preocupação, mas também conflitos pela repartição do espólio.

Tal problema, como ele era percebido na Europa, ficou conhecido como a “Questão Oriental”: o que fazer com o Império Otomano diante de sua iminente desagregação? O desaparecimento de um império contra o qual potências europeias vinham lutando por tantos séculos abria diversas possibilidades das quais cada uma delas poderia tirar vantagens, mas também colocava em cheque o precário equilíbrio de poder estabelecido entre elas desde a

¹⁰ A historiadora alemã Suraiya Faroqhi utiliza o termo “o mundo de fora” (*the outside world*) para se referir à maneira como os otomanos percebiam as demais comunidades a seu redor, sem distinção. Já os termos “Ocidente” e “Oriente” foram formulados a partir do ponto de vista europeu. FAROQHI, Suraiya. *The Ottoman Empire and the world around it*. London: I. B. Tauris, 2005, loc. 142 (utilizamos aqui uma versão eletrônica desse livro, a qual não possui designação de páginas, mas apenas de “localização”, aqui designada pela sigla “loc.”).

¹¹ A expressão “o homem doente da Europa” para se referir ao Império Otomano ficou bastante conhecida depois que o Czar Nicolau I (r. 1825-1855) a teria usado em conversa com o embaixador britânico em São Petersburgo em 1853, logo antes da Guerra da Crimeia (1853-1856). Ela passou a ser comumente usada para designar a perspectiva de que o Império Otomano, militarmente defasado, iria fatalmente chegar ao fim, com os seus territórios sendo partilhados entre as Grandes Potências. Cf. FIGES, Orlando. *The Crimean War*. New York: Metropolitan Books, 2010, p. 105.

derrota de Napoleão em 1815. O segundo capítulo tratará, então, da Questão Oriental, quando, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XX, o Império Otomano foi perdendo progressivamente seus territórios e se converteu em palco das rivalidades entre as Grandes Potências¹².

Esse movimento aconteceu paralelamente em duas dimensões, profundamente entrelaçadas uma à outra. Por um lado, havia movimentos insurrecionais internos ao Império Otomano que, sob a influência do nacionalismo europeu, foram conquistando a autonomia e depois a independência de diversos territórios do império. Por outro lado, a interferência das Grandes Potências foi decisiva tanto para a autonomização dessas regiões, quanto para o enfraquecimento do Império Otomano e, paradoxalmente, para a sua manutenção ainda que em um estado precário.

Além disso, não se trata apenas de uma questão política para as Grandes Potências, mas também de uma questão ideológica. Foi ao longo da Questão Oriental que se elaboraram as concepções contemporâneas a respeito da relação entre o Ocidente e o Oriente. Acrescente-se o fato de que, se a “decadência” dos impérios islâmicos na Ásia e no Norte da África representava uma “questão oriental” para as potências europeias, a expansão política e econômica destas últimas representava uma “questão ocidental” para todos os demais povos do mundo, como Arnold Toynbee observou em *The Wester Question* (1922).

Por que a Grã-Bretanha?

Ao escolhermos as fontes e o ponto de partida de nossa pesquisa, a decisão recaiu sobre a relação entre o Império Otomano e a Grã-Bretanha entre os séculos XIX e XX. Assim como ocorreu com as demais potências europeias, a Grã-Bretanha desempenhou um papel crucial na derrocada do Império Otomano, desde a independência da Grécia até a partilha dos territórios otomanos após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Porém, comparada às demais, a posição da Grã-Bretanha com relação aos otomanos foi mais ambígua e, dessa maneira, pode

¹² “Europa significava as grandes potências, os governos que dominavam as relações internacionais e referiam a si mesmos como o Concerto da Europa. Do século XVIII até 1861 eles eram a Pentarquia da Europa – Grã-Bretanha, França, Áustria, Prússia e Rússia. Então a Itália foi acrescentada como uma sexta potência quando se tornou um reino unificado e em 1871 a Alemanha imperial unificada substituiu a Prússia. (...) Apenas depois da revolução Bolchevique de 1917 a Rússia foi separada das grandes potências semelhantes para se tornar ‘Leste’ ” (tradução nossa). DAVISON, Roderic H. *Essays in Ottoman and Turkish History, 1774 – 1923*. Austin: University of Texas Press, 1990, p. xii. Cf. também KISSINGER, Henry. *A World Restored: Metternich, Castlereagh and the problems of peace, 1812-22*. Boston: Houghton Mifflin Company; Cambridge: The Riverside Press, 1957, p. 39; e TOYNBEE, Arnold. *A Study of History. Volume I*. London: Oxford University Press, 1934 (1ª edição) e 1951 (5ª reimpressão corrigida), p. 9.

elucidar melhor certos aspectos da política externa europeia com relação ao Império Otomano. Desta política, destacam-se principalmente três abordagens contrárias, mas entrelaçadas: o apoio à integridade territorial do Império Otomano em nome da manutenção do equilíbrio entre as Grandes Potências; a intervenção direta em territórios otomanos; ou ainda, por vezes e especificamente no caso britânico, o isolacionismo e a recusa a interferir no continente europeu.

No primeiro caso, quando algum governo britânico, por exemplo, defendia a manutenção do Império Otomano em nome do equilíbrio de forças na Europa, no fundo estava defendendo seus próprios interesses estratégicos, na medida em que manter a integridade territorial otomana era considerado vital para conter o expansionismo russo. Para aqueles favoráveis a essa tendência, principalmente membros do Partido Conservador, era necessário manter o Império Otomano como uma área neutra entre o seu próprio império colonial e a Rússia, protegendo assim a via terrestre para a Índia, através da Mesopotâmia, da Pérsia e do Afeganistão, mas também a passagem entre o Mar Negro e o Mediterrâneo Oriental. É o princípio que motivou a participação britânica na Guerra da Crimeia (1853-1856), para evitar o avanço russo sobre o Império Otomano.

Por outro lado, havia os que defendiam a necessidade de interferir diretamente no Império Otomano para garantir a autodeterminação das minorias, entendidas como nações distintas. O seu direito à autodeterminação implicava o direito à soberania sobre um território delimitado, com um governo representativo e livre de dominação ou interferência externa. Os defensores dessa tendência eram principalmente membros do Partido Liberal. Por causa do princípio de solidariedade aos grupos em luta pelo direito de autodeterminação, houve uma grande simpatia na sociedade britânica pela causa da independência grega, por exemplo. Devido à pressão de políticos e oficiais liberais, bem como da opinião pública, o governo britânico acabou prestando apoio aos gregos em sua Guerra de Independência (1821-1832).

Já a terceira tendência da política britânica, que pregava o isolacionismo e a não-intervenção em assuntos continentais, explica por que em alguns momentos o governo britânico hesitou em interferir no Império Otomano, mesmo que isso significasse permitir o avanço de seus rivais na região¹³. Foi do ponto de vista dessa doutrina que Toynbee explicou, por exemplo,

¹³ “Esta era a doutrina de não-intervenção, o lado oposto da crença na singularidade das instituições britânicas. Ela expressava a convicção de que transformações em governos estrangeiros não poderiam afetar as instituições britânicas, de que ameaças à segurança britânica eram políticas, não de natureza social (...). Intervenção estrangeira nos assuntos domésticos de outros Estados poderiam ser justificadas com base em uma necessidade superior, embora nunca aprovada, ela poderia ser tolerada, mas nunca admitida com um direito universal” (tradução nossa). KISSINGER, Henry. *A World Restored*, pp. 34 e 35.

a má vontade da opinião pública e dos soldados britânicos para com a intervenção militar da Grã-Bretanha na Anatólia depois da Primeira Guerra Mundial.¹⁴

Por fim, o terceiro motivo de termos escolhido tomar como ponto de partida a relação entre o Império Otomano e a Grã-Bretanha foi o papel desempenhado por autores britânicos na formação de uma determinada imagem sobre o Império Otomano no Ocidente, tanto pela repercussão de seus escritos quanto pelos movimentos nos quais se engajaram. Escritos de diferentes naturezas estimularam a opinião pública tanto contra como a favor dos otomanos, de acordo com o contexto histórico em que estavam inseridos. Analisar essas obras nos permite ver com maior clareza as tendências da política britânica no Império Otomano desde o final do século XVIII. Em épocas anteriores, o interesse britânico no Oriente se limitara a operações comerciais, sem interferência nos assuntos da organização política interna do Império Otomano.

Por que Arnold J. Toynbee?

Finalmente, nossa escolha recaiu especificamente sobre Arnold Joseph Toynbee porque ele pôde observar o fim do Império Otomano não apenas como testemunha histórica e como historiador, mas também como membro do *Foreign Office* britânico durante e depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Mesmo que outros autores britânicos da época, como Noel Buxton (1869-1948), também tivessem esse múltiplo ponto de vista¹⁵, a análise de Arnold Toynbee teve maior impacto na opinião pública do que a de seus contemporâneos. Além disso, ele esteve pessoalmente envolvido nas relações entre a Grã-Bretanha e o Império Otomano. Coube a ele a tarefa de editar os documentos coletados pelo *Foreign Office* a respeito das atrocidades cometidas em 1915 por oficiais otomanos contra os seus súditos armênios¹⁶.

Essa coletânea, conhecida como o “Livro Azul”, foi organizada a pedido do Visconde Bryce, historiador e membro do parlamento britânico pelo Partido Liberal, e teve grande impacto na opinião pública internacional quando foi publicada pelo governo em 1916. Tratava-se de uma peça de propaganda de guerra contra os otomanos, como bem o declarou o próprio

¹⁴ Para o autor, o relativo isolacionismo também era uma das razões pelas quais a Inglaterra pôde encontrar uma resposta para o desafio de combinar as instituições feudais e as novas formas políticas das cidades-Estado italianas, o que em última instância explicaria por que ela emergiu como potência dominante na Europa no século XVIII. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume III, pp. 352-363.

¹⁵ Noel Buxton foi membro do Parlamento britânico pelo Partido Liberal e depois pelo Partido Trabalhista. Publicou, entre outros escritos, *The War and the Balkans*, em 1915, e *Oppressed Peoples and the League of Nations*, em 1922.

¹⁶ Cf. ALMEIDA, Ligia Cristina Sanchez de. *Armênios e gregos otomanos. A Polêmica de um Genocídio*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

autor (Toynbee, 1922, p. 50), mas isso não significa que as informações contidas no relatório não fossem verdadeiras¹⁷. O “Livro Azul” tem uma preocupação muito mais documental do que propriamente propagandística, mas o mesmo não pode ser dito de outros textos produzidos por ele na mesma época para o *Foreign Office*. Os panfletos *Armenian Atrocities: The Murder of a Nation* e *The Murderous Tyranny of the Turks* eram tão parciais a ponto de seu autor adotar uma postura quase oposta nos anos subsequentes à Primeira Guerra¹⁸.

O envolvimento de Arnold Toynbee na Questão Oriental, porém, não se limitou à edição do “Livro Azul” e a de diversos panfletos propagandísticos para o *Foreign Office*. Junto com outros jovens acadêmicos¹⁹, ele foi designado para o recém-criado *Political Intelligence Department* em 1917, ficando responsável pelas informações a respeito do Império Otomano e do Mundo Muçulmano. Nesse departamento, Toynbee procurou alertar o governo britânico sobre os riscos de um possível levante no Mundo Muçulmano diante de um Império Britânico em decadência. Essa perspectiva foi apontada por ele em um longo *Memorandum on the formula of ‘the Self-determination of Peoples’ and the Moslem World*, de 10 de janeiro de 1918. Naquele momento, Toynbee temia que a apropriação do conceito de autodeterminação dos povos pelo Mundo Muçulmano poderia levar a uma revolta em larga escala contra o domínio britânico. De acordo com o historiador canadense e biógrafo de Toynbee, William McNeill,

a noção de um confronto entre o Islã insurgente e um Império Britânico decadente, fadada a reencenar no século XX o papel dos Habsburgo no século XIX com relação aos nacionalismos do leste europeu, foi sua própria invenção, e, como se revelou, ele exagerou a rapidez da mobilização pública em terras muçulmanas. Ainda assim, a visão chave de Toynbee, de que o direito de autodeterminação não poderia ficar confinado às nações europeias e cristãs, mas também teria que ser aplicado aos povos muçulmanos, provou-se correta a longo prazo. (tradução nossa)²⁰

¹⁷ “Nem Lord Bryce nem Toynbee estavam a par dos cálculos por trás da decisão de tornar públicos os sofrimentos dos armênios. Ambos estavam profundamente comprometidos com valores liberais, incluindo a veracidade, e fizeram esforços sistemáticos e contínuos para ter certeza de que tudo o que reportassem sobre os eventos na Anatólia fossem de fato corretos” (tradução nossa). McNEILL, William. *Arnold J. Toynbee: a Life*, New York: Oxford University Press, 1989, p. 74.

¹⁸ O primeiro foi publicado em 1915 sob o nome de Lord Bryce. Já o Segundo, de 1917, foi publicado sob o nome de Arnold Toynbee. Além do vocabulário agressivo e a denúncia veemente dos horrores cometidos contra a população armênia pelos otomanos, esses panfletos afirmavam que parte da responsabilidade pelos massacres era da Alemanha. Toynbee também escreveu *The Destruction of Poland: A Study in German Efficiency*, *The Belgian Deportations*, *The German Terror in Belgium* e *The German Terror in France*, todos publicados sob o nome de Lord Bryce, entre 1916 e 1917. Cf. McNEILL, William. *Arnold J. Toynbee: a Life*, pp. 72-75.

¹⁹ O historiador inglês James Evans observou que antes da Primeira Guerra Mundial havia pouco interesse por parte da opinião pública britânica a respeito de regiões como os Bálcãs. Porém, com a eclosão da guerra, o Governo de Sua Majestade se viu forçado a procurar entre os acadêmicos por indivíduos que conhecessem a região. Desse modo, historiadores como Toynbee foram alçados a uma posição em que poderiam tentar influenciar a diplomacia britânica. EVANS, James. *Great Britain and the creation of Yugoslavia: Negotiating Balkan Nationality and Identity*. New York: I. B. Tauris, 2008, pp. 115 e 116.

²⁰ “The notion of a confrontation between insurgent Islam and a decadent British Empire, doomed to reenact in the twentieth century the nineteenth century role of the Hapsburgs with respect to east European nationalisms, was

Apesar de ter observado corretamente o potencial político do Islã para a mobilização das populações muçulmanas sujeitas à dominação britânica, Toynbee tinha a essa altura uma visão bastante estereotipada da religião muçulmana. Para o historiador britânico James Evans,

observadores britânicos, particularmente em círculos de classe-média, liberais e não-conformistas, tendiam a ver o Islã como inerentemente primitivo, atrasado e monolítico. Para um pensador progressista como Arnold Toynbee ele parecia uma ‘versão simplificada do Cristianismo atrasada em meio milênio com relação a seu protótipo’. (tradução nossa)²¹

Arnold Toynbee também fez parte da delegação enviada a Paris pelo *Foreign Office* em 1919 para a conferência que daria origem ao Tratado de Sèvres de 1920. Nesse papel, ele esperava poder influenciar a elaboração do tratado de paz e evitar novos confrontos nos territórios otomanos remanescentes, porém, suas ambições nesse sentido foram frustradas pela determinação do primeiro-ministro britânico, Lloyd George (1863-1945), em impor pesadas perdas aos otomanos em cumprimento aos acordos feitos com os Aliados²² durante a guerra. Os termos do tratado incluíam, entre outras disposições, a partilha de territórios na Anatólia, na Trácia Oriental e no Egeu entre a Grécia e a Itália, a formação de uma Armênia independente na Anatólia Oriental e a internacionalização dos Estreitos. Para garantir que os termos do tratado fossem colocados em prática e sem tropas suficientes para controlar todo aquele território, o primeiro-ministro britânico contou com a ajuda da Grécia. O desembarque das tropas gregas em Esmirna em 1919 desencadearia uma reação nacionalista turca que levaria à fundação da Turquia moderna.

Como correspondente do jornal *Manchester Guardian*, Toynbee pôde acompanhar de perto a guerra entre gregos e turcos. As informações coletadas pelo autor durante sua viagem aos Bálcãs e ao Oriente Médio entre 1920 e 1921 deram origem ao livro *The Western Question in Greece and Turkey*, publicado no ano seguinte. Essa seria a segunda viagem do autor pela região, pois entre 1911 e 1912 ele já havia visitado a Grécia (Toynbee, 1922, pp. VIII-X). Ele

his own invention, and, as it turned out, he exaggerated the rapidity of public mobilization in Moslem lands. Still, Toynbee’s key insight, that the right of self-determination could not be confined to European and Christian nations but would also have to be applied to Moslem peoples, proved accurate in the long run”. McNEILL, William. *Arnold J. Toynbee: a Life*, p. 75.

²¹ “British observers, particularly among middle-class, liberal and non-conformist circles, tended to regard Islam as inherently primitive, backward and monolithic. To a progressive thinker like Arnold Toynbee it seemed a ‘simplified version of Christianity lagging half a millennium behind its prototype’.” EVANS, James. *Great Britain and the creation of Yugoslavia*, p. 63. Essa visão não permaneceu a mesma nas obras mais maduras de Toynbee, no entanto. Em *A Study of History* (1934-1961), por exemplo, o Islã é entendido não mais como um “bloco homogêneo”, mas como estando profundamente dividido entre Sunismo e Xiismo.

²² Grã-Bretanha, França e Rússia (até 1918). Ao longo da guerra, a Itália e os Estados Unidos se aliaram a este bloco, ao passo que a Bulgária se aliou às Potências Centrais.

ainda iria viajar para a Anatólia novamente a serviço do *Manchester Guardian* em 1923. No entanto, suas posições mais críticas aos gregos durante o conflito desagradaram os patrocinadores da cátedra Koraes que Toynbee ocupava na Universidade de Londres desde 1919 e à qual acabou renunciando cinco anos mais tarde (McNeill, 1989, pp. 118 e 119).

É preciso ressaltar que pelo simples fato de ser britânico e de ter trabalhado para o *Foreign Office* não decorre que Toynbee necessariamente devesse subscrever ou justificar as ações do governo britânico para com o Império Otomano. As relações entre os motivos apresentados acima para a escolha de nosso tema de pesquisa não são causais, implicando que pelo fato de ser originário deste ou daquele país um historiador deva, forçosamente, ser porta-voz de um determinado conjunto de práticas e ideias políticas. Antes, a relação entre a Grã-Bretanha e o Império Otomano é o pano de fundo a partir do qual uma parte importante dos escritos de Arnold J. Toynbee pode ser melhor compreendida. Se ele de certa forma fez parte da história da relação entre os dois Estados em um determinado momento não significa que sua obra e a política externa britânica pudessem ser reduzidas a um mesmo “pacote”. Ao contrário, os textos de Toynbee jogam luz sobre as atitudes do governo e da opinião pública britânica sobre o Império Otomano no início do século XX elucidando as suas principais tendências.

Ao longo da Primeira Guerra Mundial, como observamos, Arnold Toynbee assumiu uma postura extremamente crítica aos turcos e comprometida com o esforço de guerra dos Aliados. Porém, durante a Guerra Greco-Turca (1919-1922), Toynbee assumiu uma postura bem diferente, sendo bastante crítico às ações do governo britânico. Em *The Western Question*, o autor aponta os Aliados como parcialmente responsáveis tanto pelo início daquele conflito quanto pelo genocídio armênio denunciado no “Livro Azul”²³.

Além de ter assumido posturas diferentes em relação aos turcos, a exemplo da oscilação da política britânica no século anterior, Arnold Toynbee também observou e analisou as reações de seus contemporâneos aos acontecimentos na Anatólia. Ele explicou que, depois do grande interesse despertado na opinião pública pela Questão Oriental durante a Primeira Guerra Mundial (mesmo que secundário em relação ao interesse nas operações do front ocidental), os britânicos retomaram sua condição de indiferença para com os eventos no Oriente Próximo e no Oriente Médio. Tanto os contribuintes quanto os soldados se recusaram a apoiar seu governo em uma intervenção militar na Trácia e na Anatólia para impor os termos do Tratado de Sèvres,

²³ Até hoje a questão do genocídio armênio ainda é uma grande polêmica, pois o governo turco não reconhece a classificação daqueles eventos como *genocídio*, um crime contra a humanidade, imprescritível e punível pela lei internacional. Cf. FROMKIN, David. *A peace to end all peace. The fall of the Ottoman Empire and the creation of the modern Middle East*. New York: Henry Holt and Company, 1989, p. 235.

no qual não tinham o menor interesse. Como ele observou na ocasião, “sem dúvida é improvável que esse extremo grau de indiferença com relação a assuntos não-ocidentais seja permanente; mas na medida em que ela sempre existiu, ela provavelmente vai continuar, porque é um estado de espírito natural” (tradução nossa)²⁴. Além de função explicativa, o isolacionismo britânico cumpre um papel importante na teoria da história de Toynbee. Segundo ele, por causa desse isolamento relativo, a Grã-Bretanha (e também os Estados Unidos) estaria mais apta a exercer a liderança em um momento em que a própria Civilização Ocidental parecia ameaçada, às vésperas de um novo conflito mundial (Toynbee, 1934, volume I, p. 18).

O trabalho de Toynbee para o *Foreign Office* e depois para o *Royal Institute of International Affairs*, para o qual ele trabalhou de 1924 até 1954, significa que o autor estava em uma posição privilegiada para acompanhar e analisar de perto os eventos que puseram fim ao Império Otomano. Da mesma forma, Toynbee pôde observar em primeira mão as reações da opinião pública e da imprensa britânica e europeia, bem como os movimentos no Mundo Muçulmano contra o imperialismo²⁵ das Grandes Potências. Isso porque as funções do autor no *Royal Institute of International Affairs* consistiam em preparar extensos e detalhados relatórios sobre as relações internacionais coletando todas as informações disponíveis na imprensa internacional e documentos oficiais.

Assim, o capítulo 3 analisará a percepção sobre o Império Otomano que se delineia em algumas das obras de Arnold J. Toynbee no que se refere especificamente à maneira como ele entendia a história do Império Otomano em sua relação com as Grandes Potências, em particular a Grã-Bretanha. Inicialmente, pretendíamos utilizar apenas os textos escritos ou publicados pelo autor na época da Guerra Greco-Turca e da formação do Estado nacional turco, eventos que ele pôde observar em primeira mão. Porém a leitura de suas obras posteriores, em especial *A Study of History*, publicado em doze volumes entre 1934 e 1961, revelou não apenas como ele interpretou os eventos que testemunhara nos anos iniciais de sua carreira, mas também o impacto que eles tiveram sobre a sua maior obra e como eles se inserem em sua teoria da História²⁶. Sendo assim, não podíamos deixar de incluir parte dessa obra em nossa pesquisa,

²⁴ “This extreme degree of indifference towards non-Western affairs is no doubt unlikely to be permanent; but in the lesser degree in which it has always existed, it will probably continue, because it is a natural state of mind.” Toynbee, *The Western Question*, London: Constable and Company, 1922, p. 4. Cf. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History. Volume I*, pp. 17 e 18.

²⁵ Toynbee não usa o conceito de *imperialismo*, mas fala do avanço político e econômico das Grandes Potências sobre outras áreas e povos.

²⁶ A teoria desenvolvida por Toynbee a respeito da história das civilizações em *A Study of History* teve uma enorme repercussão no meio acadêmico e até mesmo fora dele, influenciando, entre outros, o pensamento de Samuel Huntington e o conceito de “choque de civilizações”. Cf. HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster, 1997, loc. 806.

especificamente a que trata do ponto de vista do autor sobre as relações entre a Civilização Ocidental e o Mundo Muçulmano durante o fim do Império Otomano.

Além de Arnold Toynbee, outros autores britânicos viajaram pelo Império Otomano e pelos Bálcãs e registraram suas impressões em livros. Nesses escritos desenha-se a noção de uma profunda alteridade e decadência associadas ao Império Otomano. Eles apresentam os conflitos internos do império como um conflito civilizacional e moral. No fundo, essa oposição fazia parte da própria definição do que deveria ser a Europa. Como observou o historiador norte-americano Donald Quataert:

quando os europeus procuraram definir-se a si mesmos, fizeram-no, em parte, caracterizando-se segundo aquilo que não eram. Os europeus fizeram dos Otomanos o repositório do mal; identificaram as características que queriam possuir, atribuindo as contrárias a seus inimigos. Foi, portanto, a crueldade em oposição à humanidade; a barbárie em contraste com a civilização; os infiéis contra os verdadeiros crentes. Podia saber-se quem se era através da caracterização de quem e daquilo que se não era.²⁷

Apesar de perceber claramente o papel das Grandes Potências na desagregação final do Império Otomano, Arnold J. Toynbee não era exceção à regra e, como um homem de seu tempo, também enxergava o fim daquele império como o resultado inevitável da decadência de sua civilização. Porém, mais do que desvendar uma luta civilizacional ou construir uma imagem exótica e primitiva do que seria o Império Otomano, os autores britânicos do início do século XX apresentaram suas próprias ideias a respeito de temas e conceitos que pautaram as relações internacionais desde, pelo menos, o século anterior: nacionalismo, autodeterminação dos povos, o papel das Grandes Potências e o destino dos impérios multiétnicos europeus.

A obra de Toynbee, entretanto, apresenta um diferencial importante com relação à de seus contemporâneos: ele desenvolveu uma teoria da História que explicaria, em última análise, não só os conflitos atuais, mas apontaria caminhos para o futuro da própria Civilização Ocidental. Este é um dos motivos pelos quais suas obras alcançaram sucesso junto ao público em geral, especialmente nos Estados Unidos, logo após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), onde uma teoria da História não marxista tinha grande apelo. No entanto, erros factuais presentes nessa obra bem como certos aspectos contraditórios de sua teoria fizeram com que Arnold Toynbee fosse bastante criticado nos meios acadêmicos, caindo no ostracismo nas décadas mais recentes. Ainda assim, consideramos que os seus escritos são uma ótima fonte de informações a respeito da época em que foram elaborados e publicados.

²⁷ QUATAERT, Donald. *O Império Otomano: das origens ao século XX*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 29.

Nomenclatura, grafia e periodização

Antes de apresentar um resumo da história do Império Otomano que possa servir de pano de fundo para a compreensão de sua relação com a Grã-Bretanha, faz-se necessário esclarecer alguns pontos que poderiam ser objeto de controvérsia. Primeiro, com relação à grafia de alguns nomes, preferimos utilizar as formas normalmente consagradas em língua portuguesa. Por exemplo, utilizaremos o termo “paxá” e não “pasha” ou “paşa”.²⁸ Quando não houver uma forma consensual em português, empregaremos a grafia utilizada por nossas fontes.

Embora seja comum no Brasil a utilização dos termos “turco” e “otomano” como sinônimos, preferimos manter a distinção para evitar a sobreposição de identidades diferentes, por isso não utilizaremos aqui a nomenclatura *Império Turco-Otomano*, mas simplesmente *Império Otomano*, a exemplo de Arnold Toynbee em suas obras. Em *A Study of History*, aliás, o autor utiliza ainda um terceiro termo, ‘*Osmanlis*, para se referir especificamente à dinastia reinante do Império Otomano. O termo *turco* só é utilizado por ele com conotações étnicas, para designar as tribos de língua túrcica vindas da Ásia Central para o Oriente Médio e para designar o Estado nacional turco que se formou sobre as ruínas do Império Otomano em 1922. Embora o termo *Turquia* fosse comumente usado por autores europeus desde a conquista da Anatólia por tribos turcas, como observou Bernard Lewis, os próprios habitantes dessa região iriam adotar oficialmente esse nome apenas em 1923. Anteriormente,

na sociedade imperial dos otomanos o termo étnico turco era pouco usado, e então principalmente com um sentido um tanto pejorativo, para designar os nômades turcomanos ou, mais tarde, os camponeses turcófonos ignorantes e grosseiros das vilas da Anatólia. (tradução nossa)²⁹

Essa distinção nem sempre esteve presente em obras de autores ocidentais, pois em textos mais antigos o termo *turco* era por vezes usado como equivalente a *muçulmano*, embora

²⁸ Paxá era o título conferido ao governador de uma província (ou paxalato), que era por sua vez dividida em unidades administrativas menores, os *sandjaks*, sob o comando de um *sandjak bey*. Cf. MANTRAN, Robert. “Glossaire”. In: MANTRAN, Robert. *Histoire de l’Empire Ottoman*. Toynbee, por sua vez, utiliza preferencialmente a forma *Pādishāh* para se referir ao sultão otomano. Esse é o único caso do uso desse termo em toda a bibliografia que consultamos e provavelmente decorre da teoria do autor de que o Império Otomano pertenceria à “Sociedade Irânica” que, ao incorporar a “Sociedade Árábica” no século XVI, teria dado origem à Civilização Islâmica atual, por isso ele prefere designar o líder político do Império Otomano pelo termo *Pādishāh*, que tem a mesma origem que o termo *Shāh*, usado para designar os governantes persas até o século XX. Manteremos aqui, contudo, o termo “sultão”, já consagrado na historiografia sobre o Império Otomano.

²⁹ “In the Imperial society of the Ottomans the ethnic term Turk was little used, and then chiefly in a rather derogatory sense, to designate the Turcoman nomads or, later, the ignorant and uncouth Turkish-speaking peasants of the Anatolian villages.” LEWIS, Bernard. *The emergence of Modern Turkey*. New York: Oxford University Press, 2002 (3ª edição), p. 1.

se tratem de conceitos de natureza diferente (Lewis, 2002, p. 15)³⁰. Por exemplo, o historiador britânico Albert Hourani, em *Islam in European Thought*, de 1989, citou um trecho da autobiografia do naturalista inglês Robert Boyle (1627 – 1691) que elucida bem essa confusão terminológica. Boyle escreveu, “para interrogar seriamente a verdade dos próprios fundamentos do cristianismo, e para escutar o que *tanto turcos quanto judeus* e as principais seitas dos cristãos poderiam alegar por suas muitas opiniões” (tradução e destaques nossos)³¹. Além da confusão terminológica causada por essa sobreposição entre etnia e religião, o conteúdo nacional hoje atribuído ao adjetivo “turco”, torna ainda mais necessário deixar clara a distinção entre os conceitos.

Com relação à periodização da história otomana, normalmente ela é apresentada como dividida em duas fases: a fase de expansão, entre os primórdios do Império Otomano até o seu auge no século XVI e depois o declínio otomano, desde o fim de sua “época de ouro” até a sua extinção em 1922. Segundo a historiadora brasileira Monique Sochaczewski Goldfeld,

não é raro se dividir a história otomana em ascensão” e “queda” (...). Vale ressaltar que a pretensa fase de “decadência” é maior do que o período áureo do Império Britânico, por exemplo, sendo certamente mais válido pensar neste império em termos de sua grande capacidade de gerir diversas formas de dominação e de se reinventar várias vezes ao longo de sua existência.³²

Assim, a necessidade de uma acomodação, ainda que momentânea, entre o Império Otomano e outros Estados entre os séculos XVI e XVIII poderia sugerir uma periodização diferente da que normalmente é utilizada³³. Nesse sentido, talvez o período entre o reinado de Solimão I (r. 1520-1566) e a expedição de Napoleão ao Egito entre 1798 e 1799 pudesse ser considerado uma fase de acomodação do Império Otomano, já que até então o Império Otomano ainda não tinha se convertido em palco das rivalidades entre as Grandes Potências.

³⁰ Cf. Também QUATAERT, Donald, *O Império Otomano*, p. 24; e GOLDFELD, Monique Sochaczewski. “O Império Otomano e a Grande Guerra”. In: *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: Luzes/Instituto de Estudos Estratégicos (UFF), nº 5, vol. I, 2015, p. 221.

³¹ “to be seriously inquisitive of the truth of the very fundamentals of Christianity, and to hear what both Turks and Jews, and the chief sects of Christians could alledge [sic] for their several opinions.” BOYLE, Robert. “An account of Philaretus, during his minority”. *Apud* HOURANI, Albert. “Islam in European Thought”. *The Tanner Lectures on Human Value*. Delivered at Clare Hall, Cambridge University, 30/01 e 31/02/1989, p. 236.

³² GOLDFELD, Monique Sochaczewski. “O Império Otomano e a Grande Guerra”, p. 222.

³³ Com isso, não queremos dizer que outras formas de dividir a história otomana são incorretas, mas a periodização, “embora arbitrária e sujeita às preferências pessoais do historiador, é uma ferramenta inevitável e mesmo indispensável para dar forma ao passado”. ZÜRCHER, Erik. *Turkey, a modern history*. London: I. B. Tauris, 3ª ed., 2004, p. 1. Assim, a periodização da história otomana proposta aqui obedece às necessidades explicativas específicas de nossa pesquisa.

Devido ao declínio de seu poderio militar a partir do final do século XVI, o Império Otomano precisou recorrer cada vez mais à via diplomática e à mediação externa para a resolução de conflitos. Sendo assim, é importante acompanharmos brevemente a história da formação do Império Otomano e da sua relação com outros Estados, para compreendermos quais eram os elementos em cena no momento de sua desagregação e qual o papel desempenhado por cada um dos atores naquele momento.

Tendo em vista essas considerações, propomos a seguinte periodização para a história otomana, com vistas à sua relação com as potências europeias:

1). *Do século XIII ao século XVI – formação e expansão do Império Otomano.* Esse período compreendeu a transformação do Emirado Otomano em um império que se estendeu em direção à Europa e à Anatólia, suplantando o Império Bizantino. Podem ser considerados marcos importantes desse período a conquista de Bursa (ou *Brusa*, na atual Turquia), em 1324, a partir da qual os otomanos iniciaram a sua expansão em direção à Europa³⁴; a Batalha de Nicópolis³⁵ (atual Bulgária) de 1396; e a conquista de Constantinopla (atual Istanbul) em 1453, que marcou o fim do Império Bizantino e ofereceu aos otomanos uma posição ímpar para a expansão de seus domínios.

2). *O século XVI – o “século de ouro” do Império Otomano.* Neste período, compreendido entre os reinados de Selim I, (r. 1512-1520), Solimão I (r. 1520-1566) e Selim II (r. 1566-74), o Império Otomano alcançou o auge de sua expansão territorial e do florescimento de sua economia, embora de maneira desigual entre seus diversos territórios. Destacaram-se nesse período a Batalha de Mohács (na atual Hungria) em 1526, na qual os otomanos conquistaram parte da Hungria³⁶ e o primeiro cerco de Viena, em 1529, que marcou o limite do avanço das tropas otomanas na direção oeste.

³⁴ “Dentro de trinta anos da queda de Brusa, os Osmanlis ganharam uma base na margem europeia dos Dardanelos; e foi na Europa e não na Ásia que eles fizeram sua fortuna” (tradução nossa). TOYNBEE, Arnold. *A Study of History. Volume II. London: Oxford University Press, 1934 (1ª edição)*, p. 152.

³⁵ A “última cruzada verdadeira”, nas palavras do historiador norte-americano Roderic Davison, pois foi organizada pelo rei da Hungria e pelo papa, contando com a participação de cavaleiros da Europa Ocidental. DAVISON, Roderic H. *Essays in Ottoman and Turkish History, 1774 – 1923*, pp. 5 e 6. Isso não significa, no entanto, que ela de fato representasse a Cristandade como um todo, pois alguns príncipes cristãos se aliaram aos otomanos, enquanto Veneza fez “acordos com ambas as partes para obter vantagens políticas e comerciais”. QUATAERT, Donald. *O Império Otomano*, p. 43.

³⁶ Essa batalha também teve consequências importantes para a Áustria. “O impacto da Potência Otomana sobre o Mundo Ocidental começou com a guerra de cem anos entre os ‘Osmanlis e a Hungria que culminou na batalha de Mohacz (A.D. 1526). (...) era apenas um desastre dessa magnitude que poderia unir o restante da Hungria com a Boêmia e a Áustria em uma união próxima e duradoura com a Dinastia Habsburgo” (tradução nossa). TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume II, pp. 177-179. Morto o rei da Hungria nessa batalha, Luís II, seu cunhado Fernando I, arquiduque da Áustria, reuniu sob seu comando os territórios austríacos que não haviam sido ocupados pelos otomanos.

3). *Do final do século XVI ao final do século XVIII – acomodação política externa e transformações internas.* Este pode ser considerado um período de acomodação com as potências europeias porque, diante das derrotas militares cada vez mais frequentes, o Império Otomano passou a recorrer também à diplomacia. “A estrutura política evoluiu continuamente, assumindo novas formas, num processo de transformação e não de declínio”³⁷. Embora a tecnologia militar otomana tenha ficado ultrapassada em relação à europeia, as derrotas militares ainda não foram capazes de comprometer seriamente a soberania do império neste período. A correlação de forças entre o governo central e os poderes locais começou a se alterar ao longo dessa fase, no entanto, com a ascensão de algumas famílias de *a‘yan* (“notáveis”) ao poder, ao passo que os sultões perdiam força. Nesta fase, foi especialmente relevante a segunda tentativa frustrada de conquistar a capital austríaca em 1683, última ameaça séria a uma potência europeia³⁸.

4). *Do final do século XVIII ao início do século XX – declínio do império e formação de novos Estados nacionais.* Este foi o período em que as Grandes Potências começaram a intervir cada vez mais nos assuntos internos otomanos, disputando entre si a influência sobre a economia e a administração do império. Foi nessa fase que, animados pelas ideologias do nacionalismo e do liberalismo, movimentos nacionais começam a se organizar entre os diversos grupos que compunham a sociedade otomana e a exigir transformações e mesmo independência política. Sob essas influências, o próprio império passou por tentativas de transformá-lo em Estado-nação. O ápice desse processo foi o surgimento de um movimento nacionalista turco na Anatólia após o final da Primeira Guerra Mundial, que acabou por fundar o moderno Estado nacional turco, o qual extinguiu o sultanato otomano. Delimitam esse período o Tratado de Küçük-Kainarji, de 1774 e a invasão do Egito por Napoleão em 1798 por um lado; e, por outro, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Guerra Greco-Turca (1919-1922) e a extinção do sultanato otomano e do califado (1922 e 1924, respectivamente).

³⁷ QUATAERT, Donald. *O Império Otomano*, p. 59.

³⁸ “Nessas duas provações supremas [1529 e 1683], a capital austríaca desempenhou o mesmo papel – psicológico bem como estratégico – na resistência desesperada do Mundo Ocidental ao assalto Otomano. (...) Estes dois cercos foram ambos pontos decisivos na história militar otomana. O fracasso do primeiro imobilizou a onda de conquistas otomanas que estava inundando o Vale do Danúbio há um século. O fracasso do segundo foi seguido por um refluxo que continuou a partir dali (...) até que as fronteiras europeias da Turquia (...) tivessem recuado em nossa época para os arredores de Adrianópolis” (tradução nossa). TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume II, p. 179.

Capítulo 1

O Império Otomano, surgimento e declínio

Formação e expansão do Império Otomano

A partir do século XI começaram a chegar ao Oriente Médio povos de língua turca (por vezes chamados de turcomanos ou túrcicos). Quer fossem escravos ou mercenários contratados pelos soberanos árabes, quer fossem conquistadores, sua chegada abalaria de forma profunda o Império Bizantino e o Mundo Muçulmano. Ao declínio do domínio árabe, no final do período Abássida (E.C. 750-1258), seguiu-se a formação de diversos sultanatos no Oriente Médio sob o comando de guerreiros de origem turca, embora no início ainda sob a autoridade nominal do califa abássida. Tal foi o caso do sultanato Seljúcida, que ficou bastante conhecido por suas vitórias militares contra o Império Bizantino.

A migração de povos da Ásia Central em direção ao Oriente Médio e à Europa não se restringiu aos turcos, porém. As invasões mongóis no século XIII foram particularmente desastrosas tanto para os árabes abássidas quanto para os turcos seljúcidas, então bastante enfraquecidos por conflitos internos entre os chefes tribais que deviam lealdade ao sultão (Beldiceanu, Irène, 1989, p. 27). Embora a dinastia seljúcida ainda detivesse nominalmente o sultanato por um longo tempo, seu império se dividiu em uma miríade de unidades políticas menores. Entre elas, um pequeno emirado, situado na península da Anatólia em meio a outros tantos emirados e governado pela família do chefe tribal Osmã (c. 1290? -1324), daria origem ao Império *Otomano*, em referência ao fundador da sua dinastia reinante.

Dessa forma, os vazios de poder gerados no Mundo Muçulmano pelo declínio do Império Abássida e pelas invasões de povos da Ásia Central, foram preenchidos por diversos “impérios da pólvora” fundados por tribos túrcicas, como o Império Otomano, inicialmente na Anatólia e depois nos Bálcãs, no Levante e no Norte da África; o Safávida, na Pérsia e na Mesopotâmia; e o Grão-Mughal, na Índia (Demant, 2011, pp. 53-58). O Império Otomano foi o mais duradouro e o mais bem-sucedido desses impérios em termos de conquista territoriais. As principais características desses “impérios da pólvora” eram:

- 1) o uso de armas de fogo;
- 2) o controle das populações locais por uma elite guerreira de língua turca;

- 3) a religião islâmica como principal fator de identidade e coesão social (entre os otomanos as populações judaicas e cristãs eram geralmente toleradas como “povos do livro”);
- 4) a rápida conquista e expansão territorial, graças a uma relativa superioridade militar;
- 5) e o entrelaçamento das estruturas administrativas e costumes das populações conquistadas com as práticas e costumes dos conquistadores.

Durante sua expansão em direção ao oeste, a maior parte dos nômades turcos se converteu ao Islã, o que seria um traço importante e distintivo desses povos com relação ao Império Bizantino. Este, já bastante enfraquecido por suas disputas com Gênova, Veneza e com os reinos balcânicos da Bulgária e da Sérvia, foi perdendo cada vez mais territórios para as tribos túrcicas vindas da Ásia Central. Até o século XVI, os turcos otomanos conquistaram um vasto território beneficiando-se do enfraquecimento e fragmentação do Império Bizantino, de principados cristãos e de outras tribos muçulmanas, na Anatólia, nos Bálcãs, no Oriente Médio e no norte da África. A esse respeito, o historiador norte-americano Donald Quataert observou que essas últimas têm sido menosprezadas por uma historiografia que se concentra no conflito entre o Império Otomano e a Europa, conferindo a essa disputa um caráter religioso. Contudo,

O que parece ser, portanto, fundamental a respeito dos Otomanos não era a sua natureza religiosa, ou *gazi*, embora esta ocasionalmente os tivesse motivado. Em vez disso, o que se afigura mais notável no empreendimento otomano foi seu caráter de Estado em processo de formação, de concretização e de fazer o necessário para atrair e manter apoiantes. (...) esse empreendimento não equivaleu a um Estado religioso na sua substância, mas antes a um Estado pragmático.³⁹

Ainda assim, os conflitos entre o Império Otomano e os Estados vizinhos eram *justificados* em termos religiosos. Segundo Suraiya Faroqhi, o discurso oficial dos otomanos e de seus rivais, tanto safávidas como europeus, levava em conta a religião e a guerra contra os “infiéis” porque esse era justamente o componente que legitimava o poder tanto dos sultões quanto dos líderes vizinhos. No entanto, o que prevalecia na prática era, muitas vezes, o pragmatismo, tanto de um lado quanto do outro. Príncipes cristãos podiam ser vassallos do sultão otomano, como eram os príncipes da Moldávia e da Valáquia, ou aliar-se aos otomanos contra um inimigo comum, mesmo que esse inimigo fosse cristão. Tal foi o caso do rei Francisco I da França (r. 1514-1547), que se aliou aos otomanos contra os Habsburgo, cujo projeto hegemônico ameaçava a ambos (Faroqhi, 2005, loc.137 e 188-190)⁴⁰. O discurso religioso era justamente a linguagem em que os conflitos políticos eram expressos e justificados, tanto de

³⁹ QUATAERT, *O Império Otomano*, p. 41.

⁴⁰ Cf. também RODINSON, Maxime. *La fasciación del Islam*. Madrid: Ediciones Júcar, 1989, pp. 56 e 57.

um lado quanto de outro, o que não exclui a existência de motivações de natureza política ou econômica.

Com relação aos safávidas, a oposição que os otomanos lhes faziam também era justificada em termos religiosos, contrapondo as duas principais tendências dentro do Islã, o Sunismo e o Xiismo. Tendo se convertido ao Islã sunita ao longo de sua trajetória em direção ao Oriente Médio, os turcos otomanos representaram para o Mundo Muçulmano um novo ímpeto de conquistas territoriais, “mas ao preço de uma marcada rigidez do Islã” (Demant, 2011, p. 55). Para se diferenciar de seus vizinhos e rivais otomanos, a dinastia safávida impôs o Xiismo à população persa, o que explica que hoje ele seja a tendência majoritária no Irã. Aliás, para os mais fervorosos, essa guerra era ainda mais importante do que o conflito contra os cristãos, pois estes poderiam ser tolerados, mas a apostasia, ou desvio da “verdadeira fé”, é punível com a morte, segundo a lei religiosa islâmica⁴¹.

Embora muitas vezes as rivalidades fossem apresentadas na forma de uma oposição religiosa, a história do Império Otomano também foi marcada por momentos de paz e convivência com seus vizinhos. Saber agir de acordo com as circunstâncias em nome de interesses comuns era tão parte da relação entre diferentes Estados quanto a tensão latente entre os princípios religiosos que legitimavam o poder de suas elites.

Apesar disso, o Império Otomano se definia como muçulmano, o que significava que, ao menos teoricamente, as decisões do sultão deviam ser legitimadas pelos doutores da lei islâmica. Houve de fato alguns momentos na história otomana em que decretos imperiais foram considerados incompatíveis com a xaria pelo *şeyhülislam*, principal autoridade religiosa muçulmana do império que chegou a legitimar levantes reacionários contra determinado sultão ou grão-vizir. Esse foi o caso da revolta que destronou e executou Selim III (r. 1789 – 1808), o que evidencia uma relação bastante tensa entre o governo otomano e o aparato religioso islâmico (Zürcher, 2004, p. 13)⁴².

Aparentemente não houve por parte dos sultões uma política de islamização forçada dos povos conquistados, até porque uma política de conversão maciça teria sido fiscalmente desastrosa já que os muçulmanos estavam isentos de certos tributos devidos por cristãos e judeus (Anderson, Perry, 1974, pp. 370 e 371)⁴³. Como observou a historiadora brasileira Lúcia Cristina S. de Almeida,

⁴¹ Toynbee dedicou um anexo ao volume I de seu *A Study of History* para explicar o surgimento dessa cisão no Islã e as consequências da adoção do Xiismo pelo Xá Ismail, o primeiro daquela dinastia. Cf. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*. Volume I, Anexo I a I C, pp. 347 – 402.

⁴² Cf. também ANDERSON, Perry. *Lineages of the Absolutist State*. London: NLB, 1974, pp. 369 e 370.

⁴³ Cf. também Beldiceanu, Nicoară, 1989, pp. 134 a 136.

A política de tolerância tinha suas razões – eram muito mais não-muçulmanos que muçulmanos, os súditos do sultão. Além disso, os *dhimmis* podiam servir ao império com sua produtividade: pagavam taxas, eram marinheiros e comerciantes ou financistas, coisas de que o estado precisava.⁴⁴

O domínio do comércio e das atividades financeiras por minorias cristãs e judaicas era um traço importante da sociedade otomana, pois permitiu a esses grupos manterem um contato mais estreito com as economias europeias, além de ser uma alternativa à restrição a não-muçulmanos de ocuparem os cargos mais altos da administração do império. Por outro lado, a conversão ao Islã garantiu a muitos indivíduos posições de prestígio na hierarquia administrativa otomana. Assim, não era raro que posições de comando fossem confiadas a homens que, embora muçulmanos, não eram turcos.

Segundo Toynbee, a conversão do campesinato da Anatólia ao Islã e a adoção dos costumes e língua turcos eram compreensíveis diante da fraca coesão da sociedade bizantina na região, então em franco declínio devido a disputas internas entre búlgaros e gregos entre os séculos X e XI. Naquele momento,

o campesinato da Anatólia, em contraste com a classe dominante, pode ter sido um povo mais ou menos inculto como os seus invasores nômades e pronto, como eles, a adotar qualquer modo de vida que lhes oferecesse um futuro melhor. A Igreja Ortodoxa estava amarrada à velha opressão. O Islã não havia sido testado e era atraentemente igualitário em suas declarações. Os nômades seljúcidas e o campesinato da Anatólia foram amalgamados por sua conversão comum e o elemento nômade foi absorvido. (tradução nossa)⁴⁵

Assim, quando os otomanos, fortalecidos por suas conquistas na Europa no século XIV, voltaram-se contra os emirados turcos da Anatólia, eles incorporaram uma população que já era bastante heterogênea. Havia uma maioria muçulmana que se convertera já durante o Sultanato Seljúcida e minorias cristãs gregas e armênias significativas. No século XV, os otomanos puderam conquistar o restante da Anatólia, dividida entre os principados remanescentes do Sultanato Seljúcida, porque haviam conseguido estabelecer uma base segura dos dois lados dos Estreitos. Além disso, a conquista da região que seria depois genericamente designada como

⁴⁴ ALMEIDA, Ligia Cristina Sanchez de. *Armênios e gregos otomanos*, p 33. *Dhimmis* (“protegidos”) eram as minorias judaicas e cristãs toleradas pelos regimes muçulmanos.

⁴⁵ “the Anatolian peasantry, in contrast to the ruling class, may have been a more or less uncultivated people like the nomadic invaders and ready, like them, to adopt any way of life which offered them a better future. The Orthodox Church was bound up with the old oppression. Islam was untried and was attractively equalitarian in its professions. Saljūq nomads and Anatolian peasantry were amalgamated by their common conversion, and the nomad element was absorbed.” TOYNBEE, Arnold. *The Western Question in Greece and Turkey*, pp. 113 e 114. Cf. também TOYNBEE, Arnold. *The Western Question in Greece and Turkey*, pp. 118 e 119.

“Balcãs”⁴⁶ havia conferido aos otomanos uma vantagem de especial importância para a conquista de Constantinopla pelo sultão Mehmet II (r. 1451-1481), pois lhes permitiu cercar a velha cidade imperial, que resistira por séculos às tentativas de invasão. O uso de uma nova tecnologia bélica, a pólvora, também se mostraria fundamental, uma vez que os enormes canhões turcos diminuía em muito a eficácia defensiva das muralhas da cidade. Uma vez conquistada, Constantinopla tornou-se o coração do Império Otomano.

A posição estratégica da capital imperial controlando os estreitos que ligam o Mar Negro ao Mar Mediterrâneo seria a maior força do Império Otomano e também sua maior vulnerabilidade. A força estava na localização da cidade, permitindo a seus governantes controlar o fluxo marítimo entre o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo e o rico comércio entre Ásia, África e Europa. Além disso, ela permitia que os otomanos administrassem um império que não era apenas médio-oriental, mas também essencialmente europeu e mediterrâneo⁴⁷. Entretanto, a fraqueza dessa posição era justamente a de atrair a cobiça de outros impérios, especialmente o russo. Estar com um pé na Ásia e outro na Europa significava ter pelo menos três formidáveis rivais permanentes: o Império Persa a leste, os Habsburgo a oeste e o Império Russo ao norte.

As sucessivas vitórias otomanas se tornaram um catalisador para a formação de alianças entre diversos países europeus para conter o avanço turco, embora essas alianças não abrangessem todos eles. Veneza, por exemplo, firmou contratos comerciais tanto com os otomanos quanto com Estados europeus em guerra contra eles (Quataert, 2000, pp. 42 e 43). Para Arnold Toynbee, a própria existência da Monarquia Austríaca se explicaria devido à pressão exercida pelos otomanos sobre o Ocidente, do qual ela seria a primeira linha de defesa. Esse exemplo ilustra o seu conceito de “estímulo das pressões”⁴⁸.

⁴⁶ Na Antiguidade, o termo que genericamente designava a região entre autores europeus era *Haemus*, de origem trácia e preservada por autores clássicos gregos e latinos. A palavra “Balcãs” é derivada do termo turco para *montanha*, mas não foi consensual designar toda a península sob esse termo até meados do século XIX. Até o Congresso de Berlim de 1878, a região era geralmente designada por autores europeus como *Turquia na Europa*, entre outros termos semelhantes. Já os otomanos designavam a região como *Rumélia*, literalmente a “terra dos romanos” (bizantinos). TODOROVA, Maria. *Imagining the Balkans*, pp. 26 e 27.

⁴⁷ “Até ao Tratado de Berlim de 1878, quando foi despojado de todas as suas possessões nos Balcãs, exceto alguns fragmentos, o Império Otomano fora uma potência europeia; os Estados seus contemporâneos viam-no como tal, e tinha um profundo envolvimento nos assuntos políticos e militares europeus. Ao longo dos quase seiscentos anos da sua história o Estado otomano tanto fez parte da ordem política da Europa como o fizeram os Estados da França ou dos Habsburgo, seus rivais.” QUATAERT, *O Império Otomano*, p. 25.

⁴⁸ “(...) a Monarquia Danubiana dos Habsburgo existia com o fim de servir como um bastião da Sociedade Ocidental contra outro estado universal no qual o corpo principal da Cristandade Ortodoxa havia se fundido pelos Osmanlis. Ela foi chamada à existência em um momento em que a pressão otomana sobre o Mundo Ocidental de repente se tornou realmente formidável; ela permaneceu na primeira linha das Grandes Potências da Europa enquanto a pressão otomana permaneceu em seu auge; ela começou a decair assim que a pressão otomana começou

Esta é uma interpretação interessante, se considerarmos a história da rivalidade entre as duas potências.⁴⁹ Porém, o mesmo princípio de *estímulo das pressões* poderia de certa forma ser aplicado à relação entre a França e a Áustria já que as duas potências disputaram a hegemonia sobre o continente europeu desde pelo menos o século XVI, mas, sendo as duas católicas, o componente religioso que legitimaria o conflito em última instância estaria ausente. Só o conceito de *razão de Estado* poderia justificá-lo. De certa forma, a ameaça dos otomanos à Áustria também permitiu a sobrevivência da Reforma Protestante, pois em nome do inimigo comum foram declarados momentos de trégua entre católicos e protestantes durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) que permitiram a consolidação destes últimos. A longa história da relação entre o Império Otomano e seus vizinhos europeus foi pontuada, portanto, por oposição, tolerância e aliança, dependendo das circunstâncias políticas, internas e externas.

O “século de ouro” do Império Otomano

No período compreendido entre os reinados de Selim I, (r. 1512-1520), Solimão I (r. 1520-1566) e Selim II (r. 1566-74) o Império Otomano alcançou sua máxima extensão territorial incorporando o resto da Anatólia, a Síria, a Palestina, o Hejaz (parte da atual Arábia Saudita), o Egito, a Mesopotâmia (atual Iraque), o Iêmen, a Tripolitânia (que hoje corresponde ao norte da Líbia), o Norte das atuais Tunísia e Algéria, a Hungria, Belgrado, a Transilvânia, a Podólia (na atual Polônia) e a Crimeia. Eles também alcançaram uma importante vitória contra o xá Ismail em 1514, interrompendo o avanço da dinastia turco-persa dos safávidas.

A expansão turca no flanco ocidental só foi contida às portas de Viena, que foi sitiada em 1529 e novamente em 1683, mas sem sucesso⁵⁰. Os otomanos também disputaram o domínio do Mediterrâneo contra os Habsburgo espanhóis e, embora não tenham conseguido o controle efetivo da porção ocidental do “mar interior”, sua hegemonia sobre o Mediterrâneo Oriental e o Mar Negro, bem como sobre as antigas rotas de comércio para o Oriente, já estava assegurada. No flanco oriental, foram bastante significativos os diversos embates contra o

a relaxar; e ela finalmente caiu aos pedaços na mesma guerra geral (...) na qual o Império Otomano recebeu o seu golpe de misericórdia” (tradução nossa). TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume II, p. 177.

⁴⁹ “a luta contra ‘o turco’ era também um meio potente de afirmar a legitimidade dos governantes Habsburgo e a tendência veneziana de colocar considerações comerciais acima da ‘guerra santa ao estilo católico’ era muito frequentemente objeto de um criticismo exacerbado” (tradução nossa). FAROQHI, Suraiya. *The Ottoman Empire and the world around it*, loc. 283.

⁵⁰ “Antes do revés de 1683, os ‘Osmanlis sempre foram capazes de contar com a resolução de suas relações com seus adversários cristãos ocidentais e com os seus súditos cristãos ortodoxos (...) pela simples aplicação da força (...). Agora eles tinham que negociar na mesa de conferências com as Grandes Potências” (tradução nossa). TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume II, p. 224.

Império Persa Safávida, de quem os otomanos tomaram Bagdá em 1534, por exemplo. Além da disputa por territórios, elas assumiram também um caráter ideológico, como dissemos acima (página 22). Desde a vitória do sultão Selim I sobre os safávidas em 1514, o conflito entre as tendências sunita e xiita desempenhou um papel importante como justificativa ideológica para a disputa entre os dois impérios⁵¹.

Com relação à expansão territorial otomana, pode-se argumentar que a administração otomana direta muitas vezes representava uma vantagem para as populações conquistadas, pois significava uma diminuição dos impostos (Quataert, 2000, pp. 48 e 49). É curioso que uma conquista significasse uma taxação menor das populações subjugadas, mas em um ambiente em constante disputa e largamente pautado pela agricultura, os governantes de unidades políticas menores precisavam taxar muito mais seus súditos para manter seu poderio militar, o qual representava um alto custo.

Além disso, a submissão das populações balcânicas permitiu aos otomanos desenvolver um sistema de alistamento para a formação das tropas de janízaros (*yeni ceri*, “novo exército”), que se tornariam a espinha dorsal do exército otomano. De tempos em tempos, as famílias cristãs precisavam entregar ao Império alguns de seus filhos, como uma espécie de tributo. Esse sistema de recrutamento era chamado de *devşirme*. Os meninos escolhidos eram educados na fé islâmica e muito bem treinados, tornando-se a elite do exército otomano. Os mais competentes entre eles subiam na hierarquia do exército e da administração imperial, podendo chegar a vizires (ministros) e paxás (governadores das províncias).

Muitos autores consideram a eficiência militar dos janízaros recrutados através desse sistema como a principal razão da rápida expansão otomana e da eficiente administração dos territórios conquistados entre os séculos XIV e XVI⁵². Por exemplo, para Perry Anderson, o fato de que tanto os soldados quanto os vizires e paxás eram retirados de suas famílias e transformados em escravos do sultão altamente treinados tornava-os mais leais e impedia que

⁵¹ As relações entre otomanos e safávidas, bem como a adoção do Xiismo pelos últimos, são cuidadosamente analisados por Toynbee no anexo I ao capítulo I, seção C, do primeiro volume de *A Study of History*, pp. 347-402. Segundo Toynbee, talvez o Xiismo também tenha sido uma forma de expressão do descontentamento de outras tribos turcas conquistadas pelos otomanos na Anatólia (p. 368). Mais tarde, o nacionalismo albanês, por exemplo, também encontraria na heterodoxia islâmica uma fonte para a formulação de uma identidade própria e uma base social para a construção de uma nação. Como a historiadora francesa Nathalie Clayer analisou em suas obras *Religion et nation chez les Albanais* (1995) e *Aux origines du nationalisme albanais* (2007), a rede social da ordem sufi dos *bektashis* foi instrumentalizada pelos ideólogos do nacionalismo albanês entre finais do século XIX e início do século XX, tornando uma alteridade religiosa em alteridade política e cultural.

⁵² “Os janízaros eram uma tropa profissional permanente assalariada de 12.000 soldados regulares de infantaria – disciplinados, treinados, uniformizados (...) eles se assemelhavam à infantaria da Cristandade Ocidental como ela veio a ser no século XVIII; mas eles eram tão diferentes da, e em todos os aspectos tão superiores, à infantaria Ocidental do século XVI que eles moveram um observador ocidental inteligente daquela época, como o era Busbecq, ao espanto e à inveja” (tradução nossa). TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume III, p. 38.

se tornassem uma aristocracia de fato já que, teoricamente, não havia a possibilidade de que esses altos-funcionários pudessem competir com o sultão uma vez que não tinham a segurança da propriedade da terra (Anderson, Perry, 1974, p. 376).

No entanto, a explicação mais simples para a adoção desse sistema de recrutamento seria a proporção numérica entre os guerreiros otomanos e as populações conquistadas nos Bálcãs no momento da expansão otomana sobre aquela região, que era mais populosa do que o emirado otomano na Anatólia. Não tendo tropas suficientes e não podendo, pela lei islâmica, recorrer a tropas não-muçulmanas, a solução era recrutar e converter soldados entre as populações cristãs. Com o passar do tempo, a possibilidade de alistamento foi estendida aos filhos dos janízaros e filhos de famílias muçulmanas, ou seja, “passou a proceder-se às substituições dos quadros no seio do sistema, o que levou a que o *devşirme* se tornasse desnecessário”⁵³ já nas primeiras décadas do século XVII.

Entretanto, como observou Perry Anderson, o alistamento de um número cada vez maior de soldados entre os regimentos de janízaros, atraídos por privilégios e isenções tributárias, tornou excessivos os custos de manutenção das tropas. Isso fez com que elas fossem autorizadas a exercer outras atividades econômicas, prejudicando o seu treinamento e disciplina. Assim, acabaram se tornando uma fonte de inquietação social, “vastos grupos de milícias urbanas semi-treinadas ou não” e dessa forma o “valor militar dos janízaros logo tornou-se mínimo; sua principal função política na capital era formar uma *masse de manoeuvre* fanática para a intolerância dos ulemás ou intrigas palacianas” (tradução nossa)⁵⁴.

Com relação à economia otomana em geral, o século XVI também é considerado um período áureo. Sobre tudo nas províncias asiáticas do Império e também no Norte da África, a conquista otomana e a unidade política que ela trouxe permitiram um florescimento econômico após a desorganização provocada pela fragmentação do califado abássida no século XIII. Houve, no entanto, um desenvolvimento econômico muito desigual entre as diversas regiões que compunham o Império Otomano, que não poderia ser descrito como uma unidade econômica, (Zürcher, 2004, p. 18) até mesmo por fatores naturais e geográficos. As regiões europeias do Império tinham uma economia marcadamente agrária à época de sua conquista. Já as regiões médio-orientais tinham no comércio de longa distância entre o Extremo Oriente e a Europa a sua principal fonte de renda. Mesmo a rota alternativa para as Índias estabelecida

⁵³ QUATAERT, Donald. *O Império Otomano*, p. 126.

⁵⁴ “the janissaries increasingly became vast bodies of semi- or untrained urban militia (...) The military value of the janissaries soon became minimal; their main political function in the capital was to form a fanaticized *masse de manoeuvre* for ulemate bigotry or palace intrigues”. ANDERSON, Perry. *Lineages of the Absolutist State*. London: NLB, 1974, p. 381.

pelos portugueses só veio a suplantar a rota levantina a partir da colonização holandesa das ilhas das especiarias (Stavrianos, p. 71).

O comércio entre as diferentes regiões do império era muito pequeno e a maior parte das transações feitas era em nível local, ficando o comércio externo a cargo principalmente de mercadores estrangeiros. O Império Otomano, sendo um Estado pré-capitalista, tinha muito pouco ou nenhum controle sobre o desenvolvimento econômico de seus domínios, até porque não dispunha de instrumentos para isso. Ele não tinha algo como uma política econômica e suas funções nesse sentido eram bastante limitadas, focadas no abastecimento dos grandes centros urbanos, na coleta de impostos ou na concessão de direitos de comércio aos súditos de alguns monarcas europeus.

Segundo o historiador alemão Erik Zürcher, “é só no final do império que o governo Otomano desenvolve políticas que poderiam ser descritas como mercantilistas, ativamente protegendo ou estimulando certos setores da economia” (tradução nossa)⁵⁵. No entanto, uma das medidas tomadas pelos sultões otomanos no período áureo de seu poder, no sentido de estimular o comércio internacional no império, viria a ser um dos principais mecanismos pelos quais as Grandes Potências procurariam interferir nos assuntos internos do governo otomano a partir do século XIX. Essa medida foram as chamadas *capitulações*, privilégios concedidos unilateralmente pelo sultão otomano e vigentes apenas durante o reinado do sultão que as havia concedido, não sendo também recíprocas.

Naquela época, a lei era entendida como uma relação entre o soberano e seus súditos, implicando em obrigações recíprocas de proteção e pagamento de impostos, respectivamente⁵⁶. Dessa forma, estrangeiros residentes no império, por serem súditos de outros monarcas, não estavam sob a proteção das leis do sultão, mas tinham a sua misericórdia (*aman*), ou seja, um salvo-conduto para que pudessem residir e fazer negócios nos territórios otomanos (Zürcher, 2004, p. 11). Sob esse princípio, os sultões concederam aos súditos de algumas potências estrangeiras o privilégio de poderem seguir as leis de seus próprios soberanos, pois, de outra forma, “os estrangeiros em solo otomano não tinham proteção legal”⁵⁷. Esses estrangeiros estariam, assim, sob a jurisdição de seus próprios representantes diplomáticos. Além disso, os indivíduos que estivessem sob o estatuto das capitulações, não sendo súditos do sultão, estavam

⁵⁵ “Not until the very end of the empire did the Ottoman government develop policies that could be described as mercantilist, actively protecting or stimulating certain sectors of the economy.” ZÜRCHER, Erik. *Turkey, a modern history*, p. 16.

⁵⁶ “O conceito de capitulações baseava-se na ideia de que cada Estado possuía as suas leis próprias, únicas e demasiado sublimes para que outros pudessem delas desfrutar; tal conceito não era exclusivo dos otomanos”. QUATAERT, Donald. *O Império Otomano*, p. 102.

⁵⁷ QUATAERT, Donald. *O Império Otomano*, p. 103.

isentos do pagamento de impostos e taxas alfandegárias, o que ajudou a estimular o comércio internacional com o Império Otomano.

Foram concedidos privilégios capitulares aos franceses em 1569, aos ingleses em 1580 e aos holandeses em 1612, por exemplo (Quataert, 2000, p. 17). Nesse momento eles não eram um sinal da fragilidade otomana diante das potências europeias, como viriam a se tornar no século XIX. Quando se inverteu a balança de poder entre o Império Otomano e as Grandes Potências, estas passaram a considerar as capitulações cada vez mais como tratados assinados entre as duas partes e que não poderiam ser rompidos de maneira unilateral, tanto que o governo otomano só pôde aboli-las depois de deflagrada a Primeira Guerra Mundial em 1914.

Assim, mesmo que o século XVI tenha representado o auge do Império Otomano também do ponto de vista econômico, já estavam presentes ali elementos que futuramente iriam contribuir para o declínio do império com relação às Grandes Potências. Faltavam a ele tanto a produção de bens em quantidades suficientes para o mercado interno, quanto a produção de metais preciosos na escala necessária para manter o mesmo fluxo comercial de sua época de ouro. Além disso, o gasto financeiro com a manutenção do vasto território conquistado provaria ser um peso insustentável para as finanças otomanas com o fim da expansão territorial. Mesmo durante o reinado de Solimão I as províncias da Anatólia e da Rumélia já eram deficitárias financeiramente, o que, no entanto, era então compensado pelos rendimentos provenientes do Levante e do Egito.

Além disso, a exploração das colônias americanas por países europeus acabaria por desestabilizar a economia otomana a longo prazo. Isso porque o imenso influxo de metal precioso no mercado europeu provocou uma valorização das moedas europeias com relação à moeda contábil otomana, o *aspre*⁵⁸. O mecanismo de diminuição da quantidade de metal precioso nas moedas otomanas de que se valeu o governo imperial em diversas ocasiões só fez piorar a inflação e a desvalorização da moeda contábil otomana. Por esse motivo, havia em circulação uma enorme quantidade de moedas de origem diferente e com diferentes quantidades de metal precioso, embora tivessem o mesmo valor nominal (Braudel, 2002, p. 46).

As rotas alternativas para o Oriente também acabariam por diminuir o comércio pela via levantina, com a consequente diminuição dos rendimentos fiscais do governo otomano

⁵⁸ O *aspre* servia de moeda contábil no Império Otomano. “Desvalorizá-la, como aconteceu frequentemente a partir de 1584 – 1586, era questionar a circulação e o valor de todas as moedas, ao mesmo tempo que a grandeza dos osmanlis e, não menos seguramente, a paz social em Constantinopla e nos países turcos, a partir de então abalados por uma inflação que não cessará de multiplicar seus estragos. BRAUDEL, Fernand. “Os preços na Europa de 1450 a 1750”. In: *Reflexões sobre a História*, pp. 45 e 46.

(Veinstein, 1989, p. 223)⁵⁹. Os efeitos dessas transformações, porém, só se fariam sentir no Império Otomano a partir de meados do século XVIII, quando o descompasso econômico e tecnológico entre o Império Otomano e o Ocidente levaria a uma inversão da situação política do século XVI.

Para o historiador canadense Leften S. Stavrianos, o Império Otomano ficou para trás com relação à Europa ocidental porque não teve uma revolução comercial. A longo prazo, não dispunha de mecanismos para concorrer com economias capitalistas em franca expansão:

a economia otomana permaneceu estática durante esse período quando o capitalismo ocidental estava envolvendo o globo inteiro. Não foram os comerciantes otomanos que exploraram a Europa Ocidental. Em vez disso foram os franceses, os ingleses e os holandeses que organizaram suas respectivas companhias levantinas e exploraram os recursos do Império Otomano. (tradução nossa)⁶⁰

No entanto, o Império Otomano dificilmente poderia ser descrito como uma unidade econômica. Como observou o historiador indiano Feroz Ahmad, “como outros impérios pré-modernos (...) o Império Otomano nunca integrou suas conquistas economicamente, e, portanto, nunca estabeleceu um vínculo com suas colônias” (tradução nossa)⁶¹, tendo cada uma de suas regiões seguido um desenvolvimento econômico próprio. Mesmo durante a sua “época de ouro”, o governo otomano não possuía uma estrutura administrativa centralizada e dependia de seus “feudatários” (*sipahis* ou *timariotes*), e das autoridades religiosas (*qadis*) para a coleta de taxas e a administração da justiça (Demant, 2011, p. 58).

O sistema administrativo e jurídico otomano, contudo, era eficiente diante da tarefa de governar um território tão vasto e populações tão diversas, conquistados em tão pouco tempo. Um dos seus traços mais marcantes foi conseguir justamente integrar essa diversidade *enquanto* diversidade, pois combinava a centralidade da lei islâmica, bem como do aparato religioso responsável por sua aplicação, e as prerrogativas do sultão de promulgar decretos (*örf* ou *kanun*), enquanto preservava alguns dos costumes das minorias não-muçulmanas, assim como a autoridade de seus próprios líderes religiosos dentro de cada comunidade. Entretanto, esse

⁵⁹ Cf. também QUATAERT, Donald, *O Império Otomano*, 2000, p. 46; e LEWIS, Bernard. *The emergence of Modern Turkey*, p. 29.

⁶⁰ “The Ottoman economy was remaining static during this period when Western capitalism was enveloping the entire globe. It was not the Ottoman merchants who exploited Western Europe. Rather, it was the French, the English, and the Dutch who organized their respective Levant companies and explored the resources of the Ottoman Empire.” STAVRIANOS, Leften S. *The Balkans since 1453*. New York: Rinehart & Company, 1958, pp. 125 e 126.

⁶¹ “Like other pre-modern empires (...) the Ottoman Empire never integrated its conquests economically, and therefore never established a binding link with its colonies”. AHMAD, Feroz. “The late Ottoman Empire”. In: KENT, Marian (ed.). *The Great Powers and the end of the Ottoman Empire*. London: Frank Cass, 1996, p. 18.

sistema funcionava em uma estrutura administrativa mais dispersa e qualquer tentativa de fortalecer o governo do império através de um aparato jurídico e burocrático centralizado iria fatalmente provocar descontentamentos dentro das instituições tradicionais.

Acomodação política externa e transformações internas

Do ponto de vista militar, com o desenvolvimento de novas técnicas de artilharia pelas potências europeias no século XVII, o Império Otomano começou a sofrer uma série de revezes no campo de batalha⁶². Embora as tropas otomanas ainda tenham conseguido evitar o rápido encolhimento territorial que o império sofreria nos séculos seguintes, o descompasso tecnológico com o Ocidente já se fazia sentir nesta fase. Além disso, a própria natureza da economia otomana e de sua organização administrativa fizeram com que a manutenção do exército fosse cada vez mais onerosa, pois apenas uma pequena parte do total das taxas recolhidas chegava aos cofres do sultão ao passo em que o número de efetivos militares só progredia (Zürcher, 2004, p. 14).

À medida em que a superioridade militar otomana com relação à Europa foi diminuindo, tornou-se necessário recorrer a outras ferramentas que não a guerra para a manutenção de seu território⁶³. Até o final do século XVIII, contudo, o governo otomano não mantinha representações diplomáticas permanentes em países estrangeiros e sua diplomacia tinha um caráter intermitente. A primeira embaixada otomana permanente foi estabelecida em 1793 em Londres. Até então, os otomanos haviam mantido relações mais estreitas com a França, mas no final do século XVIII ela estava mergulhada no caos da Revolução Francesa. A Grã-Bretanha, por outro lado, estava se estabelecendo como uma potência econômica e naval, além de estar distante e não ter, naquele momento, interesse direto nos territórios otomanos, como a Rússia e a Áustria tinham, parecendo assim mais neutra. Logo outras embaixadas otomanas se seguiram à de Londres em todas as principais capitais da Europa (Quataert, 2000, pp. 104 e 105).

A maior necessidade da diplomacia também inaugurou uma nova relação entre o governo imperial e as minorias cristãs do império. Desde o início da história otomana, as

⁶² Segundo o historiador escocês Niall Ferguson, o desenvolvimento de novas armas e técnicas militares estava profundamente ligada à Revolução Científica da época do Iluminismo. Ela também introduziu uma nova racionalidade na política que só foi adotada no Império Otomano no século XIX, durante as *Tanzimat*. FERGUSON, Niall. *Civilização: Ocidente X Oriente*. São Paulo: Planeta, 2016, pp. 99 – 123.

⁶³ Por exemplo, o Tratado de Passarowitz, de 1718, encerrou uma guerra entre o Império Otomano, de um lado, e a Áustria e Veneza, de outro. Embora tivessem perdido o conflito e diversos territórios, os otomanos conseguiram nas negociações de paz recuperar a Moreia (na atual Grécia), que havia sido perdida para Veneza pelo Tratado de Carlowitz de 1699. QUATAERT, Donald. *O Império Otomano*, p. 19.

carreiras militares e administrativas cabiam aos muçulmanos, ao passo que a agricultura era exercida por grupos de todas as confissões religiosas e as atividades comerciais e financeiras eram exercidas por cristãos e judeus⁶⁴. Essa divisão profissional entre as comunidades possibilitou aos não-muçulmanos um maior contato com os países europeus e o aprendizado de seus idiomas. Diante da necessidade de estabelecer relações diplomáticas com as Grandes Potências, a Sublime Porta⁶⁵ passou então a recorrer a *dragomanos* (tradutores) que pertenciam aos grupos minoritários do império, em especial os gregos do distrito de Fanar, em Constantinopla, os *fanariotas*. Esse grupo conquistou uma posição bastante privilegiada na sociedade otomana, destacando-se de seus correligionários. Por exemplo, entre os gregos *fanariotas* foram escolhidos os governantes dos principados vassalos da Moldávia e da Valáquia a partir do século XVIII.⁶⁶ Entretanto, a Guerra de Independência Grega (1821-1832) fez com que o governo otomano inaugurasse o *Tercüme Odası* (Gabinete de Traduções) em 1821, para prescindir dos gregos em suas necessidades diplomáticas (Quataert, 2000, p. 105).

Por seu turno, as potências europeias também precisaram criar laços diplomáticos com o Império Otomano e então estabeleceram suas próprias embaixadas em Constantinopla (Hourani, 1989, pp 229 e 230). Longe de estar isolado em meio às disputas entre as potências europeias pela hegemonia no continente, o Império Otomano havia se tornado parte dos cálculos políticos e diplomáticos europeus desde, pelo menos, a época do sultão Solimão I.

Considerar esse período como de acomodação e não de declínio se justifica também pelo fato de que nesse período o Império Otomano ainda não havia sofrido perdas territoriais que ameaçassem a sua soberania, como ocorreria no século XIX com a eclosão de diversos movimentos separatistas. Nas palavras do historiador francês Robert Mantran,

⁶⁴ “Os turcos excluía a si mesmos do comércio porque ele conflitava tanto com o seu senso do que era adequado quanto com sua religião; a maioria dos eslavos e romenos estava firmemente enraizada em suas modestas vidas camponesas. Isso deixava o mercado comercial (...) aberto ao talento de gregos, judeus e armênios” (tradução nossa). GLENNY, Misha. *The Balkans: nationalism, war, and the great powers, 1804 – 1999*. New York: Penguin Books, 2001, p. 23.

⁶⁵ Como era chamado o aparelho de governo que compreendia os vizires e funcionários que governavam e administravam o império em nome do sultão, em referência ao palácio em que esse governo funcionava, a “Sublime Porta”.

⁶⁶ Esses principados eram de especial interesse para a Rússia por causa de sua posição estratégica, no controle da foz do Danúbio, no litoral oeste do Mar Negro. Em 1713 como contrapartida pelo reconhecimento da perda da fortaleza de Azov para os otomanos, a Rússia exigiu do Império Otomano que os governantes dos principados fossem ortodoxos. Assim, ela esperava exercer influência sobre a Moldávia e a Valáquia por conta dos laços de solidariedade religiosa com seus governantes. Sobre o papel dos gregos *fanariotas* no Império Otomano, Toynbee explica, à luz de sua teoria, que eles sofreram o *estímulo da discriminação religiosa* e por isso precisaram usar de criatividade e dedicação para subirem socialmente, mesmo em condições adversas, o que explicaria o seu sucesso. Cf. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume II, p. 222.

pelo menos até 1774, o Estado otomano não é ainda uma potência enfraquecida de maneira irremediável, mesmo que ele tenha sofrido alguns reveses e concluído tratados nem sempre favoráveis. Ele domina o Oriente Próximo, oferece o aspecto de um Estado coerente a despeito de tensões internas, controla as vias de comunicação marítima tradicionais que estão longe de estarem abandonadas: ele próprio é um intermediário obrigatório entre a Europa e a Ásia. (tradução nossa)⁶⁷

A diplomacia representou um contrapeso ao encolhimento do poderio militar otomano, o que explica, em parte, sua longevidade. Dessa forma, devido ao recurso cada vez maior à negociação diplomática, à mediação externa e às ocasionais vitórias militares dos otomanos, o período compreendido entre o século XVI e o final do século XVIII pode ser melhor descrito como uma fase de acomodação do Império Otomano a um contexto internacional em franca modificação, com a ascensão política, econômica e militar da Europa Ocidental em nível mundial. Além disso, dois dos elementos que seriam cruciais para a desagregação do império ainda não estavam presentes: o nacionalismo e a interferência direta das grandes potências.

O que permitiu ao Império Otomano ter uma duração maior do que outros “impérios da pólvora” foram, por um lado, o sistema de alianças e acordos diplomáticos forjados com monarcas vizinhos e com a elite do próprio império e, por outro lado, a estrutura social e administrativa criada nos territórios conquistados. A política de alianças e acordos do Império Otomano não era tão dissemelhante daquela praticada por países europeus da época, pois de fato eles partilhavam de um traço comum: eram Estados dinásticos⁶⁸.

O segundo aspecto que permitiu a consolidação do Império Otomano, foi a sua estrutura social e administrativa. No início, os territórios conquistados eram divididos em *timar* ou *spahiluk*, que eram as unidades administrativas básicas do império, sobretudo nos Bálcãs e na Anatólia (Pailaret, 1997, pp. 34 e 35). Essas porções de terra eram conferidas pelo sultão a seus administradores e oficiais de cavalaria do exército (os *sipahis*), sendo que funcionários e comandantes do alto escalão do governo imperial poderiam ser beneficiários de unidades

⁶⁷ “Au moins jusqu’en 1774, l’Etat ottoman n’est pas encore une puissance amoindrie de façon irrémédiable, même s’il a subi quelques revers et conclu des traités pas toujours favorables. Il domine le Proche-Orient, offre l’aspect d’un Etat coherent en dépit de tensions internes, contrôle les voies de communication maritime traditionnelles qui sont loin d’être abandonnées: il est lui-même un intermédiaire oblige entre l’Europe et l’Asie (...)”. MANTRAN, Robert, “L’Etat ottoman au XVIIIe siècle: la pression européenne”, p. 285.

⁶⁸ Assim como era feito na Europa, alianças políticas no Império Otomano poderiam ser cimentadas por meio do casamento, pois, embora casamentos dinásticos com famílias reinantes de países aliados só tenham ocorrido no início da história otomana, essa prática permaneceu como meio de selar o apoio de certas famílias pertencentes à elite do império e a casa de Osmã. Dessa maneira, o Império Otomano pode ser considerado também um “Estado dinástico”, pois seria impossível dissociar o aparelho de governo otomano de sua dinastia reinante. Não apenas toda a terra era teoricamente propriedade do sultão, mas ele também era, enquanto líder espiritual muçulmano e como descendente de Osmã I, a própria fonte da legitimidade do império. Cf. VEINSTEIN, Gilles. “L’empire dans sa grandeur (XVIe siècle)”. In: MANTRAN, Robert. *Histoire de l’Empire Ottoman*. Paris: Fayard, 1989, p. 165 e QUATAERT, Donald. *O Império Otomano*, pp. 48 e 49.

maiores (*ziamets*). O tamanho de cada um deles variava de acordo com a sua capacidade produtiva, pois deveriam gerar o equivalente ao valor necessário para manter um cavaleiro por um ano (Anderson, Perry, 1974, p. 368).

Nos primeiros tempos da conquista otomana nos Bálcãs, muitas vezes essas porções de terra eram administradas por membros das antigas elites locais que haviam se aliado ao sultão. Alguns desses beneficiários poderiam ser cristãos, inclusive, mas com o passar do tempo isso se tornou raro, com a conversão de alguns líderes locais ao Islã ou com a sua substituição por beneficiários muçulmanos como ocorreu na Bósnia, por exemplo. Teoricamente, toda a terra pertencia ao sultão, com exceção do que era *waqf* (propriedade doada às instituições religiosas), e a administração do Império era conferida a funcionários que eram nominalmente seus escravos. Dessa forma, eles não poderiam ter acesso à propriedade, dependendo unicamente de seu mestre no atributo de suas funções (Anderson, Perry, 1974, pp. 371 e 372).

Isso certamente reforçou o poder do sultão sobre seus oficiais e contribuiu para a manter a coesão do império durante seu período de expansão, mas teve outras consequências quando a expansão territorial chegou ao fim. Na prática, esse sistema acabou levando a uma ruralização da economia em algumas regiões do império, pois conferia um peso político e econômico demasiado à produção agrícola, levando a uma diminuição do comércio, principalmente no Levante (Demant, 2011, p. 55). Além disso, os custos de manutenção e a defasagem da técnica de cavalaria na guerra fizeram com que esse sistema fosse gradualmente abandonado.

Esse foi um dos motivos que incentivaram a adoção de outra forma de administração e coleta de impostos, o *iltizam*, ou seja, a venda do direito de cobrança de impostos em nome do sultão. Esse mecanismo já era utilizado nas províncias árabes e permitia ao governo otomano levantar receitas mais rapidamente do que o sistema de *timar*, uma vez que o direito de coletar impostos era pago adiantado. Ele também provocou o aumento das atividades bancárias no império, já que muitos recorriam a empréstimos para poderem adquirir os direitos de coleta de taxas e outros cargos, através dos quais eles poderiam não apenas amortizar suas dívidas, mas também enriquecer. As atividades bancárias no Império Otomano eram exercidas principalmente por cristãos gregos e armênios, já que aos muçulmanos era vedado esse tipo de profissão (Zürcher, 2004, p. 17).

Ao longo de todo o período de expansão territorial otomana, a guerra havia sido uma forma importante para a coleta de recursos e a conquista de territórios que poderiam ser conferidos como recompensa aos oficiais do exército e funcionários do governo. Porém, o fim das conquistas significou menos rendimentos para o sultão e uma relativa perda de seu poder

de barganha. Pressionado pelas crescentes demandas orçamentárias, ele passou a se valer cada vez mais da prática do *iltizam* (Quataert, 2000, pp. 50 e 51). A venda do direito de cobrar impostos e de outras funções e cargos públicos como forma de captação de recursos era uma prática bastante utilizada por outros governos, como era o caso, por exemplo, da França absolutista (Lefebvre, 1989, p. 46).

Além de permitir ao governo otomano levantar rapidamente recursos financeiros, mesmo que no fim das contas ele ficasse com uma parte pequena de todas as taxas recolhidas, esse sistema permitiu a ascensão econômica e política dos *a'yan* nas províncias, que não apenas coletavam taxas em nome do sultão, mas também desempenhavam funções administrativas e jurídicas. Para os camponeses e comerciantes, no entanto, esse sistema passou a significar um aumento da carga tributária, já que permitia aos coletores de impostos cobrar não apenas o que seria enviado para o sultão, mas também a sua parte. Além disso, os *a'yan* deveriam fornecer ao sultão tropas quando necessário, adquirindo o *status* de verdadeiros vassalos dos otomanos. Alguns desses administradores provinciais adquiriram tamanho poder e autonomia frente ao sultão que passaram a constituir uma ameaça à própria integridade territorial do império, como foi o caso de Ali Paxá de Janina (na atual Grécia) e de Muhammad Ali do Egito, no século XIX.

Paradoxalmente, mesmo tendo sido um fator que contribuiu para o enfraquecimento do governo central otomano, a ascensão de algumas famílias e indivíduos a postos-chave na administração provincial também é um dos elementos que explicam a longevidade do Império Otomano. Como funcionários imperiais, os *a'yan* dependiam da figura do sultão para legitimar sua própria autoridade. Era conveniente para os governos provinciais que o governo do sultão fosse fraco e descentralizado, mas que ainda se mantivesse de pé. Quaisquer ameaças à sobrevivência do império eram prejudiciais também para as elites provinciais, que não tinham forças para combater as potências estrangeiras nem suplantam a dinastia otomana. Os mais bem-sucedidos governos provinciais foram aqueles que conseguiram jogar com todos esses elementos a seu favor.

Outro aspecto importante para a consolidação da administração otomana foi que, além da lei muçulmana, a *xaria*, também foram mantidos muitos dos costumes e direitos consuetudinários dos povos conquistados pelos otomanos. Essa prática era reconhecida pelo direito islâmico, pois aos sultões era permitido promulgar novas leis desde que elas não estivessem em contradição com a *xaria*. Essas medidas se faziam necessárias por razões de ordem prática para permitir a incorporação de comunidades não-muçulmanas, garantindo a administração de uma população bastante diversificada.

Os não-muçulmanos podiam manter sua religião e costumes, bem como regular questões internas de seus *millet* (“nação”, comunidade) sob a jurisdição de seus líderes religiosos. Isso não significa que o líder de uma determinada religião tivesse autoridade sobre seus correligionários em todos os territórios do império. Como explicou Erik Zürcher,

como é o caso de muitos aspectos da sociedade e do Estado otomanos, a natureza desse sistema (...) tem sido há muito tempo mal-entendida. Isso porque os estudiosos basearam seu trabalho nos escritos de representantes do governo central, os quais escreveram sobre como as coisas deveriam ser, não como elas realmente eram. Nos últimos 20 anos, pesquisas detalhadas sobre realidades locais e regionais mostraram que o sistema não consistia em corpos autônomos “em nível nacional” dirigidos, por exemplo, pelo patriarca grego em Constantinopla, como tem se suposto, mas de comunidades locais com uma certa medida de autonomia face aos representantes locais do governo. Além disso, a segregação parece ter sido muito menos estrita do que se supunha anteriormente. (tradução nossa)⁶⁹

Judeus e cristãos, como “povos do livro”, eram reconhecidos sob o estatuto de *dhimis* (“protegidos”) e sua liberdade religiosa era garantida, embora fossem considerados, de certa forma, cidadãos de segunda classe, devendo pagar uma taxa por sua proteção. Nas palavras de Arnold Toynbee, “o conquistador muçulmano estava obrigado pela lei islâmica a enfrentar o problema de ter permanentemente sob seu governo uma população estranha que estava sujeita a penalização, mas não era desprovida de direitos” (tradução nossa)⁷⁰. Eles não podiam servir no exército nem ocupar os cargos mais altos da administração do império, a não ser que se convertessem. No entanto, mesmo que a confissão religiosa fosse considerada a identidade básica de um indivíduo, ela não substituíra outras formas de pertencimento, mas antes compunha uma rede bastante complexa de identidades e lealdades múltiplas e por vezes conflitantes.⁷¹

⁶⁹ “As is the case with many aspects of the Ottoman state and society, the nature of this system (...) has long been misunderstood. This is because scholars based their work on the writings of representatives of the central government, who wrote about the way things should be, not about how they really were. In the last 20 years, detailed research of local and regional realities has shown that the system did not consist of ‘nationwide’ autonomous bodies headed by, for instance, the Greek patriarch in Constantinople, as had been supposed, but of local communities with a certain measure of autonomy vis-à-vis the local representatives of the government. Also, segregation seems to have been much less strict than had been assumed earlier.” ZÜRCHER, Erik. *Turkey, a modern history*, p. 10.

⁷⁰ “the Muslim conqueror was bound by the Islamic Law to face the problem of having permanently under his rule an alien population which was subject to penalization but not devoid of rights.” TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume II, p. 245.

⁷¹ O conceito de “lealdades múltiplas/conflitantes” foi elaborado pelos historiadores Hannes Grandits, Nathalie Clayer e Robert Pichler no livro *Conflicting Loyalties in the Balkans*. As diferentes identidades coletivas às quais cada indivíduo está ligado geram um sistema composto por várias lealdades que se complementam ou podem se opor uma à outra em determinados momentos. Esse conceito permite uma melhor compreensão das complexas interações sociais entre as diferentes comunidades que habitam um mesmo território, cujas diferenças afloram especialmente em momentos de crise ou de guerra, quando as lealdades se tornam mais “estreitas” porque as pessoas tendem a “tomar partido” de um lado ou de outro. GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie & PICHLER, Robert. “Introduction”. In: GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie & PICHLER, Robert (eds.) *Conflicting*

Declínio do império e formação de novos Estados-nação

Ao longo da maior parte da história otomana, o convívio entre as diferentes comunidades que compunham o império foi relativamente bom, mas essa situação começou a se deteriorar a partir do século XIX com o surgimento de movimentos nacionalistas que buscavam conquistar a independência política de suas respectivas nações. Embora geralmente minoritários em suas próprias comunidades, intelectuais e organizações nacionalistas usaram os *millets* como base para a construção de novas identidades nacionais que reelaboravam o passado de cada comunidade e estabeleciam uma narrativa de continuidade com o passado pré-otomano. Essa reinterpretação da identidade religiosa é descrita pela historiadora Nathalie Clayer como parte de um processo de *confessionalização*, ou seja, o “reforço e normalização da identidade religiosa, que pode ser cumprido até por meios violentos” (tradução nossa)⁷². Esse processo podia ser resultado de ações de diferentes atores, como o governo otomano, atores locais ou mesmo as Grandes Potências, todos interferindo no processo, em vários níveis.

O período compreendido entre o final do século XVIII e o início do século XX pode ser caracterizado, em linhas gerais, como uma fase de encolhimento do poderio militar otomano. Note-se que, ao fazer essa afirmação, não pretendemos fazer um juízo de valor com relação a todos os aspectos da vida em todos os territórios otomanos, pois o que estamos levando em consideração são as questões políticas pertinentes à administração central daquele império, tanto no plano interno quanto no plano externo. Assim, o conceito de *decadência* precisa ser esclarecido, pois se trata necessariamente de um declínio político e econômico *relativo*, tanto na comparação com o auge do poderio militar e extensão territorial do Império Otomano, quanto na sua relação com as Grandes Potências europeias. Quando falamos da *decadência* do Império Otomano, portanto, estamos nos referindo à progressiva perda de soberania do governo central otomano sobre partes de seu território, tanto para movimentos separatistas no interior da sociedade otomana quanto para famílias e indivíduos influentes dos governos provinciais e para potências estrangeiras.

Não se trata de um “enfraquecimento” exatamente porque não houvera antes uma forte presença institucional do Estado otomano nas diversas regiões que estavam sob o seu domínio.

Loyalties in the Balkans. The Great Powers, the Ottoman Empire and nation building. London: I. B. Tauris, 2011, pp. 5 e 6.

⁷² “(...) reinforcement and normalization of religious identification, which might even be accomplished by violent means. “ CLAYER, Nathalie. “The dimensions of confessionalisation in the Ottoman Balkans at the time of nationalisms”. In: GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie & PICHLER, Robert (eds.) *Conflicting Loyalties in the Balkans*, p. 90.

No início do século XIX o governo central otomano era pequeno, tinha poucos funcionários e rendimentos escassos, pois os intermediários ficavam com a maior parte da coleta de impostos. Apenas entre 2,25 a 4 milhões de libras em um total de 20 milhões (o que já era muito pouco para um território daquelas dimensões) iam para o governo imperial todo ano (Zürcher, 2004, p. 14). A estrutura era muito descentralizada e os governos provinciais tinham a maior parte dos encargos administrativos, bem como dos gastos. Os deveres do governo otomano eram limitados ao essencial (defesa do território, manutenção da lei e da ordem, supervisão dos mercados, pesos e medidas, emissão de moedas e o abastecimento e serviços públicos essenciais das grandes cidades). Nesse período, ele não se encaixava na conceituação moderna de Estado.

Tratava-se então de um *descompasso*, pois o Império Otomano não conseguiu se renovar diante da crescente influência política e econômica das Grandes Potências e das transformações de sua própria sociedade. Esse descompasso foi percebido por sultões e vizires otomanos desde o final do século XVIII e inspirou diversas tentativas de reforma que pudessem criar um Estado centralizado de fato. Por causa da discrepância em relação às Grandes Potências e ao desafio de governar uma sociedade heterogênea em uma época de nacionalismos, Arnold Toynbee classificou o Império Otomano como uma *civilização aprisionada*.⁷³

Com relação ao aparato político otomano, o progressivo esvaziamento da figura do sultão não causou necessariamente o declínio do governo otomano, pois foi consequência de transformações na forma administrativa do império (Quataert, 2000, p. 125). Ao longo do tempo, constituiu-se um governo de caráter mais oligárquico do que autocrático, gerido por famílias de altos funcionários e oficiais (*a'yan*). Houve tentativas de restaurar o poder e o prestígio dos sultões por parte de alguns deles, mas desde meados do século XVII o governo era exercido sobretudo pelos vizires e paxás. Esses altos funcionários da administração imperial, muitas vezes ligados à própria dinastia otomana pelos laços do casamento, formavam uma elite que começou a concentrar um poder político e financeiro cada vez maior, tanto em Istanbul, quanto nas capitais provinciais (Quataert, 2000, p. 65). No entanto, as disputas de poder entre o governo imperial, fosse ele governado diretamente pelo sultão ou por seus vizires, e os governos provinciais foram um dos fatores que contribuíram para a progressiva desagregação do império.

⁷³ O conceito usado por Toynbee é *arrested civilization*. Podemos traduzi-lo como “civilização estagnada” ou “aprisionada” no sentido em que, de acordo com a teoria do autor, o Império Otomano ficou preso entre forças que estimulavam a sua desagregação e forças que estimulavam o seu desenvolvimento, não conseguindo, portanto, se desenvolver. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, Volume III London/Toronto: Oxford University Press, 1934 (1ª edição) e 1935 (2ª ed.), pp. 1 – 111.

A crescente importância dos vizires e paxás não representava necessariamente uma decadência do Império Otomano como um todo, já que “o poder era difuso e a autoridade centralizada era mais mito do que realidade (...). O que era real no Império Otomano tendia a ser local” (tradução nossa).⁷⁴ Porém, a instabilidade política gerada pelos conflitos entre o poder central e os poderes locais permitiu que algumas províncias alcançassem um alto grau de autonomia com relação à Sublime Porta. Algumas das províncias otomanas acabaram por conquistar sua independência ou ser incorporadas às zonas de influência das Grandes Potências, como foi o caso da Grécia e do paxalato de Belgrado, por exemplo.

Além dos *a‘yan*, os janízaros, por fim ultrapassados em eficiência militar, passaram a constituir uma ameaça cada vez maior ao poder dos sultões desde o século XVII. Com efeito, já em 1622 uma revolta dos janízaros levou à deposição e execução do sultão Osmã II (r. 1618-1622), que havia tentado limitar os privilégios daquela corporação e reformar o exército. Foi a primeira vez que um sultão otomano sofreu tal destino e isso marcou o fim da sacralidade e inviolabilidade dos detentores daquele cargo (Mantran, 1989, pp. 232 e 233). O sultão Selim III sofreu o mesmo destino ao enfrentar a oposição reacionária dos janízaros e dos clérigos muçulmanos, os *ulemás*. Ele foi o primeiro a introduzir mudanças de inspiração ocidental, lançando um programa de reformas chamado *Nizam-i Cedid* (“Nova Ordem”). Seu objetivo era a centralização administrativa do império, de modo que pudesse enfrentar tanto a ameaça externa da Rússia quanto a ameaça interna dos *a‘yan* nas províncias. Para isso ele recorreu às ferramentas tradicionais: fortalecer o aparato do governo imperial através da burocracia (para aprimorar a coleta de impostos) e das forças armadas, com a ajuda de oficiais europeus.

No entanto, sua tentativa de reorganizar as forças armadas nos moldes ocidentais enfrentou muitas resistências por parte dos janízaros, dos ulemás e da população, que teve que pagar pelo novo exército e marinha com mais impostos. As finanças do sultão não eram suficientes para isso, então o governo otomano recorreu à velha tática da desvalorização da moeda, o que, a longo prazo, apenas agravou o problema (Zürcher, 2004, p. 23). A oposição organizada contra Selim III finalmente levou à sua deposição e execução em 1808. Seu sucessor, Mahmud II (1808-1839), conseguiu abolir os janízaros, mas apenas em 1826 (Davison, 1990, p. 23; Ferguson, 2016, p. 116). Apesar das propostas de reforma do exército otomano sob orientação de oficiais franceses, a influência das ideias propagadas pela Revolução Francesa foi muito limitada no reinado de Selim III, principalmente por causa do seu conteúdo

⁷⁴ “power was diffuse and the centralized authority was more myth than reality (...). What was real in the Ottoman Empire tended to be local”. FROMKIN, David. *A peace to end all peace*, pp. 36 e 37.

antirreligioso. O liberalismo teria um impacto muito maior a partir de 1830, quando os ideais do liberalismo e do nacionalismo inspiraram uma série de levantes contra a velha ordem absolutista em toda a Europa, inclusive no Império Otomano.

A progressiva perda de territórios, fosse para potências rivais ou por movimentos separatistas no império, enfraqueceu ainda mais a administração otomana na medida em que significavam perda de recursos e de rendimentos fiscais. A crise financeira, provocada pelo descompasso da economia otomana com relação à Europa ocidental, iria agravar ainda mais a precária situação do exército, dificultando a defesa da integridade territorial do império. O declínio do poderio militar otomano levou a uma série de derrotas no campo de batalha, desde o século XVII, embora a diplomacia ainda oferecesse um recurso, como foi exposto acima. No entanto, a balança do poderio militar começou a pender irreversivelmente contra o Império Otomano e a favor das potências europeias no final do século XVIII. Quando o sultão Abdulhamid I (r. 1774-1789) subiu ao trono, ele foi obrigado a assinar o tratado de Küçük-Kainarji (na atual Bulgária) que encerrava uma guerra com o Império Russo que se iniciara em 1768. Esse tratado marcou o início de uma fase de maior intervenção estrangeira nos assuntos internos dos otomanos, pois permitia aos russos construir e proteger uma igreja ortodoxa russa em Constantinopla. Tal privilégio seria usado mais tarde pelos czares como justificativa para sua intervenção no Império Otomano, em nome da proteção de todos os súditos cristãos ortodoxos do sultão, embora não se pudesse tirar essa conclusão dos termos originais do tratado (Davison, 1990, pp. 29-42). Assim, a solidariedade religiosa passou a ser o principal argumento utilizado por potências estrangeiras para justificar sua intervenção no Império Otomano.

Alguns anos mais tarde, a invasão do Egito por Napoleão entre 1798 e 1799 assinalou o início de uma nova fase em que o Império Otomano se tornou alvo das rivalidades entre as Grandes Potências (Demant, 2011, p. 80; Quataert, 2001, p. 63). A expedição napoleônica empurrou para o Oriente Médio e o Norte da África o conflito entre a França e a Grã-Bretanha pela hegemonia, já que a reação britânica à expedição francesa iniciaria uma longa disputa entre as duas potências pela inclusão do Egito em sua esfera de influência. Além disso, a invasão de Napoleão faria com que o governo do sultão se aproximasse mais da Grã-Bretanha na época. Esta parecia, entre as Grandes Potências, a mais neutra e menos diretamente interessada nos territórios otomanos, ao contrário da Rússia e da Áustria. (Zürcher, 2003, p. 2)

Para fazer frente ao progressivo declínio do império e à intervenção estrangeira, foram feitas diversas tentativas de reforma pelo governo otomano. As mais significativas delas ficaram conhecidas como *Tanzimat* (“reorganização”) e designam dois decretos imperiais,

promulgados em 1839 e 1856. Eles eram em parte inspirados pelo desejo de algumas figuras do governo otomano de tornar mais eficientes a burocracia e o exército, de modo que o império pudesse enfrentar a dupla ameaça das forças centrífugas internas e do avanço político e econômico ocidental. Por outro lado, elas também foram resultado da pressão diplomática das Grandes Potências em favor das minorias não-muçulmanas.

Entre outras medidas, as *Tanzimat* procuraram implementar a igualdade entre todos os grupos confessionais e promover a transformação do império em um Estado nacional através de uma ideologia comum, o *otomanismo*.⁷⁵ Isso era importante para o governo otomano por três motivos principais: primeiro porque para poder criar um exército moderno, era necessário estabelecer o recrutamento universal. Ora, desde os primórdios do Império Otomano, o exército era composto exclusivamente por muçulmanos. Cristãos e judeus deveriam pagar um imposto especial por sua proteção. Para conseguir criar um exército nacional, nos moldes europeus, era necessário estabelecer a igualdade entre todos os súditos homens e impor a conscrição universal como norma de alistamento. Segundo, o crescente poderio econômico europeu beneficiava os cristãos otomanos, que eram favorecidos pelas Grandes Potências como parceiros comerciais. Através da concessão de *berats* (decretos de apontamento) os benefícios comerciais e isenções fiscais concedidos pelas capitulações a residentes estrangeiros eram estendidos a alguns cristãos do Império, fazendo com que eles se destacassem economicamente. A igualdade entre todos os súditos permitiria ao governo otomano capturar essa riqueza através da cobrança de impostos e diminuir a influência estrangeira no império. Finalmente, essa medida também era uma maneira de tentar manter as populações balcânicas dentro do Império otomano, evitando sua secessão através do argumento de que não gozavam dos mesmos direitos que os muçulmanos (QUATAERT, 2000, pp. 90 e 91).

O projeto reformista encontrou oposição em quase todos os setores, no entanto, e a tentativa de criar uma identidade comum que pudesse servir de base à transformação do império em um Estado nacional também foi um fracasso. Nascidas da imposição do governo imperial e não de reivindicações populares, o resultado das reformas foi reforçar ainda mais as diferenças entre os grupos confessionais representados pelos *millet*, os quais foram institucionalizados nessa época. Os muçulmanos percebiam as reformas como resultado da influência estrangeira em favor dos cristãos e as consideravam contrárias à lei islâmica. Já os não-muçulmanos

⁷⁵ Benedict Anderson denomina ideologias como o *otomanismo* de “nacionalismos oficiais”, “a fusão deliberada entre a nação e o império dinástico.” ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*, p. 131. Tratava-se de uma inovação oitocentista de inspiração ocidental, mas não durou muito. Cf. LEWIS, Bernard. *The emergence of Modern Turkey*, p. 2.

preferiam não abandonar seus direitos específicos em nome da igualdade porque temiam perder a proteção das Grandes Potências e sofrer perseguições.

Apesar da pressão externa pela realização de reformas que promovessem a igualdade entre os súditos, elas também eram vistas como uma necessidade imperiosa por grupos mais progressistas na burocracia e na sociedade otomanas. Entretanto, as *Tanzimat* foram impostas de maneira autoritária à sociedade otomana, o que alienou os seus elementos mais liberais, descontentes com o despotismo burocrático da Sublime Porta. O autoritarismo do governo imperial, bem como a insuficiência das reformas em muitos aspectos e seu caráter secular fizeram surgir o movimento dos Jovens Otomanos, intelectuais que buscavam conciliar os princípios liberais com a tradição islâmica e reivindicavam a transformação do Império Otomano em uma monarquia constitucional (Zürcher, 2003, pp. 67 e 68).

O aprofundamento da crise econômica e dos conflitos intercomunitários na década de 1870 levaram a oposição liberal a organizar uma Revolução Constitucionalista em 1876. O sultão Abdulaziz (r. 1861-1876) foi deposto e Murat V foi entronado em seu lugar, mas logo substituído pelo sultão Abdulhamid II (r. 1876-1909). Tanto para atender as reivindicações da oposição quanto para pacificar as Grandes Potências que haviam convocado uma conferência na capital otomana para regulamentar os conflitos nos Bálcãs, Abdulhamid promulgou uma Constituição em 1876. Porém, ele logo a suspendeu e estabeleceu um governo cada vez mais centralizado e autocrático, prosseguindo, no entanto, com o projeto reformista

As reformas eram um assunto extremamente controverso na sociedade otomana, pois essas medidas iam contra o interesse das elites provinciais e dos movimentos nacionalistas. Da mesma forma, os setores conservadores, representados pelos ulemás, e a maioria muçulmana viam com desconfiança as propostas de reforma de inspiração ocidental. Parecia a muitos que as reformas eram propostas vazias, feitas exclusivamente para atender aos interesses das Grandes Potências.

A expansão otomana, como de todo “império da pólvora”, havia sido muito rápida. Para conseguir manter regiões tão vastas sob seu domínio, com populações tão diversas, os otomanos desenvolveram um sistema que, sob o mesmo soberano, incluía ordenamentos jurídicos diferentes, permitindo integrar a diferença *enquanto* diferença. Era um sistema eficiente, mas que não admitia mudanças. Por isso, a tentativa de sobrepor uma identidade única às diversas identidades religiosas durante as *Tanzimat* não foi aceita. A artificialidade do otomanismo não podia apagar uma diversidade que desempenhava um papel importante na própria organização do império, ainda mais quando ela começou a ser reelaborada por movimentos que

reivindicavam a separação de algumas regiões do império e a sua reorganização na forma de Estados nacionais.

Esses movimentos eram particularmente fortes nos Bálcãs, para onde convergiam os interesses de mais de uma das Grandes Potências, principalmente a Rússia e a Áustria-Hungria. Movimentos locais por emancipação adquiriam, assim, uma dimensão internacional na medida em que essas potências competiam entre si para patrociná-los. O sistema de equilíbrio europeu corria o risco de ser desmantelado por conta dessas rivalidades, o que preocupava e atraía a intervenção das outras potências. O problema de como atender as demandas locais sem alterar a balança de poder entre as Grandes Potências ficou conhecido como a “Questão Oriental”.

Capítulo 2

A Questão Oriental

A chamada “Questão Oriental” ocupou boa parte da agenda política e diplomática europeia desde o final do século XVIII até o início do século XX. Tratou-se do problema mais duradouro e de mais difícil solução da diplomacia europeia. A expressão designa, brevemente, o impasse gerado na arena internacional pelo lento declínio militar do Império Otomano. Parecia aos observadores ocidentais que o colapso do Império Otomano era iminente e, embora isso abrisse enormes possibilidades de ganhos estratégicos e econômicos para cada uma das Grandes Potências, também era evidente que isso levaria a conflitos pela divisão desses territórios. Por outro lado, a emergência de movimentos nacionalistas que reivindicavam o direito de autodeterminação para grupos específicos dentro da sociedade otomana também apresentava um problema para as Grandes Potências na medida em que despertava manifestações de solidariedade entre a opinião pública e governos ocidentais e oferecia a potências rivais a chance de intervir no Império Otomano. Assim, os conflitos internos do império ameaçavam desequilibrar todo o sistema internacional por causa da expansão das economias ocidentais e de suas disputas por influência sobre o Império Otomano, embora elas procurassem evitar confrontos diretos no continente europeu. Desse modo,

Receios e suspeitas mútuos mantiveram suas ambições seguramente controladas; e o império turco eventualmente sobreviveu até o século XX em grande parte porque lhe foi permitido. Ainda que admitidamente doente, ele era mais conveniente vivo do que morto. (tradução nossa)⁷⁶

Para evitar que seus interesses conflitantes perturbassem o equilíbrio entre elas, as Grandes Potências colocaram-se em alguns momentos em defesa da integridade territorial do Império Otomano. Isso não impedia, contudo, que as possibilidades comerciais e estratégicas de uma eventual partilha daqueles territórios despertassem o interesse de cada uma delas, então às vezes o “homem doente da Europa” se via aos cuidados de médicos que desejavam mais a sua morte do que a sua cura (Mantran, 1989, p. 457).

⁷⁶ “Mutual fears and suspicion kept their ambition securely in check; and the Turkish empire eventually survived into the twentieth century largely because it was allowed to. Though admittedly sick, it was more convenient alive than dead.” CLAYTON, Gerald David. *Britain and the Eastern Question. Missolonghi to Gallipoli*. London: University of London Press, 1971, p. 10.

A complexa interação entre a expansão das economias ocidentais, a sua competição por espaços coloniais enquanto tentavam manter-se em equilíbrio na Europa e a difusão do ideário revolucionário liberal e nacionalista fazia com que cada novo conflito no Império Otomano fizesse renascer a Questão Oriental. Como a hidra da mitologia grega, para cada crise que políticos e diplomatas ocidentais pensavam resolver, surgiam novas crises, tanto por causa das dinâmicas da sociedade otomana, quanto por causa da própria intervenção das Grandes Potências (Dumont, 1989, p. 502). O resultado foi um estado de permanente tensão internacional que permitiu ao Império Otomano sobreviver mais um século e meio, embora no final essa explosiva combinação entre o interesse das Grandes Potências e os conflitos internos do império acabassem levando à sua efetiva desagregação. (Kent, 1996, p. 3).

Nesse cenário, a posição da Grã-Bretanha era ímpar, tanto por causa da força de sua economia, sob o impulso do capitalismo industrial, quanto pela força de sua marinha. Ao longo do século XIX, a Grã-Bretanha despontou como a potência hegemônica na arena internacional, lançando as redes de seu domínio imperial ao redor do mundo. Isso significava que ela podia afetar e ser afetada por eventos que ocorriam em regiões tão distantes dela quanto o Egito e a Mesopotâmia. Por outro lado, a sua posição insular permitia que ela se mantivesse relativamente afastada das ondas revolucionárias que se espalhavam pela Europa desde o final do século XVIII e só interviesse no continente quando surgisse alguma ameaça à sua hegemonia. (Kissinger, 1957, pp. 5 e 6).

Por esses motivos, a Grã-Bretanha acabou se envolvendo na Questão Oriental no final do século XVIII. A invasão do Egito por Napoleão entre 1798 e 1799 ameaçava cortar tanto a via terrestre para a Índia, através do Egito e da Mesopotâmia, quanto o controle britânico sobre o Mediterrâneo Oriental. Da mesma forma, o avanço da Rússia sobre a Crimeia e o Mar Negro poderiam eventualmente ameaçar a hegemonia naval da Grã-Bretanha no Mediterrâneo. Assim, tornava-se necessário para ela evitar que o Império Otomano perdesse o controle sobre os Estreitos de Bósforo e Dardanelos, que controlam a passagem de um mar para o outro, para seus rivais. Foi assim que o Império Otomano passou a fazer parte dos cálculos estratégicos do governo britânico, o qual inaugurou uma política de intervenção no Império Otomano que, se por um lado entrava em conflito com o seu “isolamento esplêndido”, por outro era coerente com as suas necessidades estratégicas.

O “Grande Jogo”

As guerras de religião na Europa no século XVII haviam esgotado de tal modo os países beligerantes, sem que nenhum deles fosse capaz de extinguir seus rivais, que fora necessário chegar a um consenso para a manutenção do equilíbrio entre as potências europeias. Esse sistema, chamado de *westafaliano* em referência à Paz de Westfália que colocara um fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), foi duplamente abalado pela Revolução Francesa (1789-1799) e pelas Guerras Napoleônicas (1803-1815). Os princípios do liberalismo, transformados em prática política pela Revolução, e a imposição da hegemonia da França sobre a Europa por Napoleão ameaçaram de tal modo as demais potências europeias que impulsionaram a formação de uma coalisão entre elas para derrotar o inimigo comum. O sistema de equilíbrio entre as Grandes Potências foi restaurado pelo Congresso de Viena de 1815 sob a liderança da Áustria, da Grã-Bretanha e da Rússia. Assim, aqueles que haviam derrotado Napoleão tornaram-se os fiadores da preservação da ordem restaurada.

No entanto, a passagem dos exércitos napoleônicos e, principalmente, das ideias da Revolução deixaram marcas que não podiam ser apagadas e a velha ordem imposta à Europa já não podia coexistir com as novas forças postas em marcha a partir de 1789. Isso foi particularmente verdadeiro para o Império Otomano, pois a disputa entre a França e a Grã-Bretanha também havia sido empurrada para os seus territórios pelas tropas francesas⁷⁷. Segundo Erik Zürcher, a invasão do Egito por Napoleão em 1798,

foi o resultado tanto da rivalidade comercial e colonial entre a França e a Inglaterra, que ainda estava sendo disputada na Índia, quanto da compreensão em Paris de que os meios disponíveis não permitiam um ataque direto à própria Inglaterra. O próprio Napoleão pode bem ter alimentado sonhos românticos de conquistar o Oriente Médio como um novo Alexandre, o Grande, mas os objetivos políticos franceses eram mais limitados: enfraquecer indiretamente a posição britânica no Oriente tornando o Egito em uma base francesa. (tradução nossa)⁷⁸

⁷⁷ A invasão napoleônica foi particularmente impactante para o sultão otomano Selim III. “Para Selim e seu círculo de reformadores, era um desastre prático e psicológico. O Sultão era um grande admirador da França e de sua *intelligentsia* progressista, e havia desenvolvido uma calorosa relação com o governo revolucionário na última década do século XVIII para conter as ambições territoriais da Áustria e da Rússia nos Bálcãs” (tradução nossa). GLENNY, Misha. *The Balkans: nationalism, war, and the great powers, 1804 – 1999*, pp. 5 e 6.

⁷⁸ “It was a result both of the colonial and commercial rivalry between France and England, which was still being fought out in India, and of the realization in Paris that the available means did not allow a direct attack on England itself. Napoleon himself may well have entertained romantic dreams of conquering the Middle East as a new Alexander the Great, but French policy aims were more limited: indirectly to weaken the British position in the East by turning Egypt into a French base.” ZÜRCHER, Erik. *Turkey, a modern history*, p. 25.

A expedição francesa provocou a reação do governo britânico, receoso de que a via terrestre para a Índia e seu domínio sobre o Mediterrâneo Oriental fossem comprometidos. Até a primeira metade do século XX, essa seria uma preocupação constante da política externa britânica, principalmente enquanto o Partido Conservador esteve no poder (Clayton, 1971, p. 13). Por outro lado, a disputa entre franceses e britânicos por incluir o Egito em suas respectivas áreas de influência “assinalou o fim da dominação otomana sobre essa fértil e crucial província banhada pelo Nilo, bem como a sua emergência como Estado independente liderado por Muhammad Ali Paxá e seus descendentes”⁷⁹.

Muhammad Ali (1769-1849) era um oficial otomano de origem albanesa que aproveitou o vazio de poder deixado pela passagem de Napoleão para estabelecer um governo autônomo no Egito, embora ainda reconhecesse a suserania nominal do Império Otomano. Em 1811 ele extinguiu o regime dos Mamelucos, que governavam o Egito como vassalos do sultão otomano, e aproveitou o impulso que a Revolução Industrial havia dado à exportação de algodão para investir na economia e nas forças armadas do Egito, reformando-as nos moldes ocidentais.

A política de Muhammad Ali no Egito entrava em conflito com o projeto de centralização do governo otomano, mas este precisou negociar com ele em troca de seu apoio contra a independência grega. Ambos foram derrotados em 1827 na Batalha de Navarino por uma coalisão de Grandes Potências que haviam se aliado em apoio aos gregos (Glenny, 1999, pp. 35 e 36). A frota de Muhammad Ali foi praticamente destruída e ele, ainda por cima, não recebeu do sultão o governo sobre a Síria que lhe havia sido prometido por sua ajuda contra os gregos. Então, o paxá egípcio iniciou uma revolta em 1831 que só acabou em 1840 com a mediação da Grã-Bretanha. Muhammad Ali conseguiu se manter no poder no Egito e legar o seu governo a seus descendentes sem que houvesse uma cisão formal com o império. Contudo, se o Egito conquistara a sua autonomia em relação à Sublime Porta, o mesmo não poderia ser dito em relação às potências europeias, pois estas exerciam um controle cada vez maior sobre a economia e as finanças egípcias.

Este foi, no entanto, apenas um dos conflitos no Oriente Médio em que a Grã-Bretanha se viu envolvida para manter a sua hegemonia no Mediterrâneo. O momentâneo eclipse da França no cenário internacional após a derrota de Napoleão em 1815 não havia permitido à Grã-Bretanha retomar o seu isolamento. O imperialismo britânico havia transformado certas zonas do globo em áreas sensíveis cuja importância estratégica era preciso defender contra outras potências. Assim, além da relação tensa com a França ao longo do século XIX, a expansão russa

⁷⁹ QUATAERT, Donald. *O Império Otomano*, p. 63.

em direção ao Mar Negro e à Pérsia inaugurou uma rivalidade entre a Grã-Bretanha e a Rússia que ficaria conhecida como “O Grande Jogo”. (Fromkin, 1989, p. 16).

Os objetivos da política russa no Império Otomano estavam relacionados a dinâmicas e características próprias da Rússia, marcadamente a sua necessidade de uma saída para o mar. Por isso a Península da Crimeia fazia parte de seus cálculos estratégicos. Até 1774, aquela região fora um *khanato*⁸⁰ vassalo do sultão otomano, mas pelo Tratado de Küçük-Kainarji, ele foi obrigado a reconhecer a independência da Crimeia. Isso permitiu à Rússia incorporá-la à sua esfera de influência já que, pelos termos do Tratado, ela também adquirira o direito de navegação no Mar Negro. Assim a questão dos Estreitos se tornou ainda mais premente para a Rússia, pois era preciso garantir, se não o seu controle, pelo menos o direito de passagem livre para os seus navios (Zürcher, 2004, p. 19).

Entretanto, a ameaça de um avanço russo sobre os Estreitos comprometia a posição naval britânica no Mediterrâneo e a rivalidade entre as duas potências agravou-se ainda mais com a expansão russa em direção à Pérsia e ao Afeganistão, pois isso ameaçava as possessões coloniais britânicas na Índia. Assim, a preocupação em conter o expansionismo russo na Ásia e sobre os Estreitos esteve presente em toda a política externa britânica ao longo do século XIX e até o início do século XX, especialmente entre os oficiais dos governos coloniais da Índia, do Egito e do Sudão. Segundo o historiador norte-americano David Fromkin,

Quando a Rainha Vitória assumiu o título de Imperatriz da Índia em 1877 foi dado reconhecimento formal à evolução da Grã-Bretanha para uma espécie de monarquia dual – O Império Britânico e o Império da Índia. A linha entre eles era, portanto, vital, mas acima dela e lançando uma longa sombra, pairava a espada dos czares. (tradução nossa)⁸¹

Desse ponto de vista, era imprescindível à Grã-Bretanha manter a integridade territorial do Império Otomano, para que ele funcionasse como uma área neutra entre o seu próprio império colonial e a Rússia. Por isso, o governo britânico temia que os czares usassem o argumento da solidariedade para com os súditos ortodoxos do sultão para avançar sobre Constantinopla e os Estreitos. Foi a causa comum da ameaça russa que aproximou o governo britânico e o otomano, bem como o francês, durante a Guerra da Crimeia, por exemplo. No

⁸⁰ Ele era governado pelos *khans* tártaros, remanescentes das hordas mongóis que, no século XIII, haviam expandido seu domínio em direção ao Oeste.

⁸¹ “When Queen Victoria assumed the title of Empress of India in 1877 formal recognition was given to the evolution of Britain into a species of dual monarchy – the British Empire and the Empire of India. The line between them was thus a lifeline, but over it, and casting a long shadow, hung the sword of the czars.” FROMKIN, David. *A peace to end all peace*, p. 29.

entanto, no próximo conflito em que a Grã-Bretanha se viu envolvida no Império Otomano depois da invasão do Egito em 1798, não foram os seus interesses estratégicos que a obrigaram a intervir, mas a pressão exercida por indivíduos influentes e a opinião pública dentro da própria sociedade britânica sobre seu governo.

As Grandes Potências e os movimentos nacionais no Império Otomano

A luta pela formação de um Estado nacional grego começou, na verdade, na Rússia. Em 1814, gregos emigrados fundaram em Odessa uma organização secreta chamada *Philiki Etairia* (Sociedade dos Amigos) cujo objetivo era libertar a “pátria-mãe” do jugo otomano. “Nenhum dos conspiradores tinha a menor ideia dos contornos geográficos da Pátria-Mãe, ou de quem pertencia a ela” (tradução nossa)⁸². Isso porque os gregos otomanos não formavam uma comunidade coesa, estavam espalhados por um vasto território e mesmo nas regiões em que eles formavam a maioria da população, havia outros grupos confessionais e linguísticos entre eles, além de uma enorme diferença entre classes e grupos profissionais. Havia muitas denominações para eles e foi só no final do século XIX que a denominação comum *helenos* passou a ser usada. Os nacionalistas gregos eram poucos, tanto no Império Otomano como fora dele, mas eles tinham um programa de ação e eram muito bem relacionados, conseguindo logo organizar um levante na Moldávia em 1821, sob a liderança de Alexander Ypsilantis (1792-1828), oficial do exército russo de origem *fanariota* (Figes, 2010, p. 32).

Pelo Tratado de Bucareste de 1812, os Principados estavam sob a soberania conjunta da Rússia e do Império Otomano e os nacionalistas gregos esperavam atrair o apoio da população cristã local e da Rússia. Porém, naquele momento, o czar Alexandre I (r. 1801-1825) estava comprometido com os princípios do Congresso de Viena de 1815 e não podia ajudar os nacionalistas gregos. A Rússia, juntamente com a Áustria e a Prússia, havia firmado uma aliança⁸³ pela defesa do princípio da legitimidade dinástica na Europa e não podia defender um movimento que desafiava justamente a validade desse princípio (Glenny, 1999 p. 36).

A brutal repressão do governo otomano ao levante na, entretanto, despertou em muitos países um forte sentimento de solidariedade aos gregos Moldávia, ajudando a espalhar a revolta pelos Bálcãs e atraindo o apoio da Rússia. “Do ponto de vista de Alexandre, as ações dos turcos

⁸² “None of the conspirators had the first idea of the geographical contours of the Motherland, or of who belonged in it”. GLENNY, Misha. *The Balkans: nationalism, war, and the great powers, 1804 – 1999*, p. 26.

⁸³ Essa aliança era chamada de “Santa Aliança”, também conhecida como “Liga dos Três Imperadores” (*Dreikaiserbund*).

havia ido muito além da legítima defesa da soberania otomana; eles estavam em uma guerra religiosa contra os gregos, cujos direitos religiosos os russos tinham o dever de proteger” (tradução nossa)⁸⁴. Assim, a questão da solidariedade religiosa começou a fazer parte dos mecanismos usados pelas Grandes Potências, em especial a Rússia, para interferir diretamente no Império Otomano.

O conflito entre as elites provinciais e o governo central otomano também desempenhou um papel importante na revolta grega. Ali Paxá (1740-1822) era o governador da Rumélia em nome do sultão a partir de sua capital, Janina. A enorme influência e autonomia com que ele comandava sua província atrapalhavam a Sublime Porta em seu projeto de centralização. Ali Paxá então aproveitou a rebelião grega para declarar a sua solidariedade à causa nacionalista e tornar independente aquela região (Glenny, 1999 p. 27)⁸⁵. O governo imperial conseguiu derrotar Ali Paxá, mas precisou recorrer à ajuda de outro *a‘yan*, Muhammad Ali do Egito, para conseguir reprimir a revolta grega.

Na Grã-Bretanha e em outros países ocidentais, políticos liberais e intelectuais organizaram-se para ajudar a causa da independência grega, com destaque para Lord Byron (1788-1824), renomado poeta e aristocrata inglês cujo apoio aos gregos ajudou a despertar o interesse do grande público para a sua causa. Pouquíssimos entre os *filelênicos*, no entanto, conheciam a realidade das populações gregas do Império Otomano e muitos aproveitaram a oportunidade para criticar o governo do Partido Conservador britânico por não ajudar as minorias cristãs oprimidas pelos otomanos. A pressão exercida pela opinião pública, intelectuais, políticos, diplomatas e oficiais fez com que finalmente as Grã-Bretanha interviesse a favor dos gregos, embora isso contradissesse a política de preservação do Império Otomano. No entanto, a política do “grande jogo” tornava uma intervenção britânica imperiosa para evitar que a Rússia conseguisse aumentar sua influência na região. A determinação russa em ajudar os gregos e o desenrolar dos conflitos na região deixaram claro para o governo britânico que intervir a favor dos gregos era a única maneira de evitar o fortalecimento da Rússia através de uma Grécia independente dos otomanos, mas dependente da ajuda exclusiva dos russos

⁸⁴ “As Alexander saw it, the actions of the Turks had gone well beyond the legitimate defence of Ottoman sovereignty; they were in a religious war against the Greeks, whose religious rights the Russians had a duty to protect”. FIGES, Orlando, *The Crimean War*, p. 34.

⁸⁵ A luta pela independência dos gregos atraiu grande simpatia entre escritores ocidentais. Romances como *O Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas (1802-1870), contribuíram para a mitificação de Ali Paxá como um herói em luta pela libertação de seus compatriotas, embora o Ali Paxá histórico pouco se encaixasse nesse perfil. Assim como Muhammad Ali do Egito, ele era de origem albanesa, mas isso não interferia em sua política em favor dos gregos porque naquele momento não existia algo como uma identidade nacional albanesa. Mesmo entre as outras comunidades linguísticas ou religiosas do império não havia ainda consenso sobre a sua constituição como “nações” distintas.

(Clayton, 1971, p, 43). Assim, a Grã-Bretanha agiu em conjunto com as outras Grandes Potências e os otomanos (e egípcios) foram derrotados na Batalha de Navarino em 1827.

Os gregos não haviam sido o primeiro grupo minoritário a se revoltar contra o governo otomano, no entanto, pois os sérvios já haviam feito isso há alguns anos. A revolta sérvia começara em 1804 como uma reação aos desmandos dos oficiais janízaros locais e com um pedido para que o governo central retomasse a administração direta sobre a região. Entretanto, a repressão ao movimento e a atuação de grupos nacionalistas alteraram o caráter do levante sérvio e eles acabaram conquistando autonomia frente à Sublime Porta, embora não imediatamente a independência (Glenny, 1999, pp. 13 e 14). A primeira revolta a conseguir de fato a independência e a formação de um Estado nacional foi a dos gregos graças, em boa parte, à intervenção estrangeira.

Contudo, o novo Estado nacional grego tinha muito pouca coesão interna e havia muitos conflitos e disputas pelo poder. Faltava legitimidade ao novo governo, principalmente depois da morte do primeiro-ministro Ioannis Kapodistrias (1776-1831), que havia sido Ministro do Exterior na Rússia e uma das principais lideranças do movimento pela independência grega. Essa falta de coesão foi interpretada por Arnold Toynbee como a falta de uma história nacional:

eles irromperam do Império Otomano não como uma nação ocidental com uma longa história nacional, mas como uma classe comercial e um campesinato provincial em um esquema médio-oriental de sociedade. A pobreza de sua vida social anterior refletia-se, naturalmente o bastante, na pobreza de seu vernáculo. (...) A linguagem tinha que ser ocidentalizada assim como a nação. (tradução nossa)⁸⁶

Para conseguir estabilizar a região e de acordo com o princípio da legitimidade dinástica, as Grandes Potências apontaram um aristocrata, Oto da Baviera (r. 1832-1862), como rei da Grécia na Conferência de Londres de 1832. A questão da Grécia deixara claro que qualquer conflito que envolvesse perdas territoriais no Império Otomano não poderia ser resolvido de maneira bilateral, mas envolveria negociações e ajustes de poder entre as Grandes Potências (Clayton, 1971, p. 26).

Assim, o Concerto Europeu conseguiu encontrar uma resposta temporária para a Questão Oriental, mas a crise grega, por sua vez, alargou fissuras que já existiam na sociedade britânica, principalmente entre liberais e conservadores. Para estes últimos, era fundamental

⁸⁶ “They broke out of the Ottoman Empire not as a Western nation with a long national history but as a commercial class and a provincial peasantry in a Middle Eastern scheme of society. The poverty of their previous social life was reflected, naturally enough, in the poverty of their vernacular. (...) The language had to be Westernised like the nation.” TOYNBEE, Arnold. *The Western Question*, p. 20.

apoiar a manutenção do Império Otomano em nome do equilíbrio europeu e evitar que a Rússia conseguisse aumentar sua influência através de novos Estados-satélite nos Bálcãs. Para os primeiros, no entanto, a desigualdade entre os grupos confessionais no Império Otomano e a sujeição das minorias não-muçulmanas eram intoleráveis. Os defensores dessa tendência na Grã-Bretanha, especialmente através do Partido Liberal, passaram a pressionar seu governo para que este interviesse no Império Otomano a favor das minorias cristãs.

As Grandes Potências e as tentativas de reforma do Império Otomano

Uma maneira de tentar conciliar essas duas tendências era utilizar o serviço diplomático britânico em Constantinopla para pressionar o governo otomano e exigir dele que promovesse a igualdade entre seus súditos. Dessa forma, conflitos internos poderiam ser evitados, bem como as perturbações que eles causavam no cenário internacional. O ideal, do ponto de vista britânico, é que os interesses das minorias fossem conciliados com a preservação da soberania otomana, na forma de unidades políticas autônomas, mas ainda nominalmente sujeitas à autoridade do sultão. Assim, a fragmentação daquele território e sua incorporação por alguma potência rival poderiam ser evitadas.

A pressão diplomática para a realização de reformas não era a única maneira pela qual as Grandes Potências podiam intervir no Império Otomano em nome da proteção às minorias religiosas. Era comum que governos estrangeiros apoiassem atividades missionárias e a fundação de escolas confessionais, que atendiam principalmente as comunidades protegidas por elas. Assim, o grau de escolarização geralmente era maior entre não-muçulmanos. Entretanto, o principal mecanismo pelo qual a influência das Grandes Potências se fazia sentir na sociedade otomana era mesmo através da concessão de *berats*. Esta prática tornou-se ainda mais comum no século XIX e permitiu a ascensão econômica de diversas famílias não-muçulmanas, bem como a das potências que as tinham sob sua proteção. Os *berats* ajudaram a aprofundar as diferenças entre os grupos confessionais, o que prejudicou a coesão social no Império Otomano (Zürcher, 2004, p. 11).

Assim, a própria interferência das Grandes Potências nas questões identitárias do império contribuía para o reforço das diferenças e impedia o sucesso do projeto reformista, pois atraía a desconfiança dos muçulmanos e aprofundava as rivalidades entre os grupos confessionais, ou seja, influenciava o processo de *confessionalização*. Por exemplo, Nathalie Clayer analisou diversas reações a uma série de conflitos intercomunitários ocorridos na região

oeste do atual Kosovo entre 1907 e 1908. Os representantes diplomáticos da Áustria e da Itália procuraram intervir em favor dos católicos, mas eles também estavam em competição um com o outro por prestígio na região, o que os atores locais souberam explorar. Assim, os agentes consulares estrangeiros acabavam atendendo a pedidos de ajuda tanto de católicos como de muçulmanos porque, como eles tinham outros objetivos além da solidariedade confessional, eles não podiam deixar sua influência regional depender apenas dos católicos, embora fossem vistos como seus protetores. Assim, os representantes diplomáticos europeus ajudaram a aprofundar a crise entre os grupos confessionais na região. No entanto, nenhum dos dois percebeu o efeito de suas próprias ações sobre o conflito.⁸⁷

As rivalidades europeias na Questão Oriental

A interferência das Grandes Potências em nome da proteção às minorias cristãs atingiu um ponto crítico em 1846 por conta do conflito entre católicos e ortodoxos pela primazia sobre a Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém. A Rússia interveio em nome dos ortodoxos, enquanto a França assumiu o papel de protetora das minorias católicas. A rivalidade entre as duas potências sobre a questão dos Lugares Santos foi aumentando conforme o que ocorria tanto na Europa quanto no Império Otomano. Quando Luís Napoleão (r. 1852-1870) conseguiu fazer-se imperador dos franceses em 1852, ele atraiu a desconfiança das demais potências, que temiam que ele desafiasse o equilíbrio de poder alcançado no Congresso de Viena e desejasse seguir os passos de seu tio, Napoleão Bonaparte. Para o novo imperador, a tensão confessional na Terra Santa era uma oportunidade para unir a sociedade francesa em nome de uma causa comum depois dos conflitos de 1848-1849 que haviam colocado um fim ao governo da dinastia Bourbon (Figes, 2010, p. 103).

Porém, para o czar Nicolau I, a influência francesa no Império Otomano arriscava a posição da Rússia na região. Ele procurou atrair o apoio da Grã-Bretanha e propôs a partilha dos territórios otomanos para evitar o avanço da França na região. Entretanto, suas ações só aumentaram a desconfiança dos britânicos em relação à Rússia quando esta enviou suas tropas contra o Império Otomano em 1853 por ele ter cedido às pressões francesas e concedido privilégios aos católicos no acesso aos Lugares Santos. Para evitar que a Rússia dominasse o Império Otomano, a Grã-Bretanha e a França aliaram-se a ele. O conflito só não adquiriu as

⁸⁷ CLAYER, Nathalie. "The dimensions of confessionalisation in the Ottoman Balkans at the time of nationalisms", pp. 106 e 107.

proporções de uma guerra mundial porque tanto a Áustria quanto a Prússia recusaram-se a participar. Esta guerra ficou conhecida como Guerra da Crimeia porque os confrontos mais sangrentos e decisivos aconteceram naquela península.

Segundo o historiador inglês Orlando Figes, esta foi a primeira “guerra total” porque envolveu ataques a civis, crises humanitárias e o uso da tecnologia industrial, mas também foi a última guerra a usar táticas bélicas antigas (Figes, 2010, loc. 62). Ela logo foi considerada como uma guerra inútil pelo governo e pela opinião pública britânicos, dado o grande número de mortos e os ganhos diplomáticos insignificantes. No entanto, a Guerra da Crimeia conseguiu evitar a expansão russa às custas do Império Otomano, o que era justamente o objetivo da Grã-Bretanha e da França no conflito (Clayton, 1971, p. 121).

Assim, a Rússia foi derrotada e as Grandes Potências assumiram o compromisso de manter a integridade territorial otomana no Congresso de Paris de 1856. O Império Otomano chegou mesmo a ser admitido como membro do Concerto das Nações naquela ocasião, embora isso não tenha significado que a sua soberania estivesse assegurada. Pelo contrário, a Guerra da Crimeia só fez aumentar a ingerência estrangeira sobre os assuntos internos do Império Otomano. Isso porque, para conseguir enfrentar a Rússia, o governo otomano fizera empréstimos volumosos no exterior. Até então, as suas necessidades financeiras haviam sido supridas por bancos geridos principalmente por súditos não-muçulmanos, mas a guerra contra a Rússia exigia uma quantidade de investimentos que essas instituições bancárias não poderiam suprir. A má gestão das finanças públicas, novos conflitos contra a Rússia, novos empréstimos e os juros acumulados das dívidas otomanas, lançaram o império em um círculo vicioso.

A situação se agravou tanto que em 1879 o governo otomano declarou falência. A crise financeira e a insolvência otomana fizeram com que em 1881 fosse instituída a Administração da Dívida Pública Otomana, um conselho composto de representantes das potências contra as quais o império havia adquirido dívidas, nomeadamente a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha. Esses países também forneciam consultores ao governo otomano para outras atividades econômicas, de modo a garantir a recuperação econômica do império e o pagamento da dívida pública. Além disso, através do patrocínio de seus respectivos governos, empresas estrangeiras obtinham a concessão de obras e serviços no Império Otomano, como a construção de ferrovias (Kent, 1996, p. 1). Isso aumentou ainda mais a rivalidade entre as Grandes Potências no Império Otomano, principalmente por causa do rápido crescimento da Alemanha no cenário internacional.

O sultão Abdulhamid II aproveitou essa situação e aprendeu a jogar com os interesses conflitantes das Grandes Potências para favorecer sua própria posição e instituir um governo cada vez mais autocrático. A Administração da Dívida Pública Otomana, no entanto, tornara-se um verdadeiro “Estado dentro do Estado” e o Império Otomano tornou-se um espaço *semicolonial*, uma arena em que as Grandes Potências competiam por influência. Nas palavras do historiador Malte Fuhrmann,

como um todo, a região constituía um espaço intermediário em uma época que dividiu o mundo entre colonizadores e colonizados, um espaço que (...) deve ser denominado “semicolonial”. “Semicolonial” nesse sentido não é usado para descrever simplesmente dominação por governo indireto. Antes, ele se refere a um espaço onde as velhas hegemonias se tornaram incertas e as novas ainda deveriam ser postas à prova; (...) no final do período otomano não havia nenhum centro de poder único que estimulasse e dirigisse os processos políticos, sociais e culturais. (tradução nossa)⁸⁸

No final do século XIX, metade do orçamento otomano ia para as forças armadas, mais para controle interno do que contra inimigos externos, mas não conseguiu evitar a emancipação de territórios nos Bálcãs e isso representou um duro golpe para a economia e as finanças otomanas, já que essas províncias estavam entre as mais ricas e desenvolvidas do império. Entre 1878 e 1913, ele perdeu mais de 30% de seu território e cerca de 20% de sua população. “Novamente os otomanos estavam presos em um círculo vicioso: eles gastavam grandes quantias para evitar o colapso do seu Império, no entanto aquele processo aumentava seu endividamento e dependência das Potências europeias, e acelerava o ritmo do colapso” (tradução nossa)⁸⁹. Isso porque para financiar a modernização de seu exército, o governo otomano precisou recorrer cada vez mais a empréstimos estrangeiros que ele não tinha condições de pagar, ainda mais devido às constantes perdas territoriais.

Para a Grã-Bretanha, a dependência econômica do Império Otomano abria muitas oportunidades para que ela incluísse algumas partes dos territórios otomanos em seu próprio império de maneira não-oficial, sobretudo nas províncias árabes e no Mediterrâneo Oriental.

⁸⁸ “As a whole, the region constituted an in-between space in an age that carved up the world between colonizers and colonized, a space that (...) shall be labelled “semi-colonial”. Semi-colonial “in this sense is not meant to describe simply domination by indirect rule. Rather, it refers to a space where older hegemonies had become unsettled and new ones remained to be field-tested; (...) in the late Ottoman period, there was no single seat of power that stirred and directed political, social and cultural processes; (...)” FUHRMANN, Malte. “Vagrants, prostitutes and Bosniaks: making and unmaking European supremacy in Ottoman Southeast”. In: GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie & PICHLER, Robert (eds.) *Conflicting Loyalties in the Balkans*, p. 18.

⁸⁹ “Again the Ottomans were trapped inside a vicious circle: they spent huge sums to prevent the collapse of their Empire yet that process increased their indebtedness and dependence on the European Powers, and accelerated the pace of collapse.” AHMAD, Feroz. “The late Ottoman Empire”. In: KENT, Marian (ed.). *The Great Powers and the end of the Ottoman Empire*, p. 22.

Neste último, sua influência aumentara ainda mais com a anexação de Chipre como protetorado em 1878 em troca da ajuda prestada ao governo otomano contra a Rússia. A posição mais segura que a anexação da ilha e depois do Egito em 1882 ofereciam à Grã-Bretanha, tornaram a manutenção da integridade do Império Otomano um assunto menos urgente. Por isso, o sultão otomano começou a se aproximar da Alemanha contra a Grã-Bretanha, a França e a Rússia.

Os alemães, por não possuírem colônias em regiões de população muçulmana, apareciam como mediadores ideais e suficientemente desinteressados. Assim, quando a ferida da Questão Oriental foi aberta novamente por disputas nacionalistas nos Bálcãs e pela interferência russa em nome da ideologia do pan-eslavismo, foi a Alemanha que se ofereceu, na pessoa de seu chanceler Bismarck (1815-1898), para forjar um novo equilíbrio europeu que promettesse resolver de vez a Questão Oriental. O compromisso assumido no Congresso de Paris de 1856 pelas Grandes Potências para com a manutenção da integridade territorial do Império Otomano foi então abandonado em 1878 no Congresso de Berlim. Este último consolidou a intervenção estrangeira no Império Otomano em nome da proteção dos seus súditos não-muçulmanos, reconhecendo a independência da Bulgária, de Montenegro, da Romênia e da Sérvia. O Tratado de Berlim de 1878 beneficiou as potências que ajudaram a criar esses novos Estados balcânicos, sobre os quais elas tinham grande influência. Entretanto, o tratado também criou uma situação explosiva para o Império Otomano, pois fomentou o nacionalismo e o separatismo entre sua população (Ahmad, 1996, p. 5).

A Questão Oriental ficou mais complicada com o envolvimento da Alemanha no final do século XIX, mas, embora tivesse conseguido o apoio alemão para o treinamento de suas tropas e no desenvolvimento econômico do Império Otomano, este nunca conseguiu dos alemães uma promessa de defenderem a sua integridade territorial. Isso porque, após o Congresso de Berlim, era patente que este era um sonho impossível e mesmo que a data da derrocada otomana não fosse conhecida o seu fim era certo. A Grã-Bretanha e a França, que haviam se comprometido com a defesa da integridade otomana no Congresso de Paris, haviam deixado de lado as suas promessas diante do fim iminente do Império. Além disso, sendo militarmente fraco, o Império Otomano não se mostrava como um aliado atraente diante da crescente ameaça de guerra entre as Grandes Potências devido às suas disputas por territórios coloniais na África e na Ásia e pela hegemonia na Europa.

Na Grã-Bretanha, a Questão Oriental já era há tempos o pomo da discórdia entre conservadores e liberais no que se referia à política externa. A disputa entre o primeiro-ministro conservador Benjamin Disraeli (1804-1881) e William Gladstone (1809-1898), líder da

oposição liberal na época do Congresso de Berlim, foi o caso mais representativo dessa fissura no interior do governo britânico. Disraeli, preocupado com uma possível expansão russa às custas do Império Otomano, procurou preservar este último para assegurar a manutenção da hegemonia britânica na Europa. Sua política de apoio aos otomanos, no entanto, foi duramente criticada por aqueles que, como Gladstone, consideravam esse apoio imoral por causa do tratamento brutal que os otomanos dispensaram aos búlgaros em 1876. Essa crítica não era justificada em nome do princípio do direito à autodeterminação dos povos, mas em termos de solidariedade religiosa. Segundo os pesquisadores John Allcock e Antonia Young,

o imaginário que nós agora aplicamos à região é político e econômico: aquele empregado por antigas gerações era basicamente religioso. Através dos Bálcãs corria a fronteira entre a Cristandade e o Islã (...). Mesmo que realmente pareça provável que a religião deva ser encarada como um pretexto mais do que um motivo para a ação, vale notar que era necessário à política ser explicada nesses termos. Não havia nenhuma outra retórica disponível, convincente e aceitável (...) na qual essas ambições encobertas podiam ser decentemente vestidas. Consequentemente, quando o Primeiro-Ministro W.E. Gladstone assumiu a ‘Questão Oriental’, foi em termos religiosos que ele achou mais natural e politicamente mais efetivo apresentar sua causa. (tradução nossa)⁹⁰

Graças à comoção que os chamados “massacres búlgaros” despertaram na opinião pública britânica, o Partido Liberal conseguiu voltar ao poder e começou a distanciar a Grã-Bretanha da política de preservação do Império Otomano. Segundo Gerald David Clayton,

No período 1878-1914, a atenção dos governos britânicos, e do público britânico também, foi direcionada para longe de Constantinopla para outras preocupações, mais urgentes. Poderio naval, imperialismo, a luta por territórios e influência na África e na China, e a defesa da Índia predominaram; mas assuntos domésticos também exigiam atenção (...). Isso não quer dizer que a Grã-Bretanha de algum modo abandonou seu interesse no Oriente Médio; mas que, em vez de automaticamente proteger o sultão Abdul Hamid, ela concentrou-se em seu objetivo real na área, a defesa da Índia. (tradução nossa)⁹¹

⁹⁰ “The images which we now apply to the region is political and economic: that employed by former generations were basically religious. Through the Balkans ran the frontier between Christendom and Islam (...). While it does seem likely that religion might be regarded as a pretext rather than as a motive for action, it is worth noting that it was necessary for policy to be explained in these terms. There was no other available, convincing and acceptable rhetoric (...) in which these covert ambitions could be decently dressed. Consequently, when Prime Minister W. E. Gladstone took up the ‘Eastern Question’, it was in religious terms that he found it both most natural and most politically effectual to present his cause.” ALLCOCK, John B. & YOUNG, Antonia. “Black lambs and grey falcons: outward and inward frontiers”. In: ALLCOCK, John B. & YOUNG, Antonia (eds.). *Black lambs and grey falcons. Women travelling in the Balkans*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2000, pp. xxiii e xxiv.

⁹¹ “In the period 1878 – 1914, the attention of British governments and of the British public too, was directed away from Constantinople to other, more immediately pressing concerns. Naval strength, imperialism, the struggle for territory and influence in Africa and China, and the defence of India, predominated; but domestic issues also commanded serious notice. (...) This is not to say that Britain by any means abandoned her interest in the Middle East; but that, instead of automatically protecting Sultan Abdul Hamid, she concentrated on her real objective in the area, the defence of India.” CLAYTON, Gerald David. *Britain and the Eastern Question*, p. 164.

No Império Otomano, a intervenção das Grandes Potências que culminou no Tratado de Berlim incentivou principalmente a reação dos Jovens Otomanos. Em um primeiro momento, esse grupo subscrevia a ideologia do *otomanismo*, porém, com o surgimento de movimentos nacionalistas entre os cristãos nos Bálcãs, os árabes e outros grupos minoritários, e também com a perseguição de Abdulhamid II ao movimento, os Jovens Otomanos começaram a defender cada vez mais a valorização do elemento turco. Podemos designá-los a partir dessa mudança de ênfase como *Jovens Turcos*.

Oficiais das forças armadas e burocratas ligados aos Jovens Turcos formaram o Comitê pela União e Progresso (C.U.P.) e articularam a tomada do poder contra o sultão. Abdulhamid renunciou em 1909 em favor de seu irmão, mas o C.U.P tornou-se o verdadeiro poder por trás do trono, promovendo uma política de modernização das forças armadas e de valorização dos turcos em detrimento dos outros grupos que compunham a sociedade otomana, até mesmo dos árabes. Nas palavras de David Fromkin, “os líderes do C.U.P. eram nacionalistas sem uma nação” (tradução nossa)⁹².

A Questão Oriental e a Grande Guerra

Desde o final do século XIX, a crescente influência econômica e política da Alemanha no Oriente Médio preocupava cada vez mais tanto as autoridades britânicas, quanto a França e a Rússia. A rivalidade em torno da concessão de direitos para a construção de ferrovias no Império Otomano exemplifica bem essa preocupação. A extensão da malha ferroviária na região permitia um transporte mais eficiente de mercadorias e, caso necessário, de tropas por via terrestre, em prejuízo das rotas navais, então sob o domínio britânico. Além disso, o rápido crescimento industrial alemão levou a um aumento da sua presença comercial no Oriente Médio, onde os comerciantes britânicos ainda eram preponderantes.

Esse foi um dos principais fatores que levaram a Grã-Bretanha, a França e a Rússia a articularem uma aliança no início do século XX. Embora houvesse suspeitas mútuas entre elas, a ameaça da Alemanha parecia ser mais séria do que o seu antagonismo secular. Nesse cenário, o governo britânico começou a ver a questão de Constantinopla e dos Estreitos sob uma outra luz. Sua posição no Mediterrâneo já estava garantida pela posse de Chipre e do Egito, bem como a rota para a Índia através do Canal de Suez e do Golfo Pérsico. Em vista disso, o controle sobre os Estreitos e sobre a capital otomana poderia ser prometido à Rússia em troca do seu

⁹² “C.U.P. leaders were nationalists without a nation.” FROMKIN, David. *A peace to end all peace*, p. 51.

apoio contra os alemães. Da mesma forma, respeitar as reivindicações da França sobre a Síria era uma maneira de cimentar a aliança entre as duas potências em virtude de um possível confronto contra a Alemanha (KENT, 1996, p. 166).

Tal política de alianças se mostrava necessária porque, desde pelo menos 1878, ficara evidente que a Questão Oriental já não poderia ser resolvida por um acordo entre as Grandes Potências, pelo menos não definitivamente. As rivalidades e os interesses em jogo eram muito intensos e, ao mesmo tempo, elas estavam tão profundamente envolvidas com os problemas internos do Império Otomano e dos novos Estados balcânicos, que não poderiam simplesmente ignorar a Questão Oriental. A unificação da Itália e da Alemanha trouxera para a arena mais duas potências ansiosas por exercer sua influência sobre uma região tão estratégica e cada novo conflito trazia as Grandes Potências para mais perto de um confronto em escala mundial. Conforme a ameaça de uma guerra generalizada se aproximava do horizonte, o governo otomano procurou fazer alianças com alguma das Grandes Potências. Ele compreendia que não poderia se manter neutro, pois qualquer lado que saísse vitorioso do conflito iria ocupar seus territórios. Sua importância estratégica era grande demais para que fosse deixado em paz (Quataert, 2000, pp. 83 e 84)⁹³.

Uma parte das lideranças do C.U.P. era pró-britânica porque acreditava que se conseguissem firmar uma aliança com a Grã-Bretanha, o Império Otomano estaria a salvo das ambições russas e francesas. Mas havia uma facção no C.U.P., precisamente os militares, que era favorável a uma aliança com a Alemanha. Esse era mais um motivo para os líderes civis do grupo procurarem uma aproximação com a Grã-Bretanha, pois temiam a influência dos militares no governo. Eles sondaram a Grã-Bretanha em busca de uma aliança, mas sua proposta foi rejeitada. Diante da necessidade de se aliar a uma grande potência ocidental em vista do conflito iminente, venceu a facção pró-germânica do governo otomano. O temor da facção civil do C.U.P. provou-se fundamentado, pois de fato o partido beligerante liderado por Enver Paxá (1881-1922) e Talaat Paxá (1874-1921), tomou a frente do governo otomano e não apenas concluiu a aliança com a Alemanha em 2 de agosto de 1914, como lançou o país na guerra.

A Grã-Bretanha rejeitou uma aliança com os otomanos por dois motivos. Primeiro, ela já havia firmado uma aliança com a França e com a Rússia, ainda que houvesse relutado bastante para se aliar a esta última, em vista da velha rivalidade entre elas. No entanto, diante da possibilidade de um confronto com a Alemanha, um acordo com a Rússia era mais importante do que uma aliança com o Império Otomano. Como a Rússia tinha um enorme

⁹³ Cf. AHMAD, Feroz. "The late Ottoman Empire", p. 16, e FROMKIN, David. *A peace to end all peace*, p.53.

interesse estratégico sobre os Estreitos, não seria possível para a Grã-Bretanha conservar a aliança com a Rússia e fazer o mesmo com o Império Otomano. Além disso, a França tinha grande interesse na região do Levante, de modo que seria mais vantajoso para o governo britânico apoiar os interesses de seus aliados e garantir para si mais uma porção dos territórios otomanos, especificamente a Mesopotâmia e a região do Golfo Pérsico. Em vista do provável confronto com a Alemanha, a aliança com a França e com a Rússia era vital e não poderia ser colocada em risco pelo apoio a um país militarmente mais fraco como o Império Otomano.

Em segundo lugar, havia setores no governo britânico, nomeadamente o Partido Liberal e os governos coloniais, que eram contra a política pró-otomana e desejavam a partilha daqueles territórios. Para os governos coloniais, isso lhes permitiria assegurar de vez a rota para a Índia, a joia da coroa britânica. Uma vez que já detinham o controle de Chipre e do canal de Suez, a Grã-Bretanha era a potência incontestada no Mediterrâneo Oriental, já não precisava seguir a política de preservação do Império Otomano, como no século XIX. Essa política de abandono dos otomanos à sua própria sorte, aliás, já se manifestara quando da Guerra Russo-Turca de 1872 na qual os britânicos se recusaram a intervir militarmente.

A aproximação do Império Otomano com a Alemanha não se deveu apenas à rejeição da proposta de aliança pelos britânicos e da preferência das lideranças militares do C.U.P. por um acordo com os alemães. Logo no início da Primeira Guerra Mundial, ocorreu um fato que causou grande comoção na opinião pública otomana. Dois navios de guerra estavam sendo construídos para o Império Otomano em estaleiros britânicos. Esses navios, *Reşadiye* e *Sultan Osman*, haviam sido pagos adiantado através de uma conscrição pública, mas foram requisitados pelos britânicos, por sugestão de Winston Churchill (1874-1965), Primeiro Lorde do Almirantado. Isso causou enorme indignação entre a população otomana, que ajudara a pagar pelos navios. Cinco dias depois desse incidente, a aliança entre o Império Otomano e a Alemanha foi firmada.

Do ponto de vista estratégico, poderia ser vantajoso para a Grã-Bretanha estar em guerra aberta contra o Império Otomano, como argumentava Churchill. Assim ela teria a possibilidade de utilizar a promessa de partilha dos territórios otomanos, em caso de vitória, como contrapartida para forjar alianças (Fromkin, 1989, p. 84). Entretanto, a aliança entre o Império Otomano e a Alemanha também gerou preocupação em certos setores do governo britânico, principalmente entre os oficiais e diplomatas ligados à administração colonial. Temia-se que o sultão otomano, na qualidade de califa, fizesse um apelo à solidariedade muçulmana em todo o mundo e isso gerasse levantes entre as populações muçulmanas do Império Britânico. Oficiais

da administração britânica no Cairo, em especial, eram bastante influentes junto a Lord Kitchener (1850 – 1916), Secretário da Guerra. Eles procuraram ajudar a revolta das populações árabes muçulmanas contra os turcos sob a liderança do xerife Hussein (1854-1931), de Meca. Caso este reivindicasse o título de Califa, os britânicos pensavam, seria possível desencadear uma revolta generalizada entre os árabes muçulmanos contra o governo do sultão otomano. “Kitchener e seus colegas acreditavam que o Islã poderia ser comprado, manipulado ou capturado se comprassem, manipulassem ou capturassem sua liderança religiosa. Eles estavam excitados com a ideia de que quem controlasse a pessoa do Califa (...) controlaria o Islã” (tradução nossa)⁹⁴.

Assim, a ideia de fomentar uma revolta entre os árabes e depois estabelecer um protetorado britânico na região ganhou muitos adeptos no governo britânico. No entanto, eles não contavam com o fato que os árabes muçulmanos, embora descontentes com os Jovens Turcos que haviam assumido o controle em Constantinopla, nem por isso desejavam trocar o jugo otomano por um protetorado não-muçulmano (Fromkin, 1989, p. 104). O Islã desempenhava um papel importante nos recém-criados nacionalismos muçulmanos no mundo árabe⁹⁵ porque articulava a reação contra o domínio estrangeiro e era justamente isso que os oficiais britânicos não compreendiam (Ahmad, 1996, p. 10).

Na época, Arnold Toynbee também temia que o Califado pudesse ser usado para mobilizar populações muçulmanas em todo o mundo e, caso isso acontecesse, a Grã-Bretanha, empenhada no esforço de guerra, não poderia defender seu império colonial. Essa preocupação aumentou depois da Revolução Russa em 1917, pois ele temia que a luta comum contra o imperialismo ocidental pudesse aproximar o Mundo Muçulmano dos bolcheviques. Por isso ele preparou para o *Foreign Office* um longo memorando para informar como a luta pela autodeterminação dos povos muçulmanos poderia afetar o Império Britânico.⁹⁶ Contudo, a conclamação do Califa otomano à solidariedade muçulmana não provocou um levante

⁹⁴ “Kitchener and his colleagues believed that Islam could be bought, manipulated, or captured by buying, manipulating, or capturing its religious leadership. They were intrigued by the notion that whoever controlled the person of the Caliph (...) controlled Islam.” FROMKIN, David. *A peace to end all peace*, p. 108.

⁹⁵ O nacionalismo no mundo árabe, na verdade, foi uma criação das minorias cristãs árabes do Levante, que procuravam na identidade linguística um fator de coesão que pudesse fomentar um movimento generalizado por autonomia entre os árabes. Ele era anterior ao próprio nacionalismo turco. Cf. DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 3ª edição, 2011, p. 87.

⁹⁶ “Nós corremos o risco de atrair sobre nossas cabeças toda a herança dos czares de ódio no Mundo Muçulmano, e ao mesmo tempo ver a Rússia e o Islã ambos irem para o lado da Alemanha, embora o curso da guerra tenha mostrado o quanto nós precisamos de ambas do nosso lado contra ela” (tradução nossa). TOYNBEE, Arnold. *Memorandum on the formula of ‘the Self-determination of Peoples’ and the Moslem World*, 10 de janeiro de 1918. *Apud* McNeill, William. *Arnold J. Toynbee: a Life*, p. 76.

generalizado, provando que a esperança do governo otomano e o medo britânico se não eram infundados eram pelo menos exagerados.

O surgimento de movimentos nacionalistas entre os árabes muçulmanos provou que o apelo à construção de Estados nacionais independentes era mais atraente do que o pan-islamismo. Para as elites locais, o discurso nacionalista oferecia uma boa oportunidade para reivindicar autonomia ou mesmo independência tanto com relação aos otomanos, quanto com relação às Grandes Potências. Entretanto, suas esperanças chocaram-se com as promessas contraditórias feitas pelo governo britânico. Em um acordo secreto⁹⁷, a Grã-Bretanha concordou em dividir os territórios do Oriente Médio com a França, caso vencessem a guerra. No entanto, ela também prometeu aqueles mesmos territórios aos árabes muçulmanos, caso estes os ajudassem na luta contra os turcos e, para piorar, o governo britânico, através da Declaração Balfour, prometeu apoio aos judeus para a construção de um Estado nacional na Palestina. Essas promessas estão na raiz de muitos dos conflitos que ainda hoje assolam o Oriente Médio (Demant, 2011, p. 88).

A Grã-Bretanha também desempenhou um papel importante, embora involuntário, no fortalecimento do nacionalismo turco. Alguns membros do governo britânico, principalmente Lloyd George e Winston Churchill, acreditavam que um ataque ao Império Otomano seria uma maneira de enfraquecer a Alemanha, que perderia um aliado, e, mais importante, contornar o impasse que se formara na França na “guerra de trincheiras”. Por isso os britânicos lançaram um ataque à península de Galípoli para capturar os Estreitos e Constantinopla em 1915. Entretanto, as tropas turcas conseguiram derrotar a Grã-Bretanha e seus aliados em uma das campanhas que viriam a ser uma das mais sangrentas da guerra. Mustafá Kemal (1881-1938), que se tornaria o fundador da República da Turquia moderna, teve um papel importante em Galípoli, embora não fosse o comandante superior em campo. Ele era então um oficial ligado ao C.U.P., mas não fazia parte de sua direção. A vitória sobre os Aliados nessa campanha alimentou o prestígio de Kemal e fortaleceu a causa nacionalista turca diante da derrota do Império Otomano em outros fronts.

A campanha de Galípoli deixou uma recordação amarga entre os que haviam apoiado o ataque. Talvez isso tenha contribuído para a intransigência de Lloyd George, então Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, quando as potências vitoriosas foram negociar os termos do tratado de paz a ser imposto ao derrotado Império Otomano em 1919. Arnold Toynbee, presente na Conferência de Paris como membro da delegação do *Foreign Office*, insistiu que as perdas

⁹⁷ Acordo de Sykes-Picot, de 1916.

territoriais impostas aos otomanos não deveriam ser tão pesadas, sob o risco de fomentar uma reação contra as tropas de ocupação britânicas em Constantinopla (McNeill, 1989, pp. 80 e 81). Entretanto, o primeiro-ministro não queria ou não podia lhe dar ouvidos, pois havia promessas de guerra à França e à Itália a serem cumpridas que envolviam a partilha dos territórios que ainda restavam ao Império Otomano, bem como a internacionalização dos Estreitos. Embora a Áustria-Hungria, a Rússia e a Alemanha já não estivessem envolvidas com o destino do Império Otomano, ele ainda provocava rivalidade entre as demais potências. Como observou a historiadora turca Sevtap Demirci,

uma vez mais a Questão Oriental estava para se provar não apenas uma pedra no caminho da paz mundial, mas também estava para dar origem a graves dificuldades entre as Grandes Potências de modo que a elaboração dos termos de paz era seriamente dificultada por uma série de disputas acrimoniosas entre os Aliados. Suas dificuldades eram aumentadas, além disso, pela desconfiança com que eles cada vez mais tendiam a olhar as atividades dos outros no Oriente Próximo. (tradução nossa)⁹⁸

As demandas dos Aliados foram finalmente estipuladas no Tratado de Sévres em 1920, que selaria a paz com o Império Otomano, embora nenhum representante do governo otomano tenha participado de sua elaboração. “O Tratado de Sèvres era a solução dos Aliados à centenária Questão Oriental, mas não a final” (tradução nossa)⁹⁹. O problema era como impor esse acordo na prática, pois os Aliados não tinham tropas suficientes para garantir a ocupação da Anatólia e ainda manter a Palestina, o Levante e a Mesopotâmia como protetorados sob seu controle (em nome da Liga das Nações). Os nacionalistas turcos, sob a liderança de Mustafá Kemal, organizaram um movimento nacional que rejeitou a legitimidade tanto do Tratado de Sévres quanto do próprio governo do sultão, acusado de colaborar com a ocupação britânica em Constantinopla e aceitar um acordo de paz que feria a soberania do povo turco.

Para garantir a ocupação da Anatólia, o governo britânico, sob a liderança de Lloyd George, selou um acordo com a Grécia, que havia se mantido neutra durante a guerra. Para Arnold Toynbee, a “Grã-Bretanha estava apoiando a Grécia contra a Turquia, porque uma Grécia engrandecida dependente do apoio britânico iria poupar à Grã-Bretanha o trabalho de

⁹⁸ “Once more the Eastern Question was not only to prove a stumbling block on the road to world peace but it was also to give rise to grave difficulties between the Great Powers so that the drawing-up of terms of peace was seriously impeded by a series of acrimonious inter-Allied disputes. Their difficulties were increased, moreover, by the suspicion with which they increasingly tended to regard each other's activities in the Near East.” DEMIRCI, Sevtap. *The Lausanne Conference: the evolution of Turkish and British Diplomatic Strategies. 1922–1923*. Dissertation submitted as part fulfilment for the degree of Doctor of Philosophy in International History. The London School of Economics and Political Science, 1997, p. 10.).

⁹⁹ “The Treaty of Sèvres was the Allied solution to the centuries-old Eastern Question but not the final one.” *Ibidem*, p. 1.

impor os seus termos de paz orientais ela mesma” (tradução nossa)¹⁰⁰. O desembarque das tropas gregas em Esmirna, na Anatólia, em 1919, provocou a reação dos nacionalistas turcos, porém, que conseguiram expulsar as tropas gregas ao final de quatro anos de combates. A tensão entre os aliados aumentou quando a França e a Itália, percebendo que a balança de forças na Anatólia começara a pender para os turcos, fizeram acordos em separado com eles, deixando a Grã-Bretanha e a Grécia isoladas. A possibilidade de uma aliança entre os nacionalistas turcos e a Rússia comunista¹⁰¹ acelerou um acordo entre as partes e um novo tratado de paz foi assinado em Lausanne em 1923.

“Tudo, de fato, saiu como Toynbee previra. Os direitos dos turcos à autodeterminação foram reivindicados no campo de batalha e ficou provado que Lloyd George estava errado em negligenciar o conselho de Toynbee” (tradução nossa)¹⁰². A guerra entre gregos e turcos se estendera de 1919 a 1922 e ao final dela a Turquia emergiu como um Estado-nação, garantindo a manutenção da Anatólia e da Trácia Oriental, bem como o controle sobre Constantinopla, embora sob a promessa de desmilitarizar os Estreitos (McNeill, 1989, p. 108). O custo humano dessa conquista, entretanto, foi muito alto, diversos grupos minoritários foram massacrados ou tiveram que fugir ao longo desse processo.

A Grande Guerra levava ao fim os impérios multiétnicos dos Otomanos, dos Habsburgo na Áustria-Hungria e dos Romanov na Rússia, bem como do princípio de legitimidade dinástica sobre o qual eles se apoiavam. Ao mesmo tempo, a forma do Estado-nação afirmava-se como o padrão de organização política no mundo. Além disso, a emergência de diversos Estados nacionais a partir das ruínas do Império Otomano ao longo da Questão Oriental mostrou que fora necessário às comunidades locais adotar as técnicas e as formas políticas ocidentais para conquistar sua soberania, mas também que elas aprenderam a jogar com as rivalidades das Grandes Potências a seu favor. Entretanto, o fim da Questão Oriental em 1922 não significou de fato a resolução de todos os problemas que haviam dado origem a ela, já que os curdos e os armênios da Anatólia Oriental não conseguiram conquistar Estados nacionais próprios e os

¹⁰⁰ “Great Britain was backing Greece against Turkey, because an aggrandised Greece dependent on British support would save Great Britain the trouble of herself imposing her Eastern peace-terms”. TOYNBEE, Arnold. *The Western Question*, p. 42.

¹⁰¹ Embora a única coisa que eles tivessem em comum fosse a rivalidade com a Grã-Bretanha, já que não apenas havia um enorme abismo ideológico entre a Turquia nacionalista de Mustafá Kemal, com seu projeto de *ocidentalização* radical, e a Rússia comunista, mas também tensões fronteiriças na Anatólia Oriental.

¹⁰² “Everything, in fact, had turned out as Toynbee had predicted. Turkish rights to self-determination had been vindicated on the field of battle and Lloyd George had been proved wrong in neglecting Toynbee’s advice.” McNEILL, William. *Arnold J. Toynbee: a Life*, p. 108.

conflitos entre etnias e grupos confessionais continuam até hoje nas regiões que outrora compunham o Império Otomano.

Analisando em retrospectiva, a sobrevivência do Império Otomano por tanto tempo com tantos problemas estruturais e alvo de tantos interesses conflitantes é bastante surpreendente. Uma das explicações mais comuns é a de que ele pôde se manter porque as Grandes Potências preferiram preservá-lo enquanto não se decidiam sobre como fazer sua partilha. Por exemplo, Feroz Ahmad escreveu:

a longo prazo não era possível manter unido um império que não tinha muitas das características necessárias para a coesão: uma raça comum, religião, linguagem, cultura, geografia e economia. As Grandes Potências aceleraram o processo de desagregação encorajando as forças centrífugas no Império. Pode-se argumentar que as Potências sustentaram o Império por sua falha em concordar com um esquema de partilha. Mas isso era da natureza das rivalidades imperialistas. Quando foi necessário concordar em uma partilha, como em 1915, as Potências da Entente o fizeram. (tradução nossa)¹⁰³

Contudo, se as Grandes Potências concordaram com a manutenção do Império, apesar das rivalidades entre elas, até a Primeira Guerra Mundial, tratou-se de um expediente político e diplomático para evitar a eclosão de um conflito generalizado entre elas. Além disso, mesmo naqueles países que se destacaram como os principais defensores dessa política, como a Grã-Bretanha, ela não era consensual e houve diversos momentos em que eles interferiram de fato no Império Otomano, diplomática e mesmo militarmente. Em 1915, no entanto, já não havia mais motivo para os Aliados preservarem a integridade territorial otomana, já era possível planejar (secretamente) a sua partilha. É verdade que, na prática, o território otomano já estava dividido em áreas de influência desde meados do século XIX, mas isso não implica em controle direto nem em exclusividade.

Quanto à falta de coesão interna no Império Otomano, cabe observar que ele havia se mantido, apesar dos conflitos e diferenças, durante séculos, mesmo que não dispusesse de “uma raça comum, religião, linguagem, cultura, geografia e economia”. Talvez fosse mais correto afirmar que não seria possível mantê-lo, sem essas características, em uma era em que a ideia do nacionalismo inspirou tantos movimentos a reivindicarem a autodeterminação em nome de identidades religiosas, étnicas ou linguísticas reelaboradas enquanto identidades nacionais.

¹⁰³ “In the long run it was not possible to hold together an empire which lacked most of the characteristics necessary for cohesion: a common race, religion, language, culture, geography and economy. The Great Powers accelerated the process of disintegration by encouraging the centrifugal forces in the Empire. One could argue that the Powers propped up the Empire by their failure to agree to a partition scheme. But that was in the nature of imperialist rivalries. When it became necessary to agree on partition, as in 1915, the Entente Powers did so”. AHMAD, Feroz. “The late Ottoman Empire”, p. 20.

Vale lembrar que todos os Estados-nação têm algum grau de diversidade, mais de um idioma (oficial ou não), diferentes religiões, diversas etnias, para não falar de diversidade cultural e desigualdade econômica entre as regiões que compõem seus territórios. O sonho de nações homogêneas é uma falácia que levou e tem levado a muitos conflitos em todo o mundo, não apenas nas regiões outrora pertencentes ao Império Otomano.

Capítulo 3

Arnold J. Toynbee e a Questão Oriental

Há muito tempo a região sobre a qual se estendera o domínio otomano desafiava os europeus ocidentais, não apenas politicamente, mas também em sua maneira de ver o mundo. “Os europeus do século XIX estavam confiantes em opor negros e brancos, asiáticos e europeus, selvagens e civilizados; mas com relação aos Bálcãs, às ilhas do Egeu e à Anatólia Ocidental, não havia nenhum consenso claro sobre como exatamente construir uma divisão binária” (tradução nossa)¹⁰⁴. Esta não era uma questão que incomodava apenas historiadores, mas uma necessidade política, pois dela dependia a tomada de decisões e sua justificativa.

O mais comum é que os assuntos relacionados à Questão Oriental fossem apresentados em termos religiosos de modo a legitimar a interferência das Grandes Potências no Império Otomano. No entanto, à oposição entre a Cristandade e o Islã foram sendo acrescentadas outras: “civilização” e “barbárie”, “modernização” e “atraso”, “progresso” e “obscurantismo”, apenas para citar algumas. A formação de novos Estados nacionais a partir da desagregação do Império Otomano acrescentou novos elementos às rivalidades europeias e diante disso o velho modelo explicativo começou a se mostrar insuficiente.

Quando Arnold Joseph Toynbee viajou para o a Grécia e a Itália pela primeira vez, entre 1911 e 1912, ele se deparou justamente com essa insuficiência explicativa das velhas fórmulas. Naquela época, ele era um jovem historiador recém-formado pelo Balliol College, em Oxford, onde se especializara justamente na história e no idioma da Grécia Antiga. Entretanto, os gregos que ele encontrou em sua viagem não correspondiam em nada ao modelo clássico. Esta experiência, como relata William McNeill em *Arnold J. Toynbee: a Life*, foi a um tempo decepcionante e libertadora. Os camponeses gregos e italianos que ele encontrou não eram diferentes apenas do ideal clássico de seus anos de estudo, mas também eram muito diferentes de seu próprio meio social, da classe média intelectualizada inglesa. A causa dessa diferença, ele percebeu, “não era raça, mas circunstâncias sociais” (tradução nossa)¹⁰⁵.

¹⁰⁴ “Nineteenth-century Europeans were confident in opposing black and white, Asian and European, savage and civilized; but regarding the Balkans, the Aegean Islands and Western Anatolia, there was no clear consensus on exactly how to construct a binary divide.” FUHRMANN, Malte. “Vagrants, prostitutes and Bosniaks: making and unmaking European supremacy in Ottoman Southeast”. In: GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie & PICHLER, Robert (eds.) *Conflicting Loyalties in the Balkans*, p. 17.

¹⁰⁵ “Toynbee recognized that what made Greeks into “dagos” was not race but social circumstance”, McNEILL, William. *Arnold J. Toynbee: a Life*, p. 41. Essa ideia foi desenvolvida no primeiro volume de *A Study of History*,

Para Toynbee, se os modelos explicativos a partir dos quais seus contemporâneos dividiam o resto do mundo, segundo critérios raciais, não se aplicavam à Grécia moderna, tão próxima e ao mesmo tempo tão distante, então a causa das diferenças deveria estar em uma *distinção civilizacional*. Ao longo de suas obras, ele iria elaborar essa explicação em uma teoria da História que lhe permitisse interpretar não apenas as diferenças culturais, mas também os conflitos políticos.

Durante a Primeira Guerra Mundial e, principalmente, durante a Guerra Greco-Turca, Toynbee percebeu que a “Questão Oriental” se fazia acompanhar necessariamente por uma “Questão Ocidental”, pois se a desagregação do Império Otomano era um problema para as Grandes Potências, por outro lado, o expansionismo destas era um problema para os otomanos e para os Estados que lhes sucederam. A Questão Ocidental, tal como ele a percebia, era um problema político e também um problema cultural na medida em que os conflitos de que ele fora testemunha eram causados pelo empréstimo de ideias ocidentais, em especial o *nacionalismo*, por outras civilizações. Parecia aos seus olhos que a fórmula ocidental do Estado-nação tinha sido simplesmente sobreposta a velhas rivalidades tribais ou, para usar a metáfora empregada por Toynbee, “foi vinho novo despejado súbita e desajeitadamente em velhas garrafas” (tradução nossa)¹⁰⁶.

Assim, sua teoria da história foi elaborada a partir da dupla necessidade de encontrar uma chave explicativa para as diferenças culturais, mas que também se afastasse do viés nacionalista, percebido pelo autor como uma das raízes dos conflitos contemporâneos. Analisaremos a seguir os principais conceitos dessa teoria e como o Império Otomano se encaixa em seu modelo explicativo.

A teoria da história de Toynbee e o Império Otomano

Ecoss da teoria da História de Arnold Toynbee já apareciam em alguns de seus textos anteriores, mas ele a apresentou em formato definitivo ao longo de sua maior obra, *A Study of History*, publicada em doze volumes entre 1934 e 1961. O primeiro volume começa justamente pela crítica da relação entre nacionalismo e historiografia, pois para o autor, a historiografia

no qual o autor dedicou uma seção inteira a desmistificar o conceito de *raça* como um fator explicativo das diferenças entre as sociedades. Isso era, na observação do autor, um erro típico da herança protestante, tal como se manifestava no Sul dos Estados Unidos. Cf. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume I, pp. 207 – 248.

¹⁰⁶ “It has been new wine poured suddenly and clumsily into old bottles”. TOYNBEE, Arnold. *The Western Question*, p. 15. O autor usou a mesma metáfora em *A Study of History*, volume I, p. 9.

contemporânea parte de um viés nacional e por isso suas análises são limitadas à “história da Inglaterra” ou à “história da França” e daí em diante.

Como o método proposto por ele era o *empirismo*¹⁰⁷, o texto parte de uma análise da história da Grã-Bretanha para verificar se é verdadeiro o pressuposto de que a história de uma nação é um campo histórico em si mesma. O autor verificou que, embora dotada de certas qualidades geográficas e políticas que permitiram um relativo isolamento, a Grã-Bretanha “nunca foi capaz de se desinteressar das negociações ou guerras continentais, nas quais o Balanço de Poder Europeu estivesse em risco” (tradução nossa)¹⁰⁸. Na época em que Toynbee escreveu seus textos, em comparação com o seu imenso interesse em outras partes do mundo, apenas na América Latina e na Europa Oriental o interesse britânico seria pequeno, embora “na encruzilhada dos problemas da segurança europeia do ‘pós-guerra’, ambas afetam a Grã-Bretanha, mesmo no plano político, profundamente” (tradução nossa)¹⁰⁹.

Dessa forma, o pressuposto de que é possível estudar a história por um viés nacional não se verificaria. Em outras palavras, por ser a potência hegemônica no mundo, os interesses britânicos estariam profundamente entrelaçados com o resto do mundo e sua história só poderia ser entendida dentro desse contexto. Na época contemporânea, segundo Toynbee, esse contexto abrange praticamente o mundo todo, mas se recuarmos no tempo, a área da qual a Grã-Bretanha faz parte se contrai até compreender um pequeno número de Estados na Europa Ocidental que partilham dos mesmos valores e têm origem em um passado comum, embora ainda assim sejam distintos entre si. Um conjunto desse tipo foi denominado *civilização* ou *sociedade*¹¹⁰ pelo autor. No caso da Grã-Bretanha, a civilização da qual ela faz parte pode ser denominada *Civilização Ocidental* (Toynbee, 1934, volume I, p. 34).

O conceito de *civilização* nessa obra não implica em um juízo de valor, mas designa a menor unidade inteligível da ciência histórica e abrange um contexto espacial e temporal bem maior do que o de qualquer uma de suas partes. É bom notar que esse conceito leva em consideração elementos culturais comuns, principalmente a *religião*¹¹¹, já que a extensão do

¹⁰⁷ Em oposição ao método do filósofo alemão Oswald Spengler (1880-1936), que partia de considerações *a priori*. Cf. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume I, p. 146.

¹⁰⁸ “Great Britain has never been able to disinterest herself from continental negotiations or wars in which the European Balance of Power has been at stake”. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume I, pp. 17.

¹⁰⁹ (...) in the crux of ‘post-war’ problems of European security, both affect Great Britain, even on the political plane, profoundly.” *Ibidem*, p. 18.

¹¹⁰ Há uma certa confusão entre esses termos ao longo de *A Study of History*. Por exemplo, o Império Otomano é considerado um dos Estados que compõem a *Civilização Irânica* e nenhuma civilização é redutível a uma de suas partes, segundo a teoria da História de Toynbee. No entanto, o Império Otomano também é considerado uma *civilização aprisionada* pelo autor, como veremos ao longo deste capítulo.

¹¹¹ “Nosso primeiro critério era a origem da religião de uma sociedade; nosso segundo critério era a extensão original de seu habitat geográfico” (tradução nossa). *Ibidem*, p. 183.

domínio político e econômico das Grandes Potências, por exemplo, não significa que as outras partes do mundo façam parte da mesma civilização que elas, principalmente porque essas outras regiões não perderam os seus traços culturais distintivos¹¹². Dessa forma, a premissa de que só haveria uma civilização, a Ocidental, é falsa.

Embora sejam separadas e independentes, as civilizações são diferentes das *sociedades primitivas* e ocorrem nelas dois tipos de relações sociais: *internas* (entre comunidades dentro de uma mesma sociedade) e *externas* (entre sociedades ou civilizações umas com as outras). Além do fato de terem existido várias civilizações ao longo da história, é possível *comparar* umas às outras, porque segundo Toynbee elas seriam *contemporâneas*. Se considerarmos que o intervalo de tempo em que elas foram criadas é muito pequeno em comparação com toda a história humana no planeta, todas as civilizações que existiram ou ainda existem fazem parte do mesmo período. Além disso, sendo todas elas únicas, mas também espécimes de um tipo de sociedade, a civilização, há uma igualdade *filosófica* entre elas que permite a sua comparação (Toynbee, 1934, volume I, pp. 44-46).

Uma civilização teria origem em um processo denominado por Toynbee de *desafio-e-resposta* em que o meio natural ou o humano impõe um determinado desafio a uma comunidade e ela responde a esse desafio, graças à criatividade de uma *minoría*, que é imitada pela maioria¹¹³. Cada resposta gera novos desafios e é através do processo de sucessivos desafios e respostas que uma sociedade “cresce” e, nesse caso, o desafio seria um *estímulo* (*élan*). Embora cada desafio e cada resposta sejam únicos, a repetição do mecanismo de *desafio-e-resposta* implicaria em um *ritmo*, ou seja, um “progresso”, no sentido de uma transformação constante daquela sociedade. Esse movimento, no entanto, não tem uma direção pré-definida e pode ser bastante errático (Toynbee, 1934, volume III, pp. 113-127).

Um *estímulo* pode se apresentar na forma de *desafios* ou *pressões* impostos tanto pelo *meio físico* quanto *pelo ambiente humano*. No primeiro caso, haveria dois tipos de estímulo: a dos *terrenos áridos* e a dos *terrenos novos*. Já no caso dos estímulos humanos, seriam três tipos principais: *estímulo dos golpes* (uma invasão súbita); *estímulo das pressões* (a proximidade geográfica a um inimigo); e *estímulo das penalizações* (*migração, escravidão, casta e discriminação religiosa*). Segundo o autor, a relação entre o Império Otomano e a Áustria seria um exemplo de *estímulo das pressões*, pois a tarefa de ser um baluarte da *Cristandade Ocidental*

¹¹² “Na luta pela existência o Ocidente empurrou seus contemporâneos contra a parede e os prendeu nas redes de sua ascendência política e econômica, mas não os desarmou de suas culturas distintivas” (tradução nossa). *Ibidem*, pp. 8 e 9.

¹¹³ A “minoría criativa” na obra de Toynbee não necessariamente corresponde à elite política ou econômica de uma sociedade.

contra os otomanos fez com que a monarquia dos Habsburgo fosse extremamente centralizada e militarizada, para responder à pressão dos constantes ataques do Império Otomano. Quando este decaiu militarmente, a Áustria também começou a declinar, pois não tinha mais o estímulo que a levava a se desenvolver (Toynbee, 1934, volume II, pp. 177-189).

Já o caso dos gregos *fanariotas* é citado por Toynbee como um bom exemplo do conceito de *estímulo das penalizações* por meio de uma *discriminação religiosa*. Impedidos de ascender aos cargos mais altos da administração otomana por causa de sua religião, os *fanariotas* dedicaram-se com grande empenho ao comércio, pois era a única carreira em que eles poderiam se destacar. Desta forma, eles entraram em contato com os países ocidentais, aprendendo os seus idiomas. Quando o declínio militar otomano fez com que o império não pudesse mais responder à pressão ocidental apenas através da via militar, a arte da diplomacia foi emprestada ao Ocidente para fazer frente a esta pressão. Entretanto, faltavam aos otomanos os conhecimentos linguísticos necessários para isso, então os gregos *fanariotas*, que haviam se diferenciado como resposta à discriminação religiosa, puderam preencher essa necessidade. Por outro lado, quando a pressão ocidental aumentou, acrescentando à ameaça puramente militar também a pressão disruptiva das ideias revolucionárias, os gregos *fanariotas* também se destacaram e foram os primeiros a organizar um movimento nacionalista porque já estavam há mais tempo em um processo de *ocidentalização* (Toynbee, 1934, volume II, pp. 222-227).

Durante o processo de *desafio-e-resposta*, poderia ocorrer que o desafio apresentado pelo meio físico ou humano fosse superior à capacidade da sociedade de responder a ele satisfatoriamente e, nesse caso, ela não conseguiria se desenvolver. O “desafio não respondido nunca pode ser descartado e está, portanto, fadado a apresentar-se de novo e de novo até que ele ou receba alguma resposta tardia e imperfeita ou então provoque a destruição” (tradução nossa)¹¹⁴ daquela sociedade. Tanto o progresso quanto o declínio de uma civilização seriam processos acumulativos e contínuos (Toynbee, 1934, volume V, p. 3). Dessa maneira, Toynbee concilia uma abordagem cíclica da História, inspirada pelo historiador árabe medieval Ibn Khaldun (1332-1406)¹¹⁵, com a concepção de história linear da tradição judaico-cristã.

Contudo, quando a *minoría criativa* em uma sociedade perde o seu poder criativo, de acordo com o autor, as populações que ela marginalizou para além de suas fronteiras (*proletariado externo*) e as que foram excluídas dentro da própria civilização (*proletariado*

¹¹⁴ “the unanswered challenge can never be disposed of and is therefore bound to present itself again and again until it either receives some tardy and imperfect answer or else brings about the destruction of a society”. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume V, p. 12.

¹¹⁵ Cf. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume III, pp. 321-328.

interno) começam a resistir à *assimilação* daquela minoria. Por isso, a minoria começa a recorrer à força para impor o seu domínio à maioria, tornando-se uma *minoria dominante*. Ocorre assim uma *secessão* entre a *minoria dominante* e o *proletariado interno* daquela sociedade. Nessa fase poderia ocorrer a expansão militar daquela civilização porque a *minoria dominante*, precisando recorrer à força para impor seu governo, criaria um *Estado universal*, militarizado, que “se espalha a partir de seu berço original sobre áreas relativamente largas (...) *exterminando, subjugando ou assimilando* outras sociedades” (tradução e grifos nossos)¹¹⁶. Dessa forma, a expansão territorial poderia ser um sintoma de ruptura e declínio, pois a

luta fratricida pode gerar uma maestria militar que colocará as sociedades vizinhas à mercê da sociedade obcecada-pela-guerra (...). Uma vez que as estimativas vulgares da prosperidade humana são reconhecidas em termos de poder e riqueza, então frequentemente acontece que os capítulos de abertura na história do trágico declínio de uma sociedade são popularmente aclamados como os capítulos do apogeu de um magnífico crescimento. (tradução nossa)¹¹⁷

Apesar da semelhança conceitual com a filosofia da história de Karl Marx (1818-1883) o termo *proletariado* não tinha para Toynbee o mesmo significado, pois foi retirado diretamente da história romana. Ele não considerava que a luta do *proletariado interno* contra a *minoria dominante* devesse necessariamente dar origem a uma sociedade igualitária, colocando fim à história e à luta de classes. Para ele, o processo apenas se reiniciaria, continuamente (Toynbee, 1934, volume I, pp. 187 e 188)¹¹⁸. Além disso, a luta entre uma *minoria dominante* e um *proletariado interno* na teoria de Toynbee não se explicaria por razões materiais, mas por valores culturais ou espirituais. Outra diferença importante é que para ele a *secessão* do proletariado seria obra da *minoria dominante* e não da maioria pois “um ato de secessão é manifestamente um ato que requer o exercício de iniciativa e coragem e imaginação em alto grau e essas não são as virtudes de ovelhas sem um pastor” (tradução nossa)¹¹⁹. A distinção com a teoria marxista ajuda a explicar o sucesso editorial de *A Study of History* quando foi publicada a sua segunda edição na década de 1950, principalmente nos Estados Unidos, pois,

¹¹⁶ “spread from their original homes over relatively large areas (...) by exterminating, subjecting, or assimilating other societies (...)”. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume I, p. 149.

¹¹⁷ “fratricidal warfare may generate a military prowess that will place the neighbouring societies at the war-obsessed society’s mercy (...). Since the vulgar estimates of human prosperity are reckoned in terms of power and wealth, it thus often happens that the opening chapters in the history of a society’s tragic decline are popularly hailed as the culminating chapters of a magnificent growth”. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume V, p. 16.

¹¹⁸ Cf. também TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume V, pp. 24 – 26.

¹¹⁹ “For an act of secession is manifestly an act that requires the exercise of initiative and courage and imagination in a high degree, and these are not the virtues of sheep without shepherd”. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume V, p. 35.

após o fim da Segunda Guerra Mundial, os editores e o público leitor liberais procuravam uma teoria da história alternativa ao marxismo (McNeill, 1989, pp. 216 e 217).

De acordo com o conceito de *desafio-e-resposta*, Toynbee classificou as civilizações em três categorias: *civilizações desenvolvidas*, que conseguiram oferecer respostas criativas e eficientes aos desafios com os quais se depararam e que cresceram até conseguirem controlar por completo seu meio ambiente e modo de vida; *civilizações abortivas*, que foram destruídas logo que nasceram e não tiveram a chance de se desenvolver; e *civilizações aprisionadas*, que não foram destruídas e conseguiram realizar uma façanha (*tour de force*) diante de um desafio, mas que não se desenvolveram mais depois disso. Os otomanos estariam nesse último grupo, bem como os esquimós e os espartanos. Seriam sociedades que ficaram presas em um equilíbrio precário entre forças que estimulavam seu desenvolvimento e forças que as empurravam para a sua desagregação (Toynbee 1934, volume III, pp. 1 - 4).

Ao observar a história das civilizações, Toynbee chegou à conclusão de que a maioria delas não existe mais e ele contou vinte e uma civilizações no total, embora algumas talvez tivessem desdobramentos. Cinco civilizações ainda estariam “vivas”: a *Civilização Ocidental*, a *Cristandade Ortodoxa* (talvez com um ramo russo), o *Islã*, a *Civilização Hindu* e a *Civilização Extremo-Oriental* (talvez com um ramo chinês e outro nipo-coreano). Ainda haveria sociedades que ele chamou de *fósseis*, ou seja, comunidades remanescentes de civilizações mais antigas e já desaparecidas, como os cristãos armênios e os judeus (Toynbee, 1934, volume I, pp. 34 e 35).

Segundo Toynbee, o processo através do qual a Civilização Ocidental se originou envolveria um *tempo de tribulações* (ruptura e desagregação da *Civilização Helênica*); seguido de um *Estado universal* (o Império Romano); e um *interregnum* marcado por uma *Igreja universal* (o Cristianismo) e um *Völkerwanderung* (reinos bárbaros medievais). Este último seria o *proletariado externo*: uma população marginalizada, para além das fronteiras de uma civilização, que aproveita o vazio de poder deixado pelo declínio do Estado universal para invadir e dominar seus remanescentes. Já a primeira seria criação do *proletariado interno*: a população marginalizada daquela própria civilização que reagiria à *decadência moral* (ou seja, a perda do potencial criativo e do poder de persuasão) da *minoridade dominante* através da reelaboração do legado daquela civilização em uma religião ou *Igreja universal*. Ao contrário do *Estado universal* e dos reinos sucessores, a *Igreja universal* seria a única que teria uma perspectiva para o futuro tanto quanto uma ligação com o passado, por isso ela seria capaz de,

como uma *crisálida*, gestar uma nova civilização enquanto preserva os valores da civilização antiga (Toynbee, 1939, volume V, pp. 56 e 62)¹²⁰.

Para o autor, foi a partir da Igreja Católica que a Civilização Ocidental foi gestada, pois esta instituição preservou os valores da “civilização-mãe”, a *Civilização Helênica* (Toynbee, 1934, volume I, pp. 52-55). Entretanto, esta teria dado origem também à *Cristandade Ortodoxa*, o que explica as semelhanças e as diferenças entre as populações da Europa Ocidental e da Europa Oriental. Entre os séculos VIII e XI, o processo de cisão da Igreja Católica teria dado origem a duas sociedades, ambas “filhas” da Civilização Helênica, mas como um desenvolvimento particular (Toynbee, 1934, volume I, pp. 63-67).

Segundo a historiadora búlgara Maria Todorova, a operação conceitual que transformou o cisma teológico e político da Igreja Católica em uma oposição civilizacional é relativamente recente, feita por autores como Toynbee. A categoria de uma *Civilização Cristã Ortodoxa* “apropria-se de imagens religiosas para legitimar e obscurecer a natureza real de rivalidades e fronteiras geopolíticas” (tradução nossa)¹²¹. Até então, a dicotomia Ocidente-Oriente normalmente era expressa como Cristandade-Islã, mas para Toynbee essa dicotomia não explicaria as diferenças e conflitos que ele percebera entre a Grã-Bretanha, a Grécia e a Turquia durante a Guerra Greco-Turca, por exemplo.

Em *The Western Question*, o autor usou as categorias *Oriente Próximo* e *Oriente Médio*, mas esses dois termos foram substituídos respectivamente por *Cristandade Ortodoxa* e *Islã* em *A Study of History*. A primeira abrangeria os Estados do Leste Europeu, inclusive a Rússia. A designação de cunho religioso, segundo o autor, aplica-se bem tanto à Cristandade Ortodoxa quanto ao Islã, porque ali a religião ainda é o denominador comum entre as várias sociedades e Estados que as compõem¹²². Entretanto, a diferenciação entre *Cristandade Ocidental* e *Ortodoxa* na obra de Toynbee confere um significado à cisão da Igreja Católica muito diferente do que ela tem na história daquela instituição religiosa, emprestando ao cisma um conteúdo civilizacional para designar a relação de *parentesco-afiliação* entre a *Civilização Helênica* e a *Cristandade Ortodoxa* e o *Ocidental*.

O mesmo tipo de relação, o autor afirma, estaria na origem da *Civilização Islâmica* atual, mas com diferenças importantes. Uma civilização anterior, que Toynbee denominou *Civilização Siríaca*, teria dado origem à *Civilização Árábica* (composta pelos Estados fundados

¹²⁰ Cf. também TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume VII, p. 392.

¹²¹ “that appropriates religious images to legitimize and obfuscate the real nature of geopolitical rivalries and boundaries.” TODOROVA, Maria. *Imagining the Balkans*, p. 18.

¹²² TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume I, p. 32, nota 2 e p. 35, nota 1.

pelas tribos árabes, como o Egito) e à *Civilização Irânica* (composta pelos Estados fundados pelas tribos turcas, como o Império Otomano). Nelas estariam presentes os mesmos tipos de instituições que nas civilizações cristãs: um *Estado universal* (o Califado Abássida), um *Völkerwanderung* (as tribos turcas) e uma *Igreja universal* (o Islã). Entretanto, diferente das suas congêneres cristãs, uma das sociedades islâmicas, a *Irânica*, teria incorporado sua “civilização-irmã”. Essa foi justamente a conquista da Península Arábica e do Egito pelos otomanos no século XVI. A *Cristandade Ortodoxa* correria hoje o mesmo risco de ser incorporada por sua “civilização-irmã” e o principal indício dessa possibilidade seria o processo de *ocidentalização* pela qual a primeira viria abandonando as características distintivas de sua civilização pelos atributos da outra (Toynbee, 1934, volume I, pp. 67-72).

O Império Otomano como “civilização aprisionada”

O impasse que teria transformado a sociedade otomana em uma *civilização aprisionada* foi provocado por razões humanas, segundo o autor. Ao desafio de governar as sociedades sedentárias por eles conquistadas (a *Cristandade Ortodoxa*), os otomanos, assim como outras sociedades nômades em situação semelhante, teriam respondido com uma façanha (*tour de force*): a adaptação da inovação que lhes havia permitido sobreviver nas estepes, o *pastoralismo*, ao ambiente humano sedentário. As populações subjugadas desempenhariam o papel dos rebanhos de animais nessa adaptação, mas com uma diferença essencial. Nas estepes, os pastores são úteis a seus animais, em uma relação simbiótica em que um precisa do outro para sobreviver à aridez do ambiente, ao passo que para as populações sedentárias conquistadas pelos nômades, estes não têm função econômica alguma e estabelecem uma relação econômica parasítica com seus súditos. (Toynbee, 1934, volume III pp. 27 e 28).

Em geral, passado o choque e a destruição das conquistas, logo as populações subjugadas acabariam por expulsar ou incorporar seus conquistadores, de modo que os impérios nômades sempre tiveram curta duração. No entanto, o Império Otomano claramente se diferencia por sua longevidade. Para Toynbee, esse feito excepcional devia-se a dois motivos. Primeiro, embora sendo economicamente supérfluos, os conquistadores otomanos desempenharam um papel político fundamental para a sociedade conquistada ao lhe providenciar uma nova unidade política através de um *Estado universal*. A *Cristandade Ortodoxa* estava fragmentada depois de uma *luta fratricida* na qual os búlgaros foram

destruídos e o Império Bizantino foi enfraquecido a ponto de não poder mais impor uma unidade política àquela sociedade. Isso foi feito pelos otomanos (*Pax Ottomanica*)¹²³.

Segundo, eles teriam adaptado com sucesso um traço essencial do modo de vida dos nômades na estepe: o uso de *animais auxiliares*. Nesse papel, surgiram os janízaros, tropas de escravos treinados para servir de auxiliares no controle das populações conquistadas. Outros impérios nômades já haviam recorrido a essa estratégia, como fora o caso dos mamelucos no Egito (Toynbee, 1934, volume I, pp. 370)¹²⁴. Para Toynbee, essa foi a grande façanha que permitiu aos otomanos dominar a Cristandade Ortodoxa e que explica a rapidez e o sucesso da expansão otomana.

Arnold Toynbee também considerava que o *devşirme* permitia o recrutamento de soldados mais leais e que, portanto, se tornariam “cães de guarda humanos” mais disciplinados. Sua explicação para isso é a de que o sistema de treinamento otomano “impunha exigências tão severas sobre a natureza humana que apenas de um indivíduo que tivesse sido arrancado de seu próprio ambiente social hereditário seria esperado que aceitasse passar por ele” (tradução nossa)¹²⁵. Para o autor, a extensão da possibilidade de alistamento nas tropas de janízaros aos muçulmanos livres fez com que o sistema entrasse em colapso, porque entre os súditos do sultão, o material humano “menos maleável eram as crianças de seus feudatários muçulmanos livres, com o seu orgulho de raça e religião, suas conexões locais e sua solidariedade familiar” (tradução nossa)¹²⁶.

O autor argumentou que o aumento exagerado do número de efetivos elevou o custo de manutenção das tropas, as quais foram autorizadas a praticar outras atividades econômicas. Isso fez com que a disciplina do exército otomano entrasse em colapso. Entretanto, as agitações sociais provocadas pelos janízaros, bem como a sua recusa em prosseguir em algumas campanhas, como por exemplo, a do segundo cerco a Viena em 1683, poderiam ser uma “‘compensação’ psicológica pela severidade de seu treinamento”. Por volta do século XVIII “esses ‘cães de guarda humanos’ haviam ‘retornado à Natureza’ ao se tornarem lobos, que saqueavam o ‘gado humano’ do Pādishāh em vez de cuidar dele e mantê-lo em ordem”

¹²³ “O estudante da história cristã ortodoxa sem preconceitos irá reconhecer, todavia, que a *Pax Ottomanica* de fato prestou à Cristandade Ortodoxa o mesmo serviço social positivo e indispensável que foi prestado à Sociedade Helênica pela *Pax Romana* e tem sido prestado à Sociedade Hindu pela *Pax Britannica*” (tradução nossa). TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume IV, p. 70.

¹²⁴ Cf. Também TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume III, pp. 22-50.

¹²⁵ “The Ottoman system of training a ‘human watch-dog’ made such severe demands upon human nature that only an individual who had been torn out of his own hereditary social environment (...) could be expected to submit to it.” TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume III, p. 35.

¹²⁶ “(...) the least tractable [human material] were the children of his free Muslim feudatories with their pride of race and religion, their local connexions, and their family solidarity”. *Ibidem*, p. 35.

(tradução nossa)¹²⁷. Por esse motivo, a população cristã ortodoxa começou a resistir ao domínio de seus conquistadores otomanos.

Essa interpretação considera a sociedade otomana de uma maneira um tanto esquemática, pois nem todos os muçulmanos otomanos eram parte da elite dos “feudatários”, com “conexões locais”. Por outro lado, as comunidades cristãs também mantinham laços de solidariedade e provavelmente algum “orgulho de raça e religião”, já que nem todos se converteram ao Islã. O autor descreveu em uma longa nota de rodapé o funcionamento do sistema de *devşirme*, o qual recrutava jovens de até 21 anos. Certamente eles tinham laços familiares e comunitários, pois o autor chega mesmo a citar em outra nota exemplos de vizires que foram recrutados entre cristãos e que, uma vez no poder, concederam privilégios a suas famílias de origem¹²⁸.

Na teoria de Toynbee, quando os janízaros entraram em decadência os otomanos não puderam mais responder de modo positivo ao desafio de controlar a população cristã ortodoxa. Sendo parte de uma sociedade estranha àquele ambiente, eles não puderam encontrar uma outra forma criativa de responder ao desafio, porque houve uma ruptura na *Civilização Irânica* que os impediu de ter acesso ao berço cultural de sua civilização no Irã, com o qual os otomanos haviam mantido estreita relação e onde buscavam inspiração. Essa ruptura foi provocada pela expansão territorial safávida:

a grande mudança (...) consistiu, primeiro, na seleção forçada e segregação geográfica das duas seitas pelos meios violentos do massacre, deportação e conversão compulsória, enquanto o segundo aspecto novo foi o ódio feroz entre *Sunnī* e *Shī‘ī* (...). Esse cisma da Sociedade Irânica no plano moral e religioso, bem como no plano político, rompeu todos os fios que haviam previamente costurado o tecido social irânico; e essa “divisão em pedaços” tirou a vida da Civilização Irânica e interrompeu o seu progresso. (...) o súbito empobrecimento da cultura no Irã, que *Ismā‘īl* provocou, desferiu um golpe mortal à cultura irânica dos ‘*Osmanlis*’ ao cortar suas raízes; e durante os quatro séculos seguintes os ‘*Osmanlis*’ viveram uma morte-em-vida cultural até que, em nossa época, eles jogaram fora a mortalha de sua cultura irânica morta e procuraram adotar a nossa cultura ocidental. (tradução nossa)¹²⁹

¹²⁷ “In psychological ‘compensation’ for the severity of their upbringing (...) these ‘human watch-dogs’ had ‘returned to Nature’ by reverting into wolves, who harried the Pādishāh’s ‘human cattle’ instead of looking after them and keeping them in order”. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume III, pp. 45 e 46.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 37, nota 1 e p. 40, nota 1.

¹²⁹ “The great change (...) consisted, first, in the forcible sorting out and geographical segregation of the two sects by the violent means of massacre and deportation and compulsory conversion, while the second new feature was the fiery hatred between *Sunnī* and *Shī‘ī* (...). This schism of the Iranic Society on the moral and religious as well as the political plane severed all the threads that had previously knit the Iranic social fabric together; and this ‘sawing asunder’ took the life out of the Iranic Civilization and stopped its progress dead. (...) the sudden impoverishment of culture in Iran, which *Ismā‘īl* brought about, dealt the Iranic culture of the ‘*Osmanlis*’ a deadly blow by cutting its roots; and during the following four centuries the ‘*Osmanlis*’ lived a cultural life-in-death until, in our time, they have thrown off the cerements of their dead Iranic culture and have sought to adopt our Western culture”. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume I, p. 391, 392 e 395.

O expansionismo agressivo de Ismail Safawi no século XVI fez com que o sultão Selim I reagisse, expandindo seus domínios na direção leste. Até a agressão dos safávidas, não haveria indícios de que os otomanos tivessem algum interesse em fazer conquistas na Ásia. As ações do xá Ismail também deram uma dimensão religiosa ao conflito entre as duas potências. Até então, o Xiismo era minoritário, mesmo no Irã,¹³⁰ onde só se tornou majoritário por imposição do Xá Ismail Safawi, que lhe conferiu um caráter militante.

Um ponto importante é que para Toynbee, a cisão entre Xiismo e Sunismo *não* corresponde à cisão entre as sociedades Irânica e Árabe, como havia ocorrido na Cristandade, mas explicaria por que a segunda foi incorporada pela primeira e por que o Império Otomano entrou em decadência. A conquista do mundo árabe pelos otomanos no século XVI também estaria relacionada ao conflito contra os safávidas, pois os “Osmanlis foram compelidos a anexar este grande domínio árabe a fim de evitar sua anexação pelos safávidas” (tradução nossa)¹³¹. Isso porque a rivalidade entre os dois impérios havia chegado a um impasse que só poderia ser resolvido caso um dos dois adquirisse uma vantagem estratégica. No entanto, a conquista das províncias árabes não infundiu o Império Otomano com um novo impulso criativo porque a cultura árabe estava em declínio desde o colapso do Califado Abássida no século XIII.

Tendo nascido da colisão entre as civilizações *Árabe* e a *Irânica* ocasionada pela conquista otomana, o “Mundo Islâmico moderno não seria realmente uma unidade orgânica, mas uma pilha de destroços” (tradução nossa)¹³². Em outras palavras, a *Civilização Islâmica*, da qual o Império Otomano era um dos constituintes, já havia sofrido um processo de colapso interno e desagregação antes de enfrentar o desafio do expansionismo ocidental. Foi justamente porque se encontrava em tal situação que ele não pôde responder a esse desafio e o processo de desagregação do Império Otomano acabou levando-o, depois de séculos de declínio e de desafios que foram sendo acumulados, a uma situação em que o “povo turco otomano foi confrontado com a grave escolha entre duas, e apenas duas, alternativas: *aniquilação* ou *metamorfose*” (tradução e destaques nossos)¹³³, ou seja, a sua transformação em algo completamente alheio à sua civilização: um Estado-nação em moldes ocidentais.

¹³⁰ “Irã” é um termo recente para se referir à Pérsia, mas Toynbee o empregava mesmo assim para diferenciar os reinos persas islâmicos dos impérios que na antiguidade dominaram aquela região.

¹³¹ “The ‘Osmanlis were compelled to annex this great Arabic domain in order to forestall its annexation by the Safawīs”. *Ibidem*, p. 396.

¹³² “this latter-day Islamic World is really not an organic unity but a pile of wreckage (...)” *Ibidem*, p. 398.

¹³³ “In this situation, the Ottoman Turkish people was faced with the momentous choice between two, and only two, alternatives: annihilation or metamorphosis (...)” TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume II, p. 188.

O processo de *ocidentalização* radical sob a direção autoritária de Mustafá Kemal permitiu à Turquia fazer frente ao desafio representado pelo Ocidente, mas ao preço de sua própria civilização. A expansão ocidental teria representado um desafio para o qual a sociedade otomana não tinha como oferecer uma resposta própria, criativa, já que a sua civilização entrara em declínio. Quando uma sociedade se depara com esse tipo de situação, só haveria, segundo Toynbee, duas alternativas: refugiar-se no passado (*arcaísmo*, *Zelotismo* ou *puritanismo*) ou no futuro (*futurismo* ou *Herodianismo*).

A primeira atitude seria a mais natural, pois diante de uma situação incerta, os seres humanos preferem refugiar-se naquilo que conhecem. As sociedades que optam por essa alternativa, recusam-se a adotar os elementos de outra civilização que poderiam garantir a sua sobrevivência e tentam restabelecer uma “idade de ouro” (Toynbee, 1939, volume VI, p. 49). Para conseguir fazer isso, o *Zelota* ou *arcaísta* é capaz de emprestar apenas os elementos de outra civilização que possam garantir a sua independência. Por exemplo, os wahabitas na Arábia Saudita reagiram ao domínio ocidental refugiando-se no passado islâmico, mas adotaram armas de fogo para manter sua independência. Entretanto, ao fazer isso, o *arcaísta* entra em um dilema porque ele maculou a sua tradição e se vê servindo ao propósito do *futurista* ao recorrer às armas alheias.

Para Toynbee, o *nacionalismo romântico* também teria uma perspectiva arcaizante. Ele seria uma “doença espiritual” porque as sociedades que sofrem deste mal procuram refúgio em um passado que tentam reconstruir. Essa abordagem inspiraria, por exemplo, as tentativas de (re)criar uma língua nacional pura, “pelo processo de colocar de volta em circulação como um vernáculo vivo uma linguagem que há muito tempo cessou de ser corrente” (tradução nossa)¹³⁴. O paradoxal é que este mecanismo pode ser usado em um projeto *futurista* radical, como quando Mustafá Kemal adotou esse procedimento para “purificar” a língua turca de todo elemento estrangeiro, de modo a servir à causa da luta contra o Ocidente e à construção de uma identidade nacional turca.

Nessa segunda abordagem, *futurista*, a sociedade reagiria à assimilação a outra emprestando dela elementos necessários à sua sobrevivência política, mesmo que às custas de sua própria cultura. O *Herodianista* ou *futurista* agiria segundo o princípio de que “o melhor jeito de se defender do perigo do desconhecido é dominar seu segredo” (tradução nossa)¹³⁵.

¹³⁴ “the process of putting back into circulation as a living vernacular some language which has long since ceased to be current.” TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume IV, p. 63.

¹³⁵ TOYNBEE, Arnold. *Civilization on Trial*. New York: Oxford University Press, 1948, p. 193.

Um bom exemplo desta abordagem é a Turquia de Mustafá Kemal. Para responder ao desafio da expansão ocidental, ele impôs um projeto de *ocidentalização* radical, imitando a totalidade da Civilização Ocidental e abandonando todos os elementos culturais distintivos da sociedade otomana (Toynbee, 1934, volume I, p. 400). Por exemplo, Toynbee menciona em uma nota que durante a sua primeira viagem à Anatólia, seu chapéu com abas era considerado anátema porque esse tipo de acessório impede o homem muçulmano de tocar o chão com a testa em suas preces. Como no Islã as preces devem ser feitas com a cabeça coberta, os turcos usavam o *fez* marroquino ou o *kalpaq* turco. Entretanto, em 1925 Mustafá Kemal impôs o uso do chapéu ocidental, com abas, a todos os homens na Turquia. Para o autor, essa exigência da adoção do chapéu ocidental talvez fosse uma forma de atrapalhar as práticas religiosas islâmicas e favorecer o projeto de secularização radical (Toynbee, 1939, volume V, pp. 102 e 103, nota 4).

Essa abordagem *futurista* seria uma reação dos turcos ao declínio de sua civilização. “Desde que foram colocados na defensiva, os ‘Osmanlis foram forçados (...) a emprestar para sua própria defesa as armas e armaduras alheias com as quais eles foram por fim vencidos pelos outrora desprezados e por muito tempo desde então odiados povos do Ocidente” (tradução nossa)¹³⁶. O processo de *ocidentalização* foi, portanto, a única forma pela qual os otomanos podiam enfrentar o desafio do Ocidente e esse processo se completou com o total abandono de sua cultura e civilização e a *metamorfose* dos otomanos em turcos ocidentalizados.

Segundo o Toynbee, tanto o *arcaísmo* quanto o *futurismo* seriam tentativas de romper com um presente insuportável através de um salto no tempo. Além disso, eles também se assemelhavam pelo fato de serem façanhas desesperadas diante de um desafio. A religião seria uma espécie de *futurismo*, que rompe com o presente e lança-se ao futuro para construir uma realidade nova. Assim, ela pode *transcender* o presente e dar origem a uma nova sociedade (Toynbee, 1939, volume VI, pp. 97-100). O Islã poderia representar para o Mundo Muçulmano, *proletariado exterior* da Civilização Ocidental, uma alternativa para escapar de um presente através da criação de uma nova sociedade através do pan-islamismo, salvando os valores que pudessem ser salvos em uma sociedade tolerante ou “como o ingrediente ativo em alguma reação violenta do submundo cosmopolita contra seus mestres ocidentais” (tradução nossa)¹³⁷.

¹³⁶ “Ever since they were first thrown on the defensive, the ‘Osmanlis have been forced (...) to borrow for their own defence the alien arms and armour with which they have latterly been worsted by the once despised and long thereafter hated peoples of the West.” TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume III, p. 47.

¹³⁷ “the active ingredient in some violent reaction of the cosmopolitan underworld against its Western masters.” TOYNBEE, Arnold. *Civilization on Trial*. New York: Oxford University Press, 1948, 209.

Entretanto, isso é pouco provável, pois o “nacionalismo, e não o Pan-Islamismo, é a formação que os povos islâmicos estão adotando” (tradução nossa)¹³⁸.

Para Toynbee, o processo de *ocidentalização* tanto da *Cristandade Ortodoxa* quanto da *Civilização Islâmica* implicaria, necessariamente, em um abandono de suas civilizações tradicionais, pois “a dificuldade reside na própria natureza da Sociedade, pois cada sistema social é um todo coerente e é, portanto, inerentemente difícil adquirir qualquer parte de um sistema social estranho sem adquirir o resto” (tradução nossa)¹³⁹.

À luz da teoria de Toynbee poderíamos argumentar que o período de declínio do Império Otomano foi tão duradouro justamente porque haviam chegado a um impasse, em que as forças de desagregação, tanto internas quanto externas, e as forças que impulsionavam o seu desenvolvimento haviam chegado a um empate, anulando uma à outra. Essas últimas seriam justamente as tentativas de reforma e “*ocidentalização*”, que permitiram aos elementos mais dinâmicos daquela sociedade não apenas sobreviver até o século XX, mas também vencer a campanha dos Dardanelos, contra todas as expectativas, e ainda ter fôlego para forjar um Estado nacional turco a partir das ruínas do Império Otomano. Nesse sentido, a longevidade do Império durante a Questão Oriental não se explicaria apenas pelo jogo de forças entre as Grandes Potências, mas também pelas transformações internas do Império Otomano.

Ao analisar o “outro lado da moeda”, no entanto, Toynbee entendia que a história da relação entre o Ocidente e as civilizações orientais apontaria para um futuro um tanto incerto para a Civilização Ocidental. A expansão colonial e a luta fratricida entre os seus constituintes poderiam ser, de certa forma, os sintomas de uma civilização que entrou em colapso. O Império Britânico, em particular, pode ser sintoma de uma *megalomania*, um “esforço patológico para encontrar algum meio alternativo de auto expressão em lugar de um poder criativo perdido” (tradução nossa)¹⁴⁰. Por outro, a Civilização Ocidental ainda apresentaria comportamentos positivos, como por exemplo o fato de alguns estadistas britânicos terem percebido os malefícios causados pelo colonialismo e terem adotado uma política de retração gradual do domínio colonial. Isso seria um indício de que ainda resta algum poder criativo naquela sociedade. Os Estados ocidentais

¹³⁸ “In fact, nationalism, and not Pan-Islamism, is the formation into which the Islamic peoples are falling.” *Ibidem*, p. 211.

¹³⁹ “The difficulty lay in the very nature of Society; for every social system is a coherent whole and it is therefore inherently difficult to acquire any one part of an alien social system without acquiring the rest”. TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume III, p. 358.

¹⁴⁰ “pathological effort to find some alternative means of self-expression in lieu of a lost creative power”. TOYNBEE, TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume V, pp. 44 e 45.

embora continuem a ser usados como instrumentos de uma violência imoral, esses Estados agora também estão começando a ser usados simultaneamente como meio para o bem-estar social. (...) pois ao procurar apresentar a si mesmos aos seus súditos sob o disfarce de um anjo serviçal ou uma fada madrinha, em vez de desfilar como um homem forte armado ou um animal de rapina, os Estados ocidentais modernos está implicitamente concordando com uma condenação moral de seu próprio passado manchado de sangue. (tradução nossa)¹⁴¹

A Questão Oriental e a Questão Ocidental

Ao deparar-se com os desdobramentos finais da *Questão Oriental* na Primeira Guerra Mundial e na Guerra Greco-Turca, Arnold Toynbee percebeu que o outro lado dela era a *Questão Ocidental*: o desafio apresentado aos povos não-ocidentais pela expansão imperialista ocidental, tanto na forma de domínio político e econômico quando na forma de ideias. O trabalho de Toynbee para o *Foreign Office* permitiu a ele observar de perto os efeitos deletérios que a exportação do ideal de autodeterminação e o nacionalismo tiveram sobre os conflitos intercomunitários de um Império Otomano há muito em decadência.

Quando ele foi chamado para trabalhar sob as ordens de Lord Bryce no *Foreign Office* em 1915, a política externa britânica já havia há muito se distanciado da estratégia do “Grande Jogo”. Tanto a Rússia quanto a França já eram aliadas da Grã-Bretanha e a Alemanha, mesmo antes do início da guerra, já era considerada a maior ameaça aos interesses britânicos no Oriente Médio. A tendência que prevalecia no *Foreign Office* era a do Partido Liberal, contrária à manutenção do Império Otomano na Europa e favorável à emancipação política de suas minorias. Um dos panfletos que Toynbee escreveu para a pedido de Lord Bryce como propaganda de guerra, *The murderous tyranny of the Turks* (1917), não por acaso começava com uma epígrafe de Gladstone, o maior porta-voz da “turcofobia” no governo britânico no século XIX.¹⁴²

O texto começa apresentando uma relação da composição étnica da população otomana na época: de cerca de 20 milhões de habitantes, 40% eram turcos e os outros 60% estavam

¹⁴¹ “While continuing to be used as instrument of an immoral violence, these states are now also beginning to be used simultaneously as a means to social welfare. (...) for in thus seeking to present itself to its subjects in the guise of a ministering angel or a fairy godmother, instead of parading as a strong man armed or as a beast of prey, the modern Western State is implicitly concurring in a moral condemnation of its own blood-stained past.” TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, volume V, p. 49. A “violência imoral” a que ele se refere neste excerto é a dos regimes fascistas que estavam em ascensão na Europa no momento em que este livro foi escrito e publicado.

¹⁴² A epígrafe é justamente essa: “Let the Turks now carry away their abuses in the only possible manner, namely, by carrying away themselves. Their Zaptiehs and their Mudirs, their Bimbashis and their Yuzbashis, their Kaimakams and their Pashas, one and all, bag and baggage, shall I hope clear out from the province they have desolated and profaned.” In: TOYNBEE, Arnold J. *The murderous tyranny of the Turks*. London: Hodder & Stoughton, 1917.

divididos entre árabes, armênios, gregos, curdos, nestorianos, drusos e maronitas, os quais já estavam presentes naquele território antes da conquista turca. Esta teria sido responsável pela destruição cultural (e, no caso dos armênios, física) das civilizações conquistadas. Aos curdos eles teriam prejudicado de outra maneira, impedindo que adquirissem a civilização. Esse teria sido o primeiro estágio da história turca. O segundo, “inevitável em um Estado puramente militar, foi a decadência interna e externa” (tradução nossa)¹⁴³, com as derrotas militares para a Áustria e a Rússia, bem como a libertação das populações dominadas. Finalmente, no terceiro estágio os Jovens Turcos teriam tomado o poder e estariam procedendo à destruição sistemática de seu próprio povo, inspirados pelo nacionalismo de matriz germânica e com o apoio da Alemanha. Nas páginas subsequentes são narrados esses massacres e a sistemática perseguição a todas as minorias. Esses crimes seriam a prova da incompatibilidade entre o Império Otomano e a Civilização Ocidental (Toynbee, 1917, pp. 8-17).

A intenção dos Aliados, ele declarou, era libertar as minorias que ainda não haviam conseguido se libertar sozinhas da dominação turca (ou seja, os árabes e os armênios) e reorganizar a Europa *segundo o princípio da nacionalidade*, permitindo que cada uma delas adquirisse seu próprio Estado nacional, de acordo com o direito de autodeterminação de todos os povos. Se a Grã-Bretanha durante o século XIX, advogou a favor da manutenção da integridade territorial do Império Otomano, segundo o texto, era justamente para evitar um confronto generalizado, mesmo que isso significasse apoiar um regime tirânico. A sua adesão à política contrária agora seria porque as potências europeias já estavam em guerra, não era mais possível (nem necessário) compactuar com um regime tirânico para evitar a guerra. No final, o autor relatou as ações dos governos turco e austríaco, sob o comando dos Jovens Turcos e dos magiares, para conseguirem barganhar uma aliança com a Alemanha em troca de seu apoio contra os Aliados. Ele também apresentou a resposta destes últimos ao pedido do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson (1856 – 1924), em defesa das minorias sob a opressão turca (Toynbee, 1917, pp. 18-33)

Evidentemente, esse texto, como os demais panfletos que Toynbee escreveu para o *Foreign Office*, não é um texto historiográfico, seus objetivos e sua parcialidade são bastante claros. Há muitos erros factuais e a responsabilização da Alemanha pelos massacres cometidos contra as minorias no Império Otomano é contraditória com o próprio trabalho que o autor realizara antes para o *Foreign Office*. Ao compilar o maior número possível de relatos a respeito do massacre aos armênios, em 1915, Toynbee se esforçara particularmente por incluir

¹⁴³ “inevitable in a purely military state, was internal and external decay.” *Ibidem*, p. 12.

documentos que expusessem o ponto de vista de oficiais alemães no exército otomano, que denunciaram, mas não puderam impedir aquela tragédia. Depois da guerra, Toynbee arrependeu-se de seu trabalho de propaganda, não apenas pela parcialidade dos textos, mas também porque isso ia de encontro a seus valores e sua ética profissional.¹⁴⁴

Outro motivo que contribuiu para o seu afastamento da política adotada pelo governo britânico foram os acordos secretos em que os Aliados se comprometiam a partilhar os territórios otomanos. O Acordo de Sykes-Picot (1916), deixou claro que o governo britânico seguira duas políticas distintas com relação àquelas regiões. Oficialmente, o direito de autodeterminação das minorias era um dos ideais defendidos pelos Aliados e promessas de autonomia foram feitas aos árabes, aos armênios e aos judeus. Por outro lado, partilhas territoriais entre os Aliados foram negociadas secretamente, segundo cálculos estratégicos e para selar acordos, independente dos interesses e das promessas feitas às populações locais. Isso contribuiu para que Toynbee assumisse uma postura bastante crítica ao governo britânico depois da Primeira Guerra (McNeill, 1989, p. 74). Em *The Western Question*, ele escreveu:

os armênios foram massacrados pelos turcos por ajudar os Aliados sem conseguir em troca que os Aliados se comprometessem a fazer qualquer coisa por eles. (...) Não era para haver nenhuma esfera de influência 'independente' aqui, e cada Potência reconheceu o direito da outra de dispor da maneira que escolhesse da zona assinalada para ela. (...) durante o período entre 1916 e 1917 quando esse território estava temporariamente sob ocupação militar russa, o General Yudenich começou a implantar colônias cossacas em terras pertencentes aos armênios otomanos locais que haviam sido anteriormente deportados e massacrados pelos turcos por conta de sua suposta simpatia aos Aliados. As colônias deveriam ser permanentes, e os nativos da Transcaucásia (ou seja, praticamente todos os armênios russos) foram declarados inelegíveis! As intenções eram claras e os termos do acordo impediam nosso governo de protestar contra isso. No entanto, no mesmo momento em que o acordo estava sendo feito, eu estava sendo empregado a serviço do governo de Sua Majestade para compilar todos os documentos disponíveis sobre o recente tratamento dos armênios pelo governo turco em um 'Livro Azul', que foi devidamente publicado e distribuído como propaganda de guerra! (tradução nossa)¹⁴⁵

¹⁴⁴ Cf. TOYNBEE, Arnold. *The Western Question*, pp. x e xi.

¹⁴⁵ "the Armenians had got themselves massacred by the Turks for helping the Allies without getting the Allies committed in return to doing anything for them. (...) There were to be no 'independent' spheres of influence here, and each Power recognised the other's right to dispose in whatever way it chose of the zone assigned to it. (...) when this territory was temporarily under Russian military occupation, General Yudenich began to plant Cossack colonies on lands belonging to local Ottoman Armenians who had previously been deported and massacred by the Turks on account of their supposed sympathy with the Allies. The colonies were meant to be permanent, and natives of Transcaucasia (i.e. practically all Russian Armenians) were declared ineligible! The intention was clear, and the terms of the agreement debarred our Government from protesting against it. Yet at the very time when the agreement was being made, I was being employed by His Majesty's Government to compile all available documents on the recent treatment of the Armenians by the Turkish Government in a 'Blue Book,' which was duly published and distributed as war-propaganda!" *Ibidem*, 49 e 50.

Nesse mesmo livro, talvez para compensar a ausência dessa informação nos panfletos da época da guerra, Toynbee informou que a deportação da população armênia e os massacres feitos com a conivência das autoridades otomanas deviam-se ao apoio prestado por alguns armênios aos Aliados. (Toynbee, 1922, p. 49). Apesar de tudo isso, *The murderous tyranny of the Turks* é um texto interessante na comparação com as obras posteriores do autor, pois, à parte a linguagem tendenciosa e a clara intenção propagandística, já estavam presentes nele três questões que marcariam toda a sua análise sobre a relação entre o Império Otomano e a Europa: o impacto do avanço político e econômico das potências europeias sobre os povos não-ocidentais; os efeitos destrutivos do nacionalismo quando apropriado por eles; e a natureza mesma das diferenças culturais entre os diferentes povos do mundo que, em última instância, ajudaria a explicar os conflitos contemporâneos.

Esses temas foram melhor desenvolvidos por Toynbee, sob um ponto de vista bem diferente, em *The Western Question*, de 1922, publicado logo após a Guerra Greco-Turca e da emergência da Turquia como um Estado-nação. A impressão deixada por esse conflito foi muito marcante para o autor, pois foi nesse contexto que ele percebeu que a *Questão Oriental* se fazia acompanhar necessariamente por uma *Questão Ocidental*. Se a primeira dizia respeito ao impacto que a iminente desagregação do Império Otomano causou sobre o sistema de equilíbrio de forças entre as Grandes Potências, a segunda era justamente o impacto que o avanço político e econômico do Ocidente causou sobre o resto do mundo e isso poderia se dar de várias formas, desde a dominação colonial até a difusão do ideário liberal e novas tecnologias.

Nos conflitos presenciados pelo autor na Anatólia entre 1921 e 1922 e mesmo antes, durante a Conferência de Paz em Paris, o efeito deletério da intervenção ocidental foi justamente o de ter projetado sobre gregos e turcos a rivalidade entre as Grandes Potências, nomeadamente a França e a Grã-Bretanha. Esta última, fomentou as ambições territoriais da Grécia, cujas ações, embora não diferentes das políticas seguidas por qualquer outra nação, naquele contexto se interpuseram entre os Aliados e os turcos. Isso dificultou um acordo porque qualquer ato de violência cometido por tropas gregas contra populações civis turcas imediatamente emprestava legitimidade ao movimento nacionalista turco, tanto na própria Anatólia quanto no exterior. (Toynbee, 1922, p. 32)

Em *The Western Question* o autor assumiu uma postura bem mais crítica das atitudes dos Aliados do que em outros textos. A Grã-Bretanha e a França, retomando uma rivalidade

histórica que ficara latente durante todo o século XIX,¹⁴⁶ haviam lançado gregos e turcos em mais um conflito, como peões em um tabuleiro onde o que estava em disputa não era apenas a Anatólia, mas a hegemonia ocidental sobre o Oriente Médio. Estes “Estados-peões” não eram inocentes, afinal, eles aceitaram aquele papel em nome de suas próprias ambições territoriais. (Toynbee, 1922, pp. 39 e 61). Entretanto, os governos ocidentais tiveram uma responsabilidade pelo menos igual.

Ao longo desse livro, fica claro o ressentimento de Toynbee contra o primeiro-ministro britânico, Lloyd George, por este não ter aceitado os seus conselhos em Paris e ter adotado uma política agressiva no Oriente Médio depois da guerra:

pode ser difícil indiciar gregos e turcos que mataram, queimaram, roubaram e violaram no vilayet de Aidin sem refletir sobre os estadistas que tomaram decisões em Paris. Não há dúvida de que os ‘Três Grandes’ foram moralmente bem como tecnicamente responsáveis pelas consequências dessa decisão particular, pois eles não podem alegar que estavam mal informados. (tradução nossa)¹⁴⁷

Para Toynbee, o apoio irrestrito dos governos ocidentais aos gregos “mostrou preconceito cego e parcialidade” porque ela era considerada “como um apóstolo de sua civilização” ocidental, introduzindo “uma irritação cruel e desnecessária em uma ferida perigosa, sob o risco de torná-la incurável” (tradução nossa)¹⁴⁸. Considerando os movimentos por emancipação que estavam surgindo por todo o Mundo Muçulmano e a importância que a luta nacional turca assumiu aos olhos de seus correligionários, o apoio da Grã-Bretanha aos gregos poderia prejudicar o seu próprio império colonial (Toynbee, 1922, pp. 35 e 36).¹⁴⁹

O impacto do Ocidente sobre as civilizações orientais é um problema ainda mais grave, o autor argumenta, porque não se tem consciência a respeito dele no Ocidente:

¹⁴⁶ “Na época moderna, (...) tem havido três rivalidades ocidentais mais importantes nos Orientes Próximo e Médio: entre a Grã-Bretanha e a França, entre a Grã-Bretanha e a Rússia, e entre a Grã-Bretanha, a França e a Rússia juntas e a Alemanha. A primeira é a mais importante das três. É a mais antiga; ela permaneceu soterrada depois da Entente de 1904 e mesmo durante a Guerra Europeia; e desde o armistício ela se sobrepôs novamente às outras duas” (tradução nossa). *Ibidem*, p. 44.

¹⁴⁷ “It may have been difficult to indict Greeks and Turks who had killed, burnt, robbed, and violated in the vilayet of Aidin without reflecting upon statesmen who had made decisions at Paris. There is no doubt that the ‘Big Three’ were morally as well as technically responsible for the consequences of this particular decision, for they cannot plead that they were badly informed.” *Ibidem*, pp. 78 e 79. *Vilayet* era a denominação genérica das províncias do Império Otomano e os “Três Grandes”, nesse caso, eram a Grã-Bretanha, a França e a Itália.

¹⁴⁸ “(...) it showed blind prejudice and partiality on the part of Western Governments that they should continue to give Greece material and moral support in her enterprise as an apostle of their civilisation. (...) It introduced a cruel and unnecessary irritant into a dangerous wound, at the risk of making it incurable.” *Ibidem*, pp. 35 e 36.

¹⁴⁹ O mesmo argumento já tinha sido usado pelo autor em “Memorandum on the formula of ‘the Self-determination of Peoples’ and the Moslem World”, de 1918.

Geralmente nós estamos envolvidos demais em nossos próprios assuntos para olhar mais de perto, e passamos ao largo pelo outro lado-conjecturando (...) que a sombra que oprime essas formas doentes é o fantasma de seu próprio passado. Contudo, se nós pausarmos para examinar a gigantesca figura sombria em pé, aparentemente inconsciente, de costas para suas vítimas, nós ficaríamos assustados ao perceber que as suas feições são as nossas. (tradução nossa)¹⁵⁰

A influência do Ocidente era destrutiva por causa dos conflitos gerados pela adoção da ideologia nacionalista entre os povos orientais, porém ao mesmo tempo ela seria a única força positiva em ação, já que eles não poderiam encontrar mecanismos de defesa em suas próprias civilizações decadentes. Além disso, a *ocidentalização* teria criado uma semelhança entre a Grécia e a Turquia na medida em que o domínio ocidental se tornou um denominado comum entre elas. Ambas adotaram regimes com o *caráter de Janus*, isto é, “ao mesmo tempo a aceitação de uma ideia ocidental e uma revolta contra o domínio ocidental” (tradução nossa)¹⁵¹.

Assim, a única resposta possível a esse desafio no momento seria a adoção parcial ou integral dos meios que haviam conferido ao Ocidente a sua superioridade, tanto a tecnologia bélica quanto as formas políticas ocidentais. A combinação entre a influência da Civilização Ocidental e o desconhecimento sobre o seu impacto,

tornou o fator ocidental nos Orientes Próximo e Médio uma força anárquica e destrutiva no total, e ao mesmo tempo parece ser a única força positiva em campo. Sempre que alguém analisa um movimento contemporâneo-político, econômico, religioso, ou intelectual-nessas sociedades, ele quase sempre se revela ou uma resposta ou uma reação contra algum estímulo Ocidental. De alguma forma, um estímulo Ocidental está quase invariavelmente lá e uma iniciativa puramente interna é raramente perceptível, talvez até não existente, a razão sendo porque, antes da penetração ocidental ter começado, as civilizações indígenas dessas regiões tinham se quebrado parcial ou totalmente. (tradução nossa)¹⁵²

Observemos que aqui já estavam presentes os principais conceitos da teoria de Toynbee a respeito da história das civilizações que seria apresentada alguns anos mais tarde em *A Study of History*: a ideia de que as transformações nas sociedades acontecem como resposta a algum

¹⁵⁰ “Generally we are too deeply engrossed in our own business to look closer, and we pass by on the other side – conjecturing (...) that the shadow which oppresses these sickly forms is the ghost of their own past. Yet if we paused to examine that dim gigantic overshadowing figure standing, apparently unconscious, with its back to its victims, we should be startled to find that its features are ours.” TOYNBEE, Arnold. *The Western Question*, p. 1.

¹⁵¹ “at once the acceptance of a Western idea and a revolt against Western domination”. *Ibidem*, p. 322.

¹⁵² “has made the Western factor in the Near and Middle East on the whole an anarchic and destructive force, and at the same time it appears to be almost the only positive force in the field. Whenever one analyses a contemporary movement — political, economic, religious, or intellectual — in these societies, it nearly always turns out to be either a response to or a reaction against some Western stimulus. In some form, a Western stimulus is almost invariably there, and a purely internal initiative is rarely discoverable, perhaps even non-existent, the reason being that, before Western penetration began, the indigenous civilisations of these regions had partly or wholly broken down”. *Ibidem*, p. 5.

desafio; o estímulo que pode ser feito pela pressão de outra civilização; a teoria de que a causa do declínio de uma civilização é sempre uma *ruptura interna*; e que a sua dominação por outra civilização é *consequência*, não causa, dessa ruptura.

As transformações políticas e sociais por que passou o Império Otomano e que resultaram na sua fragmentação em diversos Estados nacionais seriam, nessa interpretação, um sinal da própria decadência daquela civilização, por isso foi necessário recorrer às ferramentas da Civilização Ocidental, como práticas comerciais, roupas, maneira e ideias, para responder ao seu desafio. Já em outras regiões sob o controle direto das Grandes Potências, ou seja, em seus impérios coloniais, a *ocidentalização* não teria sido uma estratégia de sobrevivência adotada pelas populações locais, mas uma imposição externa. Para o autor, não se trata de um argumento anti-imperialista, pois a Questão Ocidental

não implica que o governo ocidental tenha sido uma falha ou deveria acabar abruptamente nos países sobre os quais ele foi estabelecido. Na verdade, isso significa que a sombra do Ocidente esfria outras civilizações quando ela as priva totalmente do sol. A luz do sol não pode ser substituída por uma luz artificial excelente. (tradução nossa)¹⁵³

Esse “esfriamento” de uma civilização seria a imposição de um desafio maior do que a sua capacidade de resposta, mas tanto a civilização do Oriente Próximo quanto a do Oriente Médio já teriam passado por um processo de ruptura e decadência, em épocas diferentes uma da outra. Na primeira foram as guerras entre búlgaros e gregos entre os séculos X e XI e também o fortalecimento excessivo do Estado no Império Bizantino, que acabaram com a coesão social daquela civilização e a criatividade de suas elites. Já na segunda, o conflito entre os safávidas e os otomanos seria a causa da ruptura da *Civilização Irânica*. A rebelião dos janízaros no século XVI teria sido uma consequência da decadência da *minoría dominante* do império, que não mais pôde encontrar uma resposta criativa para o desafio de dominar a *Cristandade Ortodoxa*, permitindo que essas populações conquistadas tentassem reconstruir sua civilização nos moldes ocidentais.

Os gregos foram os primeiros a aderir às ideias revolucionárias ocidentais e iniciar um movimento por sua emancipação, pois, devido ao *estímulo da penalização religiosa*, estavam há mais tempo em contato com o Ocidente. A fragmentação do Império Otomano sob pressão dessas forças centrífugas estimulou a formação de um nacionalismo turco. Dessa maneira, a

¹⁵³ “It does not imply that Western government has been a failure or ought to be terminated abruptly in the countries over which it has been established. It does mean that the shadow of the West chills other civilisations when it cuts them off from the sun altogether. Sunshine cannot be replaced by excellent artificial light.” *Ibidem*, p. 31.

diferença de ritmo entre os processos de *ocidentalização* no Oriente Próximo e no Oriente Médio estaria explicada (Toynbee, 1934, volume II, p. 226). Além disso, neste último o Islã seria um freio à incorporação total à Civilização Ocidental, impedindo as populações locais de abandonarem as suas características culturais distintivas como o fizeram as populações cristãs ortodoxas. (Toynbee, 1922, pp. 11-14).

Segundo o autor, de qualquer modo tanto uma quanto a outra sociedade oriental precisaria emprestar elementos ocidentais para sobreviver. Entretanto, a forma do Estado-nação seria natural no Ocidente onde as sociedades são mais uniformes, mas a sua introdução nos Orientes Próximo e Médio resultou em massacre, como “vinho novo em odres velhos”.

Os povos do Oriente Próximo e do Oriente Médio tiveram que reorganizar a si mesmos em linhas nacionais se quisessem de alguma maneira manter o que era seu na política internacional, porque a nacionalidade é a base contemporânea dos Estados ocidentais, dada a ascendência do Ocidente no mundo, as relações de povos não-ocidentais entre si e para com as Potências Ocidentais tinha que se aproximar das formas que o mundo ocidental considera tácitas. No entanto, o princípio da nacionalidade na política é tácito entre nós simplesmente porque ele cresceu naturalmente a partir de nossas condições especiais, não porque ele é de aplicação universal. (tradução nossa)¹⁵⁴

Se o impacto do Ocidente sobre as sociedades orientais irá provocar transformações em todas elas, à semelhança do que ocorreu entre a civilização helênica e as civilizações orientais contemporâneas a ela, é uma questão para o futuro. (Toynbee, 1922, pp. 16, 22 e 23). Entretanto, os efeitos nocivos da relação com as civilizações orientais já se teriam feito sentir no Ocidente, na medida em que a Grande Guerra teve um impacto muito mais destrutivo em suas economias, além do surgimento de conflitos nacionalistas também no Ocidente. Em *The Western Question*, o autor escreveu:

Não é fantasioso discernir uma reação psicológica do Oriente Próximo sobre o Ocidente. Tem sido apontado que o nacionalismo ocidental, introduzido no Oriente Próximo, tem promovido violência e ódio. Parece agora como se o Oriente Próximo estivesse infectando conflitos de nacionalidade na Europa Ocidental com a ferocidade e o fanatismo que ele tem implicado em seus próprios. (tradução nossa)¹⁵⁵

¹⁵⁴ “The Near and Middle Eastern peoples had to reorganise themselves on national lines if they were to hold their own at all in modern international politics, because nationality is the contemporary basis of Western states and, owing to the ascendancy of the West in the world, the relations of non-Western peoples to each other and to Western Powers have to approximate to the forms which the Western world takes for granted. Yet this principle of nationality in politics is taken for granted by us simply because it has grown naturally out of our special conditions, not because it is of universal application.” *Ibidem*, pp. 15 e 16.

¹⁵⁵ “It is also not fanciful to discern a psychological reaction of the Near East upon the West. It has been pointed out that Western nationalism, introduced into the Near East, has promoted violence and hate. It now looks as if the Near East were infecting conflicts of nationality in Western Europe with the ferocity and fanaticism which it has imported into its own.” *Ibidem*, p. 26.

Os efeitos nocivos do nacionalismo foram analisados mais profundamente nas obras posteriores de Arnold Toynbee, nas quais o autor criticou as análises historiográficas que partiam de um viés nacional, projetando no passado realidades políticas do presente. Certamente ele teve o mérito de perceber que a Civilização Ocidental não era única, “A” civilização, nem a única alternativa possível. Porém, se o viés nacional induz o historiador a uma parcialidade, isso não é menos verdadeiro para as civilizações, já que cada historiador pensa e analisa o mundo através das lentes da civilização à qual pertence. Mesmo assim, vale a pena analisar mais de perto a teoria da história de Toynbee, pois ela é bastante complexa e sintetiza sua forma de pensar a Civilização Ocidental e sua relação com outras civilizações.

Considerações finais

Como vimos no capítulo 2, o novo ideal do direito dos povos à autodeterminação, elaborado a partir do ideário liberal do Iluminismo, começou a substituir progressivamente o da legitimidade dinástica na ordem internacional a partir do final do século XVIII, quando revoltas inspiradas pelo ideário liberal e nacionalista despontaram em toda a Europa. Foi exatamente neste contexto que surgiu a Questão Oriental na agenda política europeia. Embora teoricamente ainda subscrevessem o princípio da legitimidade dinástica, as Grandes Potências passaram a justificar suas intervenções no Império Otomano, cada vez mais, em nome da garantia do direito das comunidades minoritárias à autodeterminação. A justificativa religiosa continuou importante, mas como parte do processo de (re)elaboração das identidades nacionais, especialmente nos territórios governados por regimes autocráticos, como o Império Austro-Húngaro e o Império Otomano, em que as minorias não tinham possibilidade de representação política.

Quando as minorias do Império Otomano começam a conquistar a autonomia na forma de Estados-nação, no entanto, elas não pareciam ser iguais a suas congêneres na Europa Ocidental e os conflitos entre elas, particularmente durante as Guerras dos Balcãs (1912-1914) colocaram em dúvida a possibilidade de exportação dos modelos políticos ocidentais. Assim, não apenas as fórmulas e conceitos, mas a própria maneira de pensar a natureza dos conflitos políticos foi posta em dúvida. O desafio de compreender uma realidade em rápida mutação colocou-se de maneira particularmente aguda para historiadores como Arnold Joseph Toynbee, que foram testemunhas dos eventos turbulentos que encerraram a Questão Oriental.

É nesse contexto que seus escritos podem ser melhor compreendidos, pois Toynbee procurou elaborar uma teoria da História que não apenas lhe permitisse explicar toda a história das civilizações, mas também escapar do que ele percebia como um dos grandes males da época contemporânea: o *nacionalismo*. Para ele, a historiografia contemporânea havia crescido sob a sombra dessa instituição, cujo espírito “pode ser definido (negativa, mas não incorretamente) como um espírito que faz as pessoas sentirem, agirem e pensarem sobre uma parte de qualquer sociedade específica como se ela fosse a totalidade daquela sociedade” (tradução nossa)¹⁵⁶.

¹⁵⁶ “the spirit of Nationality may be defined (negatively but not inaccurately) as a spirit which makes people feel and act and think about a part of any given society as though it were the whole of that society.” TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, p. 9.

Toynbee percebia essa característica como estando presente em especial (mas não exclusivamente) na historiografia francesa de sua época, que projetaria sobre o passado as instituições políticas modernas e apresentaria a história de toda a civilização ocidental sob o ponto de vista exclusivista da nação francesa, embora ela fosse de criação relativamente recente. A alternativa a esse *paroquialismo* seria o recurso a unidades conceituais maiores do que as nações e inteligíveis em si mesmas: as *civilizações*.

Além de lhe permitir abordar longos períodos de tempo e grandes extensões geográficas, a ideia de uma luta civilizacional entre o Ocidente e as demais civilizações tornava possível a Toynbee explicar não apenas os conflitos que havia presenciado na Anatólia entre 1921 e 1922, mas toda a série de conflitos que vinham ocorrendo anteriormente na região e que culminaram na Primeira Guerra Mundial. Como observou William McNeill, “a Questão Oriental, que havia assombrado a diplomacia europeia desde os anos 1770, era, Toynbee argumentava, realmente uma Questão Ocidental – o resultado de encontros entre três diferentes civilizações e o desastroso colapso dos dois parceiros mais fracos” (tradução nossa)¹⁵⁷. Assim, a oposição entre civilizações é mais do que uma constatação de fatos, ela é sobretudo um *modelo explicativo*.

A crítica de Toynbee ao viés nacional na historiografia é extremamente pertinente e sua intenção em oferecer uma alternativa a essa abordagem é louvável. Entretanto, ele não conseguiu evitar totalmente essa tendência, apenas substituiu a nação por uma comunidade maior. Para Toynbee, uma *civilização* é uma unidade separada e exclusivista, uma vez que depende necessariamente de simplificações e generalizações para se tornar uma ferramenta conceitual. Embora o conceito de *desafio-e-resposta* permita um certo dinamismo e o entendimento de transformações dentro de uma sociedade, ela não corrige a rigidez do conceito de *civilização* enquanto conjunto de valores religiosos e culturais, pois qualquer transformação social e política que implique em reelaboração dos valores tradicionais é interpretada necessariamente como o fim de uma civilização.

Entretanto, se a sobrevivência, entendida como independência política, significa abandonar traços distintivos de sua civilização e organização política tradicional para imitar os elementos de outra civilização, percebidos como o segredo de seu sucesso, isso não deixa de ser um sinal de criatividade e adaptabilidade. O processo de *ocidentalização* que Toynbee percebia como o abandono de uma civilização por outra na verdade é um processo de *reelaboração*. Por mais que Mustafá Kemal desejasse assumir todas as formas exteriores do

¹⁵⁷ “The Eastern Question, which had haunted European diplomacy since the 1770s, was, Toynbee argued, really a Western Question – the result of encounters between three different civilizations, and the disastrous breakdown of the two weaker partners.” McNEILL, William. *Arnold J. Toynbee: a life*, p. 110.

Ocidente, desde a grafia e o vestuário até o secularismo, a Turquia moderna ainda mantém laços com o passado otomano, mas reelaborado sob a óptica do Estado-nação.

Por outro lado, à medida em que recorre principalmente a fontes secundárias para o estudo das civilizações, sua teoria inevitavelmente se deixa influenciar pelo viés nacional que inspira os autores por ele utilizados. Essa historiografia projeta sobre o passado as configurações políticas do presente, recriando-o a sua imagem e estabelecendo uma relação de continuidade que justificaria a luta por emancipação. Por exemplo, a historiografia nacional grega identifica uma continuidade entre as cidades-Estado da Antiguidade, o Império Bizantino e a Grécia moderna. O Império Otomano seria apenas um intervalo em que a nação grega teria ficado “adormecida” sob o jugo estrangeiro, mas ainda assim essencialmente a mesma. Essa visão justificaria a luta por emancipação política. Toynbee incorpora esse viés, mas projeta-o para a noção de civilização, com a sofisticação teórica do conceito de *parentesco-afiliação* para explicar por que a Grécia moderna não era a Hélade clássica, embora se apresentasse como sua continuidade histórica, e também não tinha relação com a civilização otomana.

A análise de Toynbee a respeito do nacionalismo como o principal motor dos conflitos no Oriente Próximo é bastante correta em sua essência. No entanto, ela sofre de uma certa miopia muito comum nas análises sobre o nacionalismo, pois postula a distinção implícita entre um *nacionalismo romântico*, de matriz germânica e um *nacionalismo democrático* ou *liberal*, de matriz francesa. O primeiro seria inspirado na ideia de uma excepcionalidade da nação, entendida como uma comunidade que partilha dos mesmos valores, religião, língua e origem histórica. Ele seria a causa dos conflitos religiosos e étnicos que levaram à Questão Oriental e a seus desdobramentos por causa da existência de comunidades diferentes em um mesmo território. Já o segundo modelo seria inspirado nos valores do liberalismo segundo os quais uma nação seria uma comunidade de direito, soberana sobre seu território e cujos membros são iguais perante a lei¹⁵⁸.

Este seria o princípio sobre o qual repousaria todo o edifício dos Estados ocidentais modernos e, entendido como *natural*, muitas vezes sequer é chamado de *nacionalismo*, pois a fragmentação política do Império Otomano durante a Questão Oriental imprimiu a esse conceito uma conotação bastante pejorativa. Entretanto, na prática, tratam-se de versões de um mesmo fenômeno, por isso podem surgir manifestações de um nacionalismo xenófobo em nações que se acreditavam igualitárias¹⁵⁹. Toynbee percebeu a presença de manifestações nacionalistas no

¹⁵⁸ Cf. IGNATIEFF, Michael. *Blood and Belonging: Journeys into the New Nationalism*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1995.

¹⁵⁹ Cf. ÖZKIRIMLI, Umut. *Theories of Nationalism. A Critical Introduction*. New York: St. Martin's Press, 2000.

Ocidente, mas como consequência da infusão de um espírito tribal *alheio* à democracia ocidental.

A interpretação de que o nacionalismo seria natural no Ocidente, onde as sociedades seriam mais homogêneas e que ele assumiria um caráter mais destrutivo, antinatural, quando aplicado em contextos teoricamente mais diversificados, é bem comum em análises sobre a história da fragmentação do Império Otomano. Como observou o cientista político turco Umut Özkırımlı, por muito tempo o nacionalismo não foi considerado sequer um objeto de estudos digno pelas ciências sociais por causa de uma

tendência a igualar o nacionalismo com suas manifestações extremas, ou seja, com movimentos separatistas que ameaçavam a estabilidade de Estados existentes ou com políticas agressivas de direita. Tal visão confina o nacionalismo à periferia, tratando-o como pertencente a outros, não a ‘nós’. (...) “nosso” nacionalismo não é apresentado como nacionalismo, que é perigosamente irracional, supérfluo e ‘estrangeiro’; ele é apresentado como ‘patriotismo’, que é bom e benéfico. (tradução nossa)¹⁶⁰

Para Toynbee, o ideal democrático liberal seria um estímulo durante o processo de *ocidentalização* do Império Otomano. Entretanto, quando aplicado em um contexto civilizacional estranho, ele teria produzido uma combinação explosiva. “O espírito da Nacionalidade é um fermento azedo do novo vinho da Democracia nas velhas garrafas do Tribalismo” (tradução nossa).¹⁶¹

Uma última consideração se faz necessária a respeito do *método* empregado por Toynbee em *A Study of History* e suas implicações. O autor propôs uma análise da história das civilizações a partir de um método *empírico* para verificar os padrões através dos quais ela poderia ser compreendida, padrões que tivessem validade universal por oposição ao ponto de partida particularista da historiografia nacional. Considerando que os eventos históricos são únicos e que, portanto, não seria possível analisar a história de todas as civilizações por amostragem, logo de saída a escolha desse método impõe ao historiador uma tarefa sobre-humana: ele teria que conhecer a história de todas as civilizações para poder analisá-las, compará-las e identificar padrões. Toynbee sabia disso muito bem e com muito zelo dedicou-se a essa tarefa por vários anos. O problema é que diante do volume de informações, era

¹⁶⁰ “(...) tendency to equate nationalism with its extreme manifestations, that is with separatist movements that threatened the stability of existing states or with aggressive right-wing politics. Such a view confines nationalism to the periphery, treating it as the property of other, not of ‘us’ (...) “our” nationalism is not presented as nationalism, which is dangerously irrational, surplus and ‘alien’; it is presented as ‘patriotism’, which is good and beneficial (...)” ÖZKIRIMLI, Umut. *Theories of Nationalism. A Critical Introduction*. New York: St. Martin’s Press, 2000, loc. 80 – 84.

¹⁶¹ “The spirit of Nationality is a sour ferment of the new wine of Democracy in the old bottles of Tribalism.” TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*, p. 9.

necessário também ter critérios, *a priori*, que orientassem a seleção dos fatos. Esses critérios foram justamente os elementos que ele havia identificado na história da civilização greco-romana durante os seus primeiros anos de estudo, de modo que sua teoria, de certa forma, tem também um viés particular, o da Civilização Ocidental.

Esse viés fica bastante evidente ao longo da leitura de *A Study of History* porque o autor propôs como ponto de partida a história da Grã-Bretanha, para verificar se ela seria um campo de estudos em si mesma e notou que ela estava intrinsecamente ligada a um conjunto maior, a Civilização Ocidental. Analisando a história dessa civilização, Toynbee elencou certas instituições que implicariam uma relação com uma civilização anterior, a Civilização Helênica. O padrão assim identificado foi utilizado para analisar outras sociedades, de modo que as mesmas instituições encontradas na Civilização Ocidental foram identificadas pelo autor nas demais civilizações, em maior ou menor grau. Dessa forma, a teoria da história de Toynbee não consegue fugir de um certo “paroquialismo” e esse mesmo viés se manifesta nos modelos teóricos que foram elaborados a partir de sua obra.

Por outro lado, a teoria da História de Toynbee interpreta os conflitos entre a Civilização Ocidental e as demais civilizações, que são conflitos de natureza política e econômica, como conflitos *civilizacionais*, ou seja, de natureza cultural/religiosa. Assim, o domínio político das Grandes Potências sobre outras civilizações, embora moralmente indefensável, é justificado pelo declínio dessas civilizações, causado pelo colapso de suas próprias estruturas, mas não da intervenção ocidental. Esta é entendida como consequência do colapso daquelas. Desse modo, as categorias Oriente e Ocidente, mais do que designar conflitos reais, revelam um *modo de pensar* essa realidade e um *procedimento metodológico*.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

- TOYNBEE, Arnold J. & BRYCE, Viscount. **The treatment of Armenians in the Ottoman Empire 1915-16**. New York and London: G.P. Putnam's Sons, 1916.
- TOYNBEE, Arnold J. **The murderous tyranny of the Turks**. London: Hodder & Stoughton, 1917.
- . **The Western Question in Greece and Turkey: A Study in the Contact of Civilisations**. London: Constable and Company, 1922.
- . **A Study of History. Volume I**. London: Oxford University Press, 1934 (1ª edição) e 1951 (5ª reimpressão corrigida).
- . **A Study of History. Volume II**. London: Oxford University Press, 1934 (1ª edição).
- . **A Study of History. Volume III**. London: Oxford University Press, 1934 (1ª edição) e 1956 (7ª reimpressão).
- . **A Study of History. Volume IV**. London: Oxford University Press, 1939 (1ª edição).
- . **A Study of History. Volume V**. London: Oxford University Press, 1939 (1ª edição).
- . **A Study of History. Volume VI**. London: Oxford University Press, 1939 (1ª edição) e 1956 (7ª reimpressão).
- TOYNBEE, Arnold & SOMERVILLE, D. C. *A Study of History. Abridgement of volumes I-VI*. London: Oxford University Press, 1947.
- TOYNBEE, Arnold. *Civilization on Trial*. New York: Oxford University Press, 1948.
- . **A Study of History. Volume VII**. London: Oxford University Press, 1954 (1ª edição).
- . **A Study of History. Volume VIII**. London: Oxford University Press, 1954 (1ª edição).
- . **A Study of History. Volume IX**. London: Oxford University Press, 1954 (1ª edição).
- . **A Study of History. Volume X**. London: Oxford University Press, 1954 (1ª edição).
- TOYNBEE, Arnold. **The world and the West**. London/New York: Oxford University Press, 1953. London: Thames and Hudson, 1995.

Fontes secundárias

- ALMEIDA, Lgia Cristina Sanchez de. **Armênios e gregos otomanos. A Polêmica de um Genocídio**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.
- AHMAD, Feroz. “The late Ottoman Empire”. In: KENT, Marian (ed.). **The Great Powers and the end of the Ottoman Empire**. London: Frank Cass, 1996.
- ALLCOCK, John B. & YOUNG, Antonia. “**Black lambs and grey falcons: outward and inward frontiers**”. In: ALLCOCK, John B. & YOUNG, Antonia (eds.). *Black lambs and grey falcons. Women travelling in the Balkans*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2000.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. **Lineages of the Absolutist State**. London: NLB, 1974.
- BELDICEANU, Irène. “**Les débuts: Osmân et Orkhân**”. In: MANTRAN, Robert. *Histoire de l’Empire Ottoman*. Paris: Fayard, 1989, pp. 15-35.
- BELDICEANU, Nicoară. “**L’organisation de l’Empire Ottoman (XIV^e-XV^e siècles)**”. In: MANTRAN, Robert. *Histoire de l’Empire Ottoman*. Paris: Fayard, 1989, pp. 117-138.
- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Martins/Portugal: Publicações Europa-América, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. “Os preços na Europa de 1450 a 1750”. In: **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 2^a edição, 2002.
- CLAYER, Nathalie. **Aux origines du nationalisme albanais**. La naissance d’une nation majoritairement musulmane en Europe. Paris: Karthala, 2007.
- . “**The dimensions of confessionalisation in the Ottoman Balkans at the time of nationalisms**”. In: GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie & PICHLER, Robert (eds.) *Conflicting Loyalties in the Balkans. The Great Powers, the Ottoman Empire and nation building*. London: I. B. Tauris, 2011.
- CLAYTON, Gerald David. **Britain and the Eastern Question. Missolonghi to Gallipoli**. London: University of London Press, 1971.
- DAVISON, Roderic H. **Essays in Ottoman and Turkish History, 1774-1923**. The Impact of the West. Austin: University of Texas Press, 1990.
- DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 3^a edição, 2011.
- DEMIRCI, Sevtap. **The Lausanne Conference: the evolution of Turkish and British Diplomatic Strategies. 1922–1923**. Dissertation submitted as part fulfilment for the degree of

Doctor of Philosophy in International History. The London School of Economics and Political Science, 1997.

DUMONT, Paul. “La période de *Tanzimât* (1839-1878)”. In: MANTRAN, Robert. *Histoire de l’Empire Ottoman*. Paris: Fayard, 1989, pp. 459-522.

EVANS, James. **Great Britain and the creation of Yugoslavia: Negotiating Balkan Nationality and Identity**. New York: I. B. Tauris, 2008.

FAROQHI, Suraiya. **The Ottoman Empire and the world around it**. London: I. B. Tauris, 2005 (e-book).

FERGUSON, Niall. **Empire: how Britain made the modern world**. London: Penguin Books, 2004 (e-book).

———. **Civilização: Ocidente X Oriente**. São Paulo: Planeta, 2016.

FIGES, Orlando. **The Crimean War**. New York: Metropolitan Books, 2010.

FROMKIN, David. **A peace to end all peace. The fall of the Ottoman Empire and the creation of the modern Middle East**. New York: Henry Holt and Company, 1989.

FUHRMANN, Malte. “**Vagrants, prostitutes and Bosniaks: making and unmaking European supremacy in Ottoman Southeast**”. In: GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie & PICHLER, Robert (eds.) *Conflicting Loyalties in the Balkans. The Great Powers, the Ottoman Empire and nation building*. London: I. B. Tauris, 2011.

GLENNY, Misha. **The Balkans: nationalism, war, and the great powers, 1804-1999**. New York: Penguin Books, 2001.

GOLDFELD, Monique Sochaczewski. “**O Império Otomano e a Grande Guerra**”. In: *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: Luzes/Instituto de Estudos Estratégicos (UFF), nº 5, vol. I, 2015, pp. 221-238. (Consultado em 01/02/2017)

https://www.academia.edu/13447977/O_Império_Otomano_e_a_Grande_Guerra

GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie & PICHLER, Robert. “**Introduction. Social (dis)integration and the national turn in the late- and post-ottoman Balkans: towards an analytical framework.**” In: GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie & PICHLER, Robert (eds.) *Conflicting Loyalties in the Balkans. The Great Powers, the Ottoman Empire and nation building*. London: I. B. Tauris, 2011.

HALLIDAY, Fred. **Nation and Religion in the Middle East**. Boulder/Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2000

———. **The Middle East in International Relations. Power, Politics and Ideology**. New York: Cambridge University Press, 2005.

- HOURANI, Albert. **“Islam in European Thought”**. The Tanner Lectures on Human Value. Delivered at Clare Hall, Cambridge University, 30/01 e 31/02/1989, pp. 225 a 287.
- HUNTINGTON, Samuel. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Simon & Schuster, 1997 (versão eletrônica).
- IGNATIEFF, Michael. **Blood and Belonging: Journeys into the New Nationalism**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1995.
- IRWIN, Robert. **Pelo amor ao saber**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- KENT, Marian. “Introduction” e “Great Britain and the end of the Ottoman Empire, 1900-1923”. In: KENT, Marian (ed.). **The Great Powers and the end of the Ottoman Empire**. London: Frank Cass, 1996.
- KISSINGER, Henry. **A World Restored: Metternich, Castlereagh and the problems of peace, 1812-22**. Boston: Houghton Mifflin Company; Cambridge: The Riverside Press, 1957.
- LEFEBVRE, Georges. **1789. O surgimento da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 (2ª edição revista).
- LEWIS, Bernard. **The emergence of modern Turkey**. London: Oxford University Press, 2002 (3rd edition).
- MANTRAN, Robert. “L’Etat ottoman au XVIII^e siècle: la pression européenne” e “Les débuts de la Question d’Orient (1774 - 1839)”. In: MANTRAN, Robert. **Histoire de l’Empire Ottoman**. Paris: Fayard, 1989, pp. 265-286 e 421-458.
- McNEILL, William. **Arnold J. Toynbee: a life**. New York: Oxford University Press, 1989.
- ÖZKIRIMLI, Umut. **Theories of Nationalism. A Critical Introduction**. New York: St. Martin’s Press, 2000 (versão eletrônica).
- PAILARET, Michael. **The Balkan economies c. 1800-1914: evolution without development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- QUATAERT, Donald. **O Império Otomano: das origens ao século XX**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- RODINSON, Maxime. **La fascinción del Islam**. Madrid: Ediciones Júcar, 1989.
- STAVRIANOS, Leften S. **The Balkans since 1453**. New York: Rinehart & Company, 1958.
- TODOROVA, Maria. **Imagining the Balkans**. New York: Oxford University Press, 1997.
- VEINSTEIN, Gilles. “L’empire dans sa grandeur (XVI^e siècle)”. In: MANTRAN, Robert. *Histoire de l’Empire Ottoman*. Paris: Fayard, 1989, pp. 159-226.
- ZÜRCHER, Erik. **Turkey, a modern history**. London: I. B. Tauris, 3ª edição, 2004.